Movimentação

V. 6 N°11

Programa de pós-graduação em sociologia
Universidade Federal da Grande Dourados

editora

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

COED
Coordenador Editorial: Giovani Ferreira Bezerra
Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
FCH
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas: Marisa de Fátima Lomba de Farias Conselho Editorial
Claudio Reis (UFGD)
Marcelo da Silveira Campos (UFGD)
Rodolfo Arruda Leite de Barros (UFGD)

Organização do Dossiê
QUESTÃO AGRÁRIA: DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES
Fabiano Coelho (UFGD)
Rodrigo Simão Camacho(UFMS)

Conselho Consultivo Alzira Salete Menegat (UFGD) André Dioney Fonseca (UFOPA) André Luiz da Silva Lima (FIOCRUZ) André Luiz Faisting (UFGD) Bernardo Mattes Caprara (UFFS) Bruno Bolognesi (UNILA) Carlos Daniel Paz (UNICEN) César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFT) Claudio Reis (UFGD) Daniel Auad (UFJF) Daniel Estevão Ramos de Miranda (UFMS) David Junior de Souza Silva (UNIFAP) Eduardo de Melo Salgueiro (UNIFESSPA) Eduardo Guerini (UNIVALI) Estela Márcia Rondina Scandola (ESP) Fabricio Antonio Deffacci (UEMS) Fabrício de Sousa (IFMA) Felipe Addor (SOLTEC/UFRJ) Gianne Cristina dos Reis (FIOCRUZ) George Freitas Rosa de Araujo (UFF) Glaucia Lelis Alves (UFRJ) Guillermo Alfredo Johnson (UFGD) Gustavo de Souza Preussler (UFGD) Gustavo Villela Lima da Costa (UFMS) Ilsyane do Rocio Kmitta (UEMS) Ivan Fortunato (IFSP) (PPGEd-UFSCar) Ivo dos Santos Farias (UNESP) Jorgiene dos Santos Oliveira (UFSCAR) José Barreto Santos (UEMS) Josimar Priori (UFSCAR) Karina Augusta Limonta Vieira (UEMG) Lílian do Valle (UERJ) Luis Enrique Casais Padilla (UFES) Luiz Henrique Eloy Amado (UCDB) Maria Gilvania Valdivino Silva (USP) Maria Orlanda Pinassi (UNESP) Marcos Antonio da Silva (UFGD) Marisa de Fátima Lomba de Farias (UFGD) Michel Goulart da Silva (IFC) Natália Araújo de Oliveira (UFRGS) Patrícia Alves Ramiro (UFPB) Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD) Rodrigo Dolandeli Santos (UNICAMP) Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani (UFGD) Sabrina Miranda Areco (UEMS) Sebastian Gomez (UBA) Silvia Helena Andrade Brito (UFMS) Silvino Areco (UFMS) Sirley Lizott Tedeschi (UEMS) Tamara de Souza Campos (UNESA) Theófilo Machado Rodrigues (UFRJ) Vanessa Clementino Furtado (UFMT) Vinicius Parolin Wohnrath (UNICAMP) Viviane Viviane Scalon Fachin (UEMS) Zeca José Barreto Santos (UEMS)

Movimentação [recurso eletrônico] / Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun., 2014)-. – Dados eletrônicos. – Dourados, MS : Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014-

Semestral.
Modo de acesso: World Wide Web:
<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>.
ISSN 2358-9205 (online).

1. Sociologia. 2. Educação. 3. Universidade Federal da Grande Douradas – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alison Antonio de Souza - CRB1 2722.

V.6 nº.11, jul./dez. 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS**
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Movimentação, Dourados, MS, V.6, nº.11, jul./dez. 2019

MOVIMENTAÇÃO
v. 6, n.11, jul./dez., 2019

EDITOR
Claudio Reis
Coordenador do Curso de Ciências Sociais - FCH - UFGD

REVISÃO
A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as).

CAPA e DIAGRAMAÇÃO
Marise Massen Frainer

Os textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as, e não expressam necessariamente a opinião do Conselho Editorial. É autorizada a reprodução dos artigos publicados, desde que não se alterem seus conteúdos e seja citada a fonte.

Sumário

1. A questão Agrária em Mato Grosso do Sul 11

André Alexandre Ricco de Freitas

2. A luta do MST em Mato Grosso do Sul: análise conjuntural das manifestações do campo 27

Lara Dalperio Buscioli

3. Os impactos provocados com agrotóxicos usados pelo agronegócio canavieiro sobre os camponeses sericicultores e demais produtores do Assentamento Betel e Comunidade Estrelinha em Glória de Dourados – MS 47

Cleidivaldo Siqueira Pereira

Rodrigo Simão Camacho

4. Entre livros e roçado: trajetórias educacionais no Assentamento João Canuto – PA 65

Andrey Minin Martin

5. A estrutura fundiária no Brasil e a luta pela reforma agraria: o Acampamento e a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho – PR 83

Márcio Luiz Carreri

Gabriely Cristine de Souza

6. Produção e comercialização de alimentos frente a legislação vigente: o caso do mercado popular de São Gabriel da Palha – ES 101

Claudinei Lucio Santos

7. Estado e pobreza no campo: trocas simbólicas entre direito, dádiva e dívida 119

Geórgia Vieira de Sousa

João Miguel Diógenes de Araújo Lima

QUESTÃO AGRÁRIA: DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES

A proposta do dossiê foi refletir sobre a questão agrária a partir de diálogos multidisciplinares. A importância do tema se dá devido ao cenário político que vivenciamos no país. Desde a redemocratização do país, em 1985, é possível dizer que esse momento é o de maior retrocesso dos direitos das populações do campo. O Brasil pós-golpe e, atual fase do governo Bolsonaro, tem negado sistematicamente o direito de acesso e permanência na terra às populações que produzem sua existência material e simbólica em seus territórios: nas águas e nas florestas (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses e pescadores artesanais).

Por outro lado, o desmatamento de biomas naturais e a liberação da venda novos tipos de agrotóxicos bateram recordes nos anos de 2019 e 2020, colocando em risco a reprodução da sociobiodiversidade no campo, desterritorializando e/ou causando impactos biofísicos e sociais que inviabilizam a reprodução do modo de vida das populações do campo. O cenário atual reafirma a importância que tem o campesinato para toda a sociedade, pois produzem alimentos saudáveis para a população, livre de transgênicos e agrotóxicos. Os camponeses desenvolvem sua produção por meio de agroecossistemas complexos, distintos da monocultura do modelo agrário/agrícola exportador, caracterizando uma relação equilibrada com os ecossistemas locais.

Este dossiê soma-se como mais uma contribuição para o entendimento da complexa, diversa, controvérsia e contraditória questão agrária brasileira. O artigo *A Questão Agrária em Mato grosso do Sul*, de André Alexandre Ricco de Freitas, abre o dossiê. O autor desenvolve uma explanação sobre os conflitos agrários que marcaram o início da implantação da reforma agrária no estado e que culminou com o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra. Em seguida, discute os entraves na política agrária causada pela modernização da produção agropecuária que se intensificou com o processo de agroindustrialização culminando com a expansão do agronegócio que, por sua vez, afeta a política de criação de assentamentos rurais. A consolidação do agronegócio se tornou um entrave para a política agrária e, apesar das dificuldades, foi possível a criação de um número significativo de assentamentos rurais no em Mato Grosso do Sul.

Em *A luta do MST em Mato Grosso do Sul: análise conjuntural das manifestações do campo*, Lara Dalperio Buscioli enfatiza que questão agrária no Brasil é permeada por diversos conflitos territoriais dos quais as ocupações de terras e as manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais (camponeses, indígenas, quilombolas etc.) tem se tornado a principal forma de conquista pela terra/território. No estado do Mato Grosso do Sul (MS), a inserção de empresas de capital estrangeiro tem gerado modificações territoriais expressivas na área rural. Assim, o artigo elucida as atuações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em MS, através das manifestações do campo entre os anos de 2000 e 2018. A autora produz o trabalho a partir de levantamento bibliográfico, entrevista e sistematização de dados quantitativos do DATALUTA/NERA, da Unesp/Presidente Prudente.

Cleidivaldo Siqueira Pereira e Rodrigo Simão Camacho, no artigo *Os impactos provocados com agrotóxicos usados pelo agronegócio canavieiro sobre os camponeses sericicultores e demais produtores do assentamento Betel e Comunidade Estrelinha em Glória de Dourados-MS*, realizam uma análise

das resistências dos camponeses frente à territorialização da cana-de-açúcar no assentamento Betel, Glória de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. Os autores verificaram que os camponeses estão cercados pelo avanço canavieiro na localidade, fato que acarretou em vários impactos territoriais para os sujeitos, como a perda da produção de alimentos, perda de animais, a perda da biodiversidade e a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos usados nas lavouras de cana. A realidade descrita pode ser observada a partir dos impactos nas atividades dos sericicultores (produtores do bicho-da-seda) dentro do assentamento Betel, onde a resistência se torna o grande trunfo frente à expansão canavieira naquela localidade, para continuarem realizando suas atividades produtivas.

O artigo de Andrey Minin Martin, intitulado *Entre Livros e o Roçado: trajetórias educacionais no Assentamento João Canuto-PA*, analisa as experiências práticas de Educação do Campo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes, assentamento João Canuto, município de Xinguara/PA, tendo como sujeitos da pesquisa professores/as da escola e moradores do assentamento. Foram analisados o mote documental de materiais didáticos utilizados no processo de ensino, tendo centralidade a coleção Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo (PNLD 2016/2018), suas práticas e usos. Através da metodologia da história oral e diálogo com autores sobre educação no campo e ensino de história buscou-se entender como novas práticas educativas foram gestadas no processo de luta, pautadas na emancipação dos sujeitos, reafirmação de suas identidades e na valorização de saberes centrais para permanência dos homens e mulheres no campo.

Em *A Estrutura Fundiária no Brasil e a Luta pela Reforma Agrária: o acampamento e a escola itinerante Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho-PR*, Marcio Luiz Carreri e Gabriely Cristine Souza apresentam um debate sobre a histórica estrutura fundiária brasileira e sua modernização conservadora, assim, discutem a relação entre a propriedade e posse da terra no Brasil e a luta pela reforma agrária, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O artigo faz um estudo sobre a Educação Popular e um caso em especial, o acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho – PR. Para a realização da pesquisa os autores desenvolveram trabalho de campo e produziram entrevistas no acampamento e na escola, além da historiografia sobre o tema.

O artigo *Produção e Comercialização de Alimentos Frente a Legislação Vigente: o caso do Mercado Popular de São Gabriel da Palha-ES*, de Claudinei Lucio Santos apresenta a experiência de produção e comercialização das famílias camponesas vinculadas ao Mercado Popular de Alimentos de São Gabriel da Palha-ES. O texto reflete sobre os desafios enfrentados pelas famílias camponeses para conseguir comercializar seus produtos diante das exigências sanitárias da legislação vigente. Assim, destacam a importância da produção agroecológica, que se apresenta de forma contra-hegemônica diante do modelo agrário/agrícola dominante do agronegócio. A metodologia da pesquisa está baseada na revisão bibliográfica, entrevistas com famílias vinculadas ao Mercado Popular e entrevistas com os consumidores dos alimentos vendidos no mercado. O artigo evidencia que as regras sanitárias impostas pela legislação não dialogam com as necessidades e especificidades da produção familiar camponesa, sendo mais um mecanismo de exclusão dos pequenos agricultores e de reprodução do modelo hegemônico do agronegócio.

Encerrando o dossiê, o artigo *Estado e Pobreza no Campo: trocas simbólicas entre direito, dádiva e dívida*, dos autores Geórgia Vieira de Sousa e João Miguel Diógenes de Araújo Lima, aborda os avanços e limites das políticas públicas focalizadas na mitigação da pobreza rural, tendo como recorte espacial de análise, o município de Itapajé-CE. Através de referências bibliográficas, fontes documentais e de pesquisa campo, realizada de 2013 a 2015 e novamente em 2018, verificou-se uma população rural pobre, de baixa escolaridade, vivendo da agricultura familiar e com renda per

capita de R$ 85,00. Essa população reconhece a participação em políticas sociais ao mesmo tempo como direito e como dádiva – de Deus, ou dos técnicos do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), do Governo Federal. Os autores destacam, assim, as relações de dependência e as trocas simbólicas que atravessam a garantia de direitos básicos.

Desejamos a todos e a todas uma excelente leitura!

Organizadores
Fabiano Coelho – PPGH/UFGD
Rodrigo Simão Camacho – LEDUC/PPGET/UFGD; PPGG/UFGD; PPGG/UFMS

Dourados/MS, Primavera de 2020.
Resistimos e lutamos contra a pandemia da COVID-19 que ceifou mais 145 mil vidas brasileiras! Nos solidarizamos com as vítimas e seus familiares.

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Recebido em 20/01/2020, aprovado em 13/03/2020
10.30612/mvt.v6i11.10919
André Alexandre Ricco de Freitas[1]

RESUMO: A questão agrária em Mato Grosso do Sul está ligada à relação conflituosa entre concentração fundiária e a luta pela terra. Para compreender como se dá esta relação faremos uma breve explanação sobre os conflitos agrários que marcaram o início da implantação da reforma agrária no estado e que culminou com o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra. Trataremos ainda sobre os entraves na política agrária causada pela modernização da produção agropecuária que se intensificou com o processo de agroindustrialização culminando com a expansão do agronegócio que por sua vez vem afetando a política de criação de assentamentos rurais. Debateremos ainda, como a consolidação do agronegócio se tornou um entrave para a política agrária e como apesar das dificuldades foi possível a criação de um número significativo de assentamentos rurais no estado onde vive e trabalham grande parte da população rural sul-mato-grossense.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Movimentos Sociais. Assentamentos.

THE AGRARIAN QUESTION IN MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT: The agrarian issue in Mato Grosso do Sul is linked to the conflicting relationship between land concentration and the struggle for land. In order to understand how this relationship takes place, we will briefly explain the agrarian conflicts that marked the beginning of the implementation of agrarian reform in the state and which culminated in the emergence of social movements fighting for land. We will also deal with the obstacles in the agrarian policy caused by the modernization of agricultural production that intensified with the agroindustrialization process culminating in the expansion of agribusiness, which in turn has been affecting the policy of creating rural settlements. We will also discuss how the consolidation of agribusiness has become an obstacle to agrarian policy and how despite the difficulties it was possible to create a significant number of rural settlements in the state where a large part of the rural population of Mato Grosso do Sul lives and works.

Keywords: Agrarian Reform. Social Movements. Settlements.

1Bacharel em Direito pela UEMS e em Letras pela UFMS, Mestre em Sociologia pela PPGS/UFGD, Advogado e Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no INCRA/SR18/PB.

LA CUESTIÓN AGRARIA EN MATO GROSSO DO SUL

RESUMEN: La cuestión agraria en Mato Grosso do Sul está vinculada a la relación conflictiva entre la concentración de la tierra y la lucha por la tierra. Para comprender cómo se produce esta relación, explicaremos brevemente los conflictos agrarios que marcaron el inicio de la implementación de la reforma agraria en el Estado y que culminaron con el surgimiento de los movimientos sociales de lucha por la tierra. También abordaremos los obstáculos en la política agraria causados por la modernización de la producción agrícola que se ha intensificado con el proceso de agroindustrialización, culminando con la expansión de la agroindustria, que a su vez ha afectado la política de creación de asentamientos rurales. También discutiremos cómo la consolidación del agronegocio se ha convertido en un obstáculo para la política agraria y cómo, a pesar de las dificultades, ha sido posible crear un número significativo de asentamientos rurales en el estado donde vive y trabaja una gran parte de la población rural de Mato Grosso do Sul.

Palavras claves: Reforma Agraria. Movimientos Sociales. Asentamientos.

INTRODUÇÃO

A questão agrária em Mato Grosso do Sul está ligada a relação conflituosa entre à concentração fundiária e a luta pela terra sobre as quais iremos discorrer ao longo deste artigo. Para compreender como se dá esta relação faremos uma breve explanação sobre os conflitos agrários que marcaram o início da reforma agrária no estado e que culminou com o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra.

Trataremos também sobre os entraves na política agrária causada pela modernização da produção agropecuária e que se intensificou com o processo de industrialização da agricultura afetando a política de criação de assentamentos rurais no estado. Debateremos ainda como a consolidação do agronegócio se tornou um entrave para a política agrária e como apesar das dificuldades foi possível a criação de um número significativo de assentamentos rurais onde vive e trabalha grande parte da população rural sul-mato-grossense.

A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma área total é de 357.145,53 km² e uma população estimada em 2.748.023 habitantes, de modo, que possui uma baixa densidade demográfica de apenas 6,86 habitantes por quilometro quadrado (IBGE, 2010). Apesar da grande extensão do seu território o estado possui somente setenta e nove municípios que se destacam sobretudo pela produção agrícola em grandes propriedades rurais constituindo o quinto estado brasileiro com a maior concentração de terras do país (NERA, 2016).

Nossa hipótese é que esta alta concentração fundiária está relacionada ao processo de ocupação e formação do seu território que teria promovido a exclusão de milhares de famílias de trabalhadores rurais do campo e o aumento dos conflitos agrários culminando com a consolidação de uma economia rural excludente baseada no modelo de produção agroindustrial.

O nível de desigualdade na distribuição das terras no estado também pode ser verificado pela composição da sua estrutura fundiária indicando que embora apenas 13% dos imóveis rurais do estado sejam consideradas grandes propriedades rurais detém mais de 70% de sua área, enquanto os minifúndios que correspondem a 46% dos imóveis rurais detêm apenas 2,12% da área total do estado (INCRA, 2019).

Este alto grau de concentração fundiária demonstra ainda que a política agrária não foi insuficiente para superar os desafios decorrentes da expansão do desenvolvimento capitalista no meio rural servindo apenas para diminuir os impactos socioeconômicos causados pela modernização da agricultura, sem, contudo, promover uma alteração na estrutura fundiária.

Acredita-se ainda que a concentração de terras se deve a dinâmica da própria história econômica do Brasil, que segundo Prado Junior (1979) seria o resultado de sua formação agrária, com acentuado grau de concentração da propriedade fundiária. Portanto, "é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetua, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias" (PRADO, 1979, p. 47).

Assim a realidade fundiária de Mato Grosso do Sul não difere muito da situação agrária do restante do país, caracterizada pela concentração de terras e pela exploração da agricultura em grandes propriedades rurais, por este motivo se faz necessário ampliar o debate em torno da questão agrária no estado com suas especificidades históricas que desencadearam a luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais.

OS PRINCIPAIS CONFLITOS AGRÁRIOS

Para conter a expansão do setor agropecuário que avançava sobre as pequenas propriedades rurais expulsando a população do campo foi necessário que os trabalhadores rurais se organizassem para resistir a expansão do latifúndio e, mais tarde, contra a monopolização dos recursos naturais pelas grandes empresas agroindustriais. O êxito da luta pela terra dependia então da organização desses sujeitos sociais para exercerem pressão sobre o governo visando o atendimento de suas reivindicações manifestadas principalmente pelas ocupações de terras e acampamentos ao longo das rodovias.

Um dos primeiros conflitos agrários que contou com uma organização efetiva dos trabalhadores rurais no estado ocorreu em 1979, com o conflito entre arrendatários e proprietários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá no município de Naviraí. Segundo Cortez (1985):

> Neste ano 250 famílias de arrendatários entram na Justiça contra os proprietários das fazendas, através do advogado Joaquim das Neves Nortes, denunciando as constantes ameaças de agressões e despejo por parte dos fazendeiros e reivindicando a permanência na área por mais três anos, conforme o estatuto da terra (CORTEZ;, 1985, p. 3).

Este conflito que perdurou até meados de 1980 culminando com o ganho de causa pelos arrendatários e no assassinato do advogado Joaquim das Neves Nortes que representava judicialmente os arrendatários, causando grande comoção social. Após este episódio o governo estadual lançou um

projeto que visava dar assistência ao pequeno produtor, comprovando a eficácia das ocupações no atendimento das demandas sociais.

Outro conflito agrário emblemático ocorrido durante este período e que demonstra a importância da organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra foram as tentativas de ocupação da Fazenda Santa Idalina no município de Ivinhema por mais de mil famílias de trabalhadores rurais expulsos do campo pela modernização da agricultura. Esta fazenda constituía em uma gleba rural com mais de 18 mil hectares totalmente ociosos, pertencentes a Sociedade de Melhoramentos Ltda. - SOMECO, uma empresa imobiliária do interior do estado de São Paulo que adquiriu terras no estado para fins especulativos.

Embora malsucedida na primeira tentativa, a ocupação da Fazenda Santa Idalina constituiu um dos eventos de maior importância para reforma agrária em Mato Grosso do Sul pois marcou o início da luta pela terra no estado (VANESKI FILHO, 2016 p. 134). Este início de luta contou com a participação da Comissão Pastoral da Terra – CPT que atuou diretamente na organização dos trabalhadores rurais colaborando para a formação dos primeiros movimentos sociais do estado. Para Melo (2017):

> O fato é que a ocupação da Idalina constituiu-se num marco histórico da mobilização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na luta pela terra. Desencadeiam-se a partir daí, nos anos seguintes, [...] ocupações e acampamentos com maior ou menor organização dos mesmos (CPT, 1994 apud MELO, 2017, p. 143).

Apesar desses trabalhadores rurais terem sido despejados pela justiça e encaminhados para outros acampamentos improvisado, essa propriedade foi ocupada novamente pelo outros movimentos sociais e acabou sendo desapropriada e transformada no que viria a ser um dos primeiros assentamentos rurais dos estado, sendo chamado de Projeto de Assentamento Novo Horizonte, criado em 10 de abril de 1986 para abrigar diversas famílias de trabalhadores rurais brasileiros expulsos do Paraguai os chamados "brasiguaios", vindo a dar origem ao município de Novo Horizonte do Sul. Segundo Freitas (2018):

> O retorno dos "brasiguaios" coincidiu com as primeiras ações visando a implantação da RA em MS, objetivando atender esta demanda que extrapolava os limites territoriais do estado brasileiro, o governo federal procurou dar prioridade no atendimento desses imigrantes, ao mesmo tempo em que buscou impedir o deslocamento para a região, de mais contingentes vindo do Paraguai (FREITAS, 2018, p. 362).

Esses dois casos emblemáticos demonstram que êxito na implantação da reforma agrária se deve a organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra, pois quanto maior a pressão sobre o governo maior será a prioridade para seu atendimento pelos órgãos estatais, de modo, que é impossível não relacionar a criação de assentamentos com as ocupações e acampamentos promovidos pelos movimentos sociais criados pelos trabalhadores rurais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

As conquistas em torno da luta pela terra em Mato Grosso do Sul estão relacionadas a capacidade de organização trabalhadores rurais em torno de suas pautas sociais que são reivindicadas sobretudo por meio de ocupações de terras e acampamentos promovidos pelos movimentos sociais. Assim, conhecer um pouco sobre esta forma organização popular é importante para entender a dinâmica em torno questão agrária uma vez que os eventos por eles promovidos ajudam a compreender como se deu o processo de implantação da reforma agrária no estado.

Os movimentos sociais de luta pela terra que surgiram no estado a partir da década de 1980 são organizações de trabalhadores rurais criados para combater as contradições do modo de produção capitalista que vigora até hoje em nossa sociedade, visto que desde o início de sua criação os movimentos sociais já denunciavam e chamavam a atenção para os limites do modelo socioeconômico e político e, apontavam para novas formas de organização do trabalho e produção que surgiram (COELHO, 2010, p. 44).

Em Mato Grosso do Sul os movimentos sociais de luta pela terra se constituíram a partir de duas frentes populares, sendo que a primeira ligada aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR que em sua síntese são legatários das Ligas Camponesas, extintas na década de 1960 pela perseguição do regime militar. Neste sentido Almeida (2003) afirma que:

> Os movimentos sociais populares foram gestados a partir da década de 1970, e trazem uma nova compreensão da sociedade. Esses movimentos sociais diferem-se dos antecessores (1945-1960), por apregoarem uma concepção de sociedade pautada na diminuição do autoritarismo, das estruturas hierárquicas e centralizadas. Destarte, as lutas populares vivenciadas no cotidiano que se desenvolveram pós-1964 inauguraram uma nova concepção de política, experimentando formas organizativas de auto-gestão, autoavaliação e centros decisórios múltiplos, sob uma organização mais ou menos definida (direção não espontânea) (ALMEIDA, 2003, p. 178).

A segunda frente popular estava ligada à Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra – CPT que teve grande importância na luta pela terra no estado durante as décadas de 1970 e 1980, tendo como objetivo principal a luta contra a exploração do trabalho, expropriações, democratização ao acesso à terra e concentração fundiária. Segundo Borges e Kudlavicz (2008):

> […] a criação da CPT no MS ocorreu na década de 1970, num cenário político e social muito difícil, marcado pela violência e repressão. A CPT surge em 1978, com o intuito de contribuir no meio rural, sendo um espaço de reflexão para os camponeses poderem se articular. Participando ativamente das ações do campesinato organizado, na forma de ocupações e manifestações, bem como despejos e ajudas nas negociações (BORGES; KUDLAVICZ, 2008, p. 15).

A CPT surgiu em plena ditadura militar em Goiânia no estado de Goiás por volta de 1975, tendo como base a teologia da libertação. Segundo Coelho (2010) ela teve grande peso em meio à luta pela terra, pois mesmo sendo dirigida por uma minoria de agentes religiosos progressistas podia falar em nome da Instituição e dispor de seus recursos materiais e humanos. Para o autor ela:

> […] nasceu sob contradições tanto da sociedade como um todo, com o poder exercido sobre ela; quanto das contradições geradas internamente nas Instituições eclesiásticas que participavam desta Comissão. Nota-se que em meio às práticas da CPT houve um enfrentamento da Igreja com as classes dominantes, à medida que suas visões estariam direcionadas às aspirações das classes oprimidas no campo (COELHO, 2010, p. 73).

Vale ressaltar que entre 1987 e 1988, a CPT deixou de atuar na chamada "frente de massa" para auxiliar na permanência do trabalhador rural na terra. Dessa forma, a partir da década de 1990 ela passou a dirigir sua prática preferencialmente para os assentamentos, ou seja, ela passa a apoiar os trabalhadores rurais já assentados em projetos oficiais de reforma agrária, priorizando assim a luta na terra, e não a luta pela terra (SILVA, 2004, p. 44).

Atualmente existem diversas organizações sociais no estado que visam promover a pauta da reforma agrária e a luta pela distribuição de terras que geralmente estão distribuídos nacionalmente através de suas regionais que organizam milhares de famílias de trabalhadores rurais, sendo que no estado destacamos o MST, a FETAGRI, a CUT, a FAF, entre outros.

Existem ainda outras organizações sociais que foram criadas a partir de divergências ou desmembramento desses movimentos sociais, e outras que embora estejam ligadas a atuação sindical ou religiosas serão consideradas como movimentos sociais para fins deste estudo, pois compartilham com estes as mesmas formas de organização e a pauta de luta pela terra.

Além disso existem ainda várias associações e entidades que embora tenham a mesma pauta não compartilham da mesma forma de organização, porém atuam diretamente na luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar e que, por isso, também podem considerados como movimentos sociais como por exemplo, a Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB, Organização de Luta pela Terra - OLT, Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, o Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária - MCLRA, entre outros.

Embora a luta pela terra no estado não se restrinja as organizações acima descritas, estas constituem os principais movimentos sociais em atividades no estado, porém a esses se somam diversas outras organizações de luta camponesa, incluindo os movimentos da população indígena que embora não tenham uma organização similar nem a mesma pauta pela reforma agrária com os movimentos sociais são responsáveis para maioria dos acampamentos e ocupações de terras no estado atualmente.

Desse modo, a principal contribuição dos movimentos sociais por uma melhor distribuição de terras, considerando todas as organizações de luta pela terra, está ligada à organização das manifestações populares principalmente através de ocupações e acampamentos rurais.

Um dos primeiros episódios em que os movimentos sociais tiveram grande importância na luta pela reforma agrária no estado foi na organização do acampamento de "brasiguaios" em Mundo Novo em 1984. Essa mobilização contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e da Comissão Estadual de Sem-terra até 1985, quando esta comissão tornou-se efetivamente o Movimentos dos trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e passou assumir o acompanhamento da luta dos brasiguaios (FALCHI, 2007, p. 52).

Neste mesmo período houve várias situações de acampamentos e ocupações com a participação direta dos movimentos sociais, entre eles a própria CPT, o MST e a FETAGRI, entre outros. Além do acampamento de Mundo Novo havia outros acampamentos de brasiguaios em Sete Quedas e Eldorado. Em Naviraí, encontravam-se acampados grande parte dos arrendatários expulsos das fazendas Entre-Rios, Água Doce e Jequitibá. Além disso, as famílias que foram despejadas da ocupação

da Gleba Santa Idalina em Ivinhema, acabaram acampando na Vila São Pedro em Dourados, de onde foram encaminhados para o local onde seria instalado o Projeto de Assentamento Padroeira do Brasil em Nioaque.

Segundo Menegat (2009), no ano de 1985, havia ainda, diversos acampamentos nas cidades da região da grande Dourados, como Jateí, Fátima do Sul, Glória de Dourados entre outras, sendo que ao final daquele ano todos os acampamentos dessa região foram reunidos em um único local, próximo ao terminal rodoviário de Dourados, onde as famílias permaneceram por aproximadamente um ano (MENEGAT, 2009, p. 72).

Posteriormente grande parte dos acampamentos que existiam em Mato Grosso do Sul foram centralizados em um grande acampamento chamado Santo Inácio em Dois Irmãos do Buriti, criado pelo governo estadual para reunir os acampamentos de sem-terra, que haviam se instalado em diversas cidades do estado para depois serem distribuídos em assentamentos criados pelo INCRA (MENEGAT, 2009, p. 56).

Como se pode verificar a organização dos trabalhadores rurais através dos movimentos sociais tiveram especial importância na luta pela terra no estado especialmente para a implantação da reforma agrária, isto porque a distribuição de terras a partir da criação de assentamentos rurais não foi fruto de uma política agrária planejada e organizada, mas resultado da pressão política exercida sobre o governo através das ocupações e acampamentos exigindo a criação de assentamentos rurais.

O AGRONEGÓCIO E A POLÍTICA AGRÁRIA

A política agrária em Mato Grosso do Sul tem passado por diversas situações que a impedem de servir como um instrumento eficaz de democratização do acesso à terra e de diminuição da pobreza no campo. Esses entraves decorrem não somente das dificuldades técnicas e políticas, mas sobretudo econômica causada pela industrialização da atividade agropecuária que vem monopolizando os recursos públicos disponíveis para a produção agrícola, além de promover a concentração fundiária, a diminuição da oferta de terras e o encarecimento do preço das propriedades rurais passíveis de aquisição para reforma agrária.

Desde a emancipação política de Mato Grosso do Sul em 1977, o estado manteve sua economia voltada para a exploração agrícola e pecuária em grande escala visando o atendimento da indústria nacional e do mercado internacional de *commodities* agrícolas. Assim, a produção agropecuária em grandes propriedades rurais sempre deteve uma parcela significativa da capacidade produtiva do estado, graças a monopolização dos financiamentos da agricultura e incentivos fiscais disponibilizados pela política agrícola nacional a partir da década de 1980.

Com a intensificação da mecanização e da tecnificação da produção agrícola ocorrida nos anos de 1990, a atividade agropecuária passou por um processo de industrialização atraindo empresas multinacionais do setor alimentício (voltada principalmente para a produção de carnes e da cultura do milho e da soja) e extrativista (com a produção de eucalipto e cana-de-açúcar) e alterando o perfil econômico do estado que passou a ser industrializar. Neste sentido, Buscioli e Souza (2010) afirmam que:

> A motivação industrializante registrada em Mato Grosso do Sul a partir da segunda metade dos anos de 1980 estava pautada na agroindústria e constituía-se em concordância ao comportamento da indústria nacional e da demanda

> internacional, além de significar a mudança do perfil agrário- exportador de Mato Grosso do Sul (BUSCIOLI; SOUZA, 2010, p. 133).

Este processo de industrialização da produção agropecuária e extrativista, juntamente com a chegada de empresas multinacionais do setor agrícola e sua integração econômica ao mercado internacional de *commodities*, culminou na consolidação de toda a cadeia produtiva agroindustrial, o que a partir do ano 2000 passou a ser conhecida como "agronegócio".

A consolidação deste processo de agroindustrialização a partir da década de 2000, foi responsável crescimento econômico de Mato Grosso do Sul, tendo um papel relevante na balança comercial do estado relacionado diretamente ao implemento do setor primário e, portanto, como participação na cadeia de produção agrícola incentivada pelo aumento das trocas comerciais.

Entretanto, o "mito" de que Mato Grosso do Sul é um estado eminentemente agrícola e exportador como o foi nos séculos passados vem se alterando ao longo das últimas décadas passando a se tornar um estado cada vez mais industrializado. Atualmente o setor de serviços detém quase cinquenta e cinco por cento da atividade econômica do estado, enquanto a indústria detém vinte por cento, ficando o setor agropecuário com apenas quinze por cento de participação na economia, segundo os dados divulgados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEMADE, 2018, p. 51).

Assim o privilégio que os órgãos governamentais têm dedicado ao setor agropecuário em detrimento dos demais setores da economia – não se justifica mais, devido a sua menor participação na composição econômica do estado. Portanto, a hegemonia do setor agropecuário no partilhamento dos recursos públicos especialmente através da monopolização dos créditos agrícolas e subsídios fiscais e que vem prejudicando a política agrária só pode ser atribuída à influência política exercida pela elite ruralista do estado.

Neste sentido, o crescimento econômico do estado decorrente da consolidação do agronegócio tem afetado diretamente a política agrária, na medida em que mantém a concentração fundiária, promovendo a exclusão dos trabalhadores rurais dos territórios tradicionalmente ocupados, resultando no desemprego, na pobreza e na miséria no meio rural sul-mato-grossense (FABRINI, 2008, p. 78).

Isto se deve ao fato de que as principais culturas agrícolas produzidas em Mato Grosso do Sul (tradicionalmente a soja, o milho e a pecuária) demandam a utilização de grandes áreas de terras fazendo com que a agriculta monopolize os recursos naturais e restringindo o acesso dos pequenos produtores e trabalhadores rurais ao resultado econômico da agricultura.

Além disso, atualmente vem ocorrendo um crescimento exponencial da área de plantio devido ao arrendamento de grandes extensões de terras necessárias para as plantações da cana de açúcar que estão distribuídas praticamente em todo o estado voltada principalmente para a produção de etanol, e também do eucalipto para atendimento das grandes usinas de beneficiamento de papel e celulose que se estabeleceram na região leste do estado.

Essas atividades além de promoverem ainda mais a concentração fundiária no estado, vem causando grande impacto ambiental devido ao uso intensivo dos solos e dos recursos hídricos e, sobretudo, pelo uso indiscriminado de fertilizantes, defensivos agrícolas e insumos químicos que acabam esgotando os recursos naturais existentes, por isso, depois de certo tempo esses locais acabam sendo abandonados e oferecidos para ao governo para a criação de assentamentos rurais.

Assim a reforma agrária acaba sendo feita em áreas reformadas ou que não servem mais para o agronegócio e que acabam sendo desapropriadas ou compradas pelo governo visando criação de

assentamentos rurais. Porém as propriedades adquiridas muitas vezes não permitem o desenvolvimento da agricultura familiar sem a utilização de grandes investimentos materiais e financeiros para recuperação ambiental causando ainda mais dificuldades para as famílias assentadas.

Além de estimular o domínio do capital sobre o trabalho e a produção, o agronegócio vem aquecendo o mercado de terras por meio da comercialização e, sobretudo, pelo arrendamento de grandes extensões rurais tornando cada vez mais onerosa a obtenção de terras para criação de novos assentamentos rurais. Tal fato constitui o que Oliveira (2012), tem chamado de "deserto verde", que tem aumentado o preço das propriedades rurais no estado e diminuindo o estoque de terras disponíveis para reforma agrária, especialmente na região oeste do estado, segundo o autor:

> Tem-se assim na microrregião de Três Lagoas, por conta do eucalipto, e no território sul mato-grossense em virtude da soja e mais recentemente da cana-de-açúcar, a constituição de um grande "deserto verde" apoiado na estrutura fundiária concentracionista e na aliança latifundiários-capitalistas, solapando qualquer perspectiva de reforma agrária pela via da desapropriação de terras improdutivas (OLIVEIRA, 2012, p. 11).

Outro entrave que tem dificultado a implantação de política agrária em Mato Grosso do Sul é a possibilidade de aquisição de terras por estrangeiros, assunto este de especial interesse não somente porque o estado possui mais de 1.500 quilômetros de fronteira seca com dois países (Paraguai e Bolívia), mas porque está diretamente relacionado à produção agroindustrial por uma infinidade de empresas multinacionais que aqui se instalaram nos últimos anos, como a Bunge Alimentos S.A, Cargill Agrícola S.A, ADM do Brasil Ltda., Adecoagro Brasil Participações S.A etc.

Essas empresas multinacionais atuam em Mato Grosso do Sul não somente na produção agrícola em áreas arrendadas, já que a legislação brasileira limita a aquisição de terras por empresas estrangeiras, mas no próprio mercado de terras através da intermediação de vendas e arrendamentos de propriedades rurais. Assim, apesar de impedir maiores investimentos internacionais na agricultura, esta limitação legal constitui uma importante ferramenta para evitar a perda da soberania nacional sobre as áreas ocupadas pelo agronegócio, assegurando a manutenção da segurança nacional e a prevenção contra especulação imobiliária.

Entretanto para a política agrária, a atenção especial com relação a aquisição de terras por estrangeiros se deve pelos mesmos motivos causados pelo agronegócio, do qual está diretamente relacionado, que é o impacto no preço das terras e na diminuição da disponibilidade de propriedades passíveis de aquisição para fins de reforma agrária, pois a entrada de estrangeiros tem influenciado os preços de terra no cenário nacional, já que estes agentes atuam como fortes demandantes, influenciando a precificação das terras nacionais (CASTILHO, 2012, p. 32).

Dessa forma, para incentivar os investimentos internacionais necessários para o crescimento da produção agrícola causando o menor impacto possível seria necessário estabelecer um novo marco legal de gestão fundiária com mecanismos de controle que permitam a redução e a compensação dos impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade agropecuária. Esses mecanismos devem ser suficientes ainda, para permitir o crescimento econômico do estado e ao mesmo tempo garantir da soberania nacional uma vez que o capital estrangeiro internacional tem potencial econômico para se apropriar de parte significativa do território estadual, inviabilizando de vez a política agrária.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS

A principal política pública para a população do rural do estado é a reforma agrária, sendo que seu principal instrumento é a criação de assentamentos rurais. Esta política se deve sobretudo pela existência de uma demanda social para uso da terra, exteriorizada através das manifestações populares organizadas pelos movimentos sociais em resposta a grande concentração fundiária no estado.

Para atendimento desta demanda foram criados diversos mecanismos legais para aquisição de propriedades rurais para fins de reforma agrária. Porém, a criação de um assentamento rural constitui um ato complexo que exige recursos técnicos, humanos e financeiros não somente para aquisição da propriedade a ser partilhada e distribuída, mais também para promover as condições mínimas para que as famílias contempladas possam morar e produzir no imóvel.

Esse processo de implantação da reforma agrária inicia-se com a aquisição de uma propriedade que será transformada em um assentamento rural sendo condicionada a exigências técnicas como a forma e modalidade escolhida e sua viabilidade econômica apurada por meio do levantamento das potencialidades locais e dos recursos ambientais disponíveis. Depois disso, segue-se a seleção e instalação das famílias que serão beneficiadas, o sorteio do lote que caberá a cada família, a celebração do contrato de concessão de uso, a demarcação da área de reserva legal e proteção ambiental, bem como, a delimitação das áreas de exploração coletiva e de vivência comunitária, que permitirá sua futura urbanização.

Após esta etapa, vem a fase de estruturação do assentamento quando deverá ser implantada a infraestrutura necessária para fixação das famílias (como a abertura de estradas, implantação da rede de água, energia e habitações) e para fomento da produção por meio de financiamento agrícola e contratação de serviço de assistência técnica.

Por último vem a fase de consolidação quando assentamento passa por medidas visando sua titulação com a individualização, certificação e registro das parcelas e urbanização da área coletiva mediante a construção de repartições públicas como escolas, postos de saúde e centro administrativo, além da cessão das áreas reservadas para a instalação de entidades sociais como igrejas, associações, grêmios e clubes recreativos necessárias para permitir uma melhor vivência social e trocas comercias, promovendo a autonomia, independência e emancipação do assentamento.

Devido a sua complexidade o período que decorre da criação de um assentamento rural até sua consolidação e emancipação pode levar muitas décadas, devendo superar uma infinidade de problemas que envolvem desde as dificuldades técnicas na escolha do local, o tamanho dos lotes, os custos e a viabilidade econômica do empreendimento, até questões de ordem política e econômica, como a escassez de recursos, contingenciamento na liberação das linhas de crédito, manutenção da segurança alimentar, falta de moradia etc., o que explica porque é tão difícil promover a reforma agrária em grande escala.

Além disso para concretização da reforma agrária é preciso ainda competir por recursos com outras políticas públicas como a previdência, a saúde, a educação e a segurança pública e por recursos naturais e financeiros com a atividade agropecuária, apesar disso, foi possível a criação de 204 Projetos de Assentamentos em Mato Grosso do Sul abrangendo um total de 711.852,19 hectares, o que corresponde a 2,44% da zona rural do estado. Nestes assentamentos com capacidade para 31.876 famílias, de acordo com o INCRA (2017), vivem aproximadamente 127.504 habitantes ou 36,25% da população rural do estado, segundo estimativa baseada na quantidade de 4 habitantes por domicílio rural divulgada pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas na implantação da reforma agrária em Mato Grosso do Sul, um percentual significativo da população rural ainda reside e trabalha nos assentamentos, todavia esta nem sempre foi a realidade do estado, visto que a implantação de projetos de assentamentos teve início somente em meados da década de 1980. Naquela época a população rural ainda representava 1/3 da população total do estado, porém ao longo das décadas este percentual veio sofrendo uma significativa diminuição, sendo reduzida para 14,36% em 2010 conforme divulgado pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Assim, enquanto no início da década de 1980 a população rural de Mato Grosso do Sul correspondia a 33% da população, nas décadas seguintes houve uma acelerada urbanização, de modo que, apesar do crescimento populacional de 57,25%, houve uma redução de 23,80% da população rural do estado. Portanto, essa redução só não foi maior devido a distribuição de terras promovida pela reforma agrária ao longo das quatro décadas seguintes.

Esses dados demonstram a importância dos assentamentos rurais para impedir o êxodo da população rural, freando o aumento da concentração de terras, a redução da pequena produção agrícola e da mão-de-obra no campo, evitando assim, uma crise agrária e os conflitos fundiários, além da precarização dos serviços públicos nas periferias das cidades para onde se destinam as famílias de trabalhadores rurais.

Pela estimativa acima é possível verificar ainda que 5,20% da população de Mato Grosso do Sul reside em assentamentos rurais da reforma agrária, apesar dos assentamentos ocuparem apenas 1,99% do território estadual. Dessa forma, a densidade demográfica dos assentamentos rurais de MS (17,07 hab./km²) é duas vezes e meia maior que a do estado (6,86 hab./km²) e quatorze vezes maior que a da zona rural (1,20 hab./km²), demonstrando uma importante concentração demográfica nos assentamentos rurais.

Essa análise da densidade demográfica do meio urbano e rural de Mato Grosso do Sul nos permite verificar o impacto dos assentamentos rurais sobre a composição populacional do estado, constituindo um importante instrumento para o planejamento das políticas públicas para a população do campo, pois segundo Casagrande e Souza (2012) através dos dados obtidos:

> […] torna-se possível diagnosticar as fragilidades e as potencialidades de cada município, realizando assim o planejamento urbano e regional, para que se ofereçam bens, serviços e empregos de acordo com as reais necessidades, proporcionando melhorias a essa população. (CASAGRANDE; SOUZA, 2012, p. 4)

Pelos dados apresentados é possível verificar ainda que os impactos dos assentamentos rurais sobre os municípios são ainda maiores uma vez que a concentração demográfica nos assentamentos é superior a maioria dos municípios do estado, visto que somente Campo Grande (110,71 hab./km²), Dourados (54,46 hab./Km²), Ponta Porã (17,36 hab./Km²) e Naviraí (17,18 hab./Km²) possuem mais habitantes distribuídos pelo território que os assentamentos rurais. Estes dados permitem demonstrar que os assentamentos também demandam políticas públicas de urbanização de suas áreas comunitárias.

Isto porque, apesar da característica predominantemente rural, os assentamentos da reforma agrariam apresentam uma grande concentração populacional exigindo infraestrutura urbanísticas maiores que grande parte dos municípios do estado. Prova disto é o Assentamento Itamarati que

possui mais habitantes que a maioria dos municípios, onde seu núcleo urbano apresenta todas as características de uma pequena cidade, embora não receba o apoio governamental necessário para sua urbanização. Neste sentido o superintendente do INCRA em Mato Grosso do Sul, Celso Cestari (2015) já afirmava que:

> Se fosse município, o assentamento Itamarati - localizado em Ponta Porã (MS), fronteira com o Paraguai, com seus 15.867 habitantes, seria o 38º em população no estado de Mato Grosso do Sul, à frente de cidades como Porto Murtinho, Nioaque e Guia Lopes da Laguna. (INCRA, 2015, p. 1)

Portanto, pelos dados apresentados é possível concluir que a reforma agrária tem impacto não somente com relação a densidade demográfica, visto que em alguns municípios a participação dos assentamentos na composição da população é significativa, chegando em alguns casos a ser maior que a população urbana como no caso dos municípios de Itaquiraí e Novo Horizonte do Sul que possuem mais da metade da população morando em assentamentos rurais. Neste sentido, a r esidência dessas pessoas no campo é importante para efetivar reforma agrária, mais também para não provocar um inchaço nas cidades e, consequentemente, transtornos de ordem social, ambiental e econômica nos municípios afetados (TERRA, 2009, p. 209).

Outro fator importante para ser observado quando da análise do processo de implantação de assentamentos rurais é a localização destes no território, isto porque a concentração de assentamentos rurais na mesma localidade produz melhores condições para o êxito do programa, por compartilharem da infraestrutura implantada e permitir uma melhor interação cultural e de trocas comerciais entre as famílias, além intensificar as relações sociais, evitando assim a evasão e o abandono das parcelas.

Foi por isso que procurou-se concentrar os assentamentos rurais em alguns municípios onde estes constituem uma parcela significativa da população, como por exemplo no casos de Ponta Porã que possui 4.506 famílias assentadas em quinze projetos de assentamentos, Sidrolândia onde 4.399 famílias foram assentadas em vinte e quatro projetos de assentamentos e Itaquiraí com 3.130 famílias assentadas em doze projetos de assentamentos, sendo estes os municípios com maior concentração de famílias assentadas no estado.

Esta concentração de assentamentos rurais num mesmo município tem o objetivo de atender o previsto nos dois planos nacionais de reforma agrária que incentivaram o compartilhamento de infraestrutura e das ações de todas as políticas sociais, criando uma nova dinâmica na região em que se inserem. Além disso, trazem um grande impacto econômico para o município onde estão inseridos, seja em razão do volume de crédito mobilizado pelas famílias atendidas, que repercute no comércio local e em outras atividades não agrícolas, como em função das demandas por políticas públicas como infraestrutura, saúde, educação, segurança, etc.. Para Heredia et al. (2013):

> […] a existência do assentamento como espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infraestrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de novas demandas, propiciando a afirmação de novas identidades e interesses, o surgimento de formas organizativas interiores ao projeto (e também mais amplas) e a busca de lugares onde se façam ouvir. Com isso, os assentamentos acabam trazendo mudanças na cena política

> local, com a presença dos assentados nos espaços públicos e nas disputas eleitorais. (HEREDIA et al., 2013, p. 108)

Dessa forma, entendemos que a localização dos assentamentos rurais é de suma importância para determinar o sucesso dos assentamentos rurais de reforma agrária, visto que dessa interação surgem as condições necessários para reprodução social das famílias atendidas. Além disso, a concentração de assentamentos rurais de determinados municípios constitui um importante instrumento para fortalecimento da economia local, impedindo a evasão das parcelas e o consequentemente o êxodo rural, deixando de gerar novos problemas sociais nas cidades que, via de regra, não estão preparadas para receber esta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se ao longo deste artigo demonstrar que o alto índice de concentração fundiária em Mato Grosso do Sul se deve sobretudo a forma de exploração da terra através da produção agropecuária em grandes propriedades rurais. Porém, apesar de incentivar o crescimento econômico do estado esta forma de exploração da propriedade tem causado o desemprego no campo e o êxodo da população rural, estimulando os conflitos agrários e a luta pela terra.

Assim, os principais conflitos agrários no estado se devem a resistência dos trabalhadores rurais expulsos do campo pelo avanço da agricultura sobre as pequenas propriedades e pelo desemprego gerado pela modernização da agricultura que incentivou a organização dos trabalhadores rurais e o surgimento dos movimentos sociais.

Dessa forma os movimentos sociais surgiram em decorrência da organização dos trabalhadores rurais em torno da luta pela terra e, portanto, como uma resposta a concentração fundiária e a expansão da agricultura tendo nas ocupações de terras e no levantamento de acampamentos os principais instrumentos para pressionar o governo para a implantação de reforma agrária.

Por sua vez, a expansão da agricultura culminou no desenvolvimento do agronegócio constituindo o principal entrave para política agrária no estado, na medida em que monopolizou os recursos da política agrícola e a exploração dos recursos naturais, ensejando a diminuição da oferta de terras e o encarecimento do preço dos imóveis rurais, impedindo a aquisição de novas propriedades para criação de assentamentos rurais.

Entretanto, apesar dos entraves criados pelo agronegócio foi possível a criação de 203 projetos de assentamentos rurais de reforma agrária no estado sendo espalhados em todas as regiões visando uma melhor distribuição fundiária. Embora a criação de assentamentos rurais não tenha sido suficiente para alterar a estrutura fundiária do estado tem contribuído para a democratização do acesso à terra, impactando positivamente sobretudo naqueles municípios com a maior concentração de famílias assentadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Presidente Prudente: Unesp, 2003.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. História e Vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In: ALMEIDA, Rosemeire (Org.). **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão disciplinar**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

BUSCIOLI, Roberson da Rocha. Estratégias de Crescimento Polarizado e sua Relação com a (Re)Produção do Espaço Sul-Mato-Grossense: uma análise da tendência à concentração.

Revista Entre-Lugar: Dourados/MS. Ano 1, nº 2, pp. 119-144, 2010. Disponível em http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/653. Acesso em 20/01/2020 às 14:30.

CASAGRANDE, Adriana Eliane; SOUZA, Edson Belo Clemente de. O Espaço e a Demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Revista Sociedade e Território**. Natal/RN: v. 24, n. 1, p. 2–27, 2012. Disponível em https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3461. Acesso em 20/01/2020 às 15:00.

CASTILHO, Marcelo Ambrogi. **Determinantes do Preço da Terra no Mato Grosso do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em file:///C:/Users/Home/Downloads/CastilhoMarceloAmbrogi_TCC%20(2).pdf. Acesso em 20/01/2020 às 15:30.

COELHO, Fabiano. **A Prática da Mística e a Luta pela Terra no MST**. Dissertação (Mestrado em História) Dourados: UFGD, 2010.

CORTEZ, C. **A Travessia do Rio dos Pássaros**. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.

FABRINI, João Edmilson. A Posse e Concentração de Terras no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire (Org.). **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

FALCHI, Edna. **Na Luta por um Pedaço de Chão: experiência e Cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) Dourados: UFGD, 2007.

FREITAS, André Alexandre Ricco de; NUNES, Fábio de Almeida. Os Brasiguaios e a Reforma Agrária na Região de Fronteira em Mato Grosso do Sul. **Anais do VI Seminário Leituras de Fronteiras**, Asunción/PY: UFGD/UNA. v. II, nº 1, pp. 357-364, 2018.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosangela e LEITE, Sérgio Pereira. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, p. 73–111, 2013. Disponível em https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/209. Acesso em 20/01/2020 às 16:00.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** Área **territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/.html?. Acesso em 20/01/2020 às 11:00.

_____. Estatísticas de imóveis rurais**. Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/estatisticas-de-imoveis-rurais. Acesso em 20/01/2020 às 12:00.

_____. Núcleo urbano do Assentamento Itamarati é transformado em distrito de Ponta Porã/MS. **Caderno de Notícias**. publicado em 13/03/2015. Disponível em http://www.incra.gov.br/noticias/nucleo-urbano-do-assentamento-itamarati-e-transformado-em-distrito-de-ponta-porams. Acesso em 20/01/2020 às 13:30 horas.

_____. **Painel de Assentamentos**. Disponível em Acesso em 20/01/2020 as 18:00. http://www.incra.gov.br/ms.

MELO, Danilo Souza. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista Nera**. Presidente Prudente: Unesp, Ano 20, nº 39, p. 133-160, 2017. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4204. Acesso em 20/01/2020 às 14:00.

MENEGAT, Alzira Salete. **No Coração do Pantanal: assentados na lama e na areia, as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral - MS**. Dourados: Editora UFGD, 2009. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170919030820/pdf_95.pdf. Acesso em 20/01/2020 as 16:30.

NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA. Banco de Dados da Luta Pela Terra: Relatório Brasil 2016**. Presidente Prudente: Unesp, 2017. http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf. Acesso em 20/01/2020 às 11:30.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: Iandá Editorial, 2016. Disponível em http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf. Acesso em 20/01/2020 as 17:00.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

SEMADE. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. **Perfil Estatístic**o de Mato Grosso do Sul 2016. Campo Grande: BDE, 2016. Disponível em: http://www.seinfra.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2017/06/Perfil_Estat%C3%ADstico_MS_20_pdf. Acesso em 20/01/2020 às 13:00.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Presidente Prudente: Unesp, 2004.

TERRA, Ademir. **Reforma Agrária por Conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã– MS: "o pivô da questão"**. Tese (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente: Unesp, 2009.

VANESKI FILHO, Ener. Os Brasiguaios Sem-Terra na Reforma Agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente: Unesp. Ano 19, nº 34, pp.119-143, 2016. Disponível em http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4981/4138. Acesso em 20/01/2020 as 17:30.

A LUTA DO MST EM MATO GROSSO DO SUL: ANÁLISE CONJUNTURAL DAS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO

Recebido em 30/01/2020, aprovado em 6/03/2020
10.30612/mvt.v6i11.10973
Lara Dalperio Buscioli[2]

RESUMO: A questão agrária no Brasil é permeada por diversos conflitos territoriais das quais as ocupações de terras e as manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais (camponeses, indígenas, quilombolas etc.) tem se tornado a principal forma de conquista pela terra/território. Fatos evidenciados no estado do Mato Grosso do Sul (MS), que em todo o seu histórico de formação é marcado pelas disputas entre fazendeiros, agronegócio, Estado e movimentos socioterritoriais. Estas ações têm gerado modificações territoriais expressivas na área rural do referido estado, principalmente com a inserção de empresas de capital estrangeiro, configurando um elemento analítico importante. Assim, este estudo se propõe elucidar as atuações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em MS, através das manifestações do campo entre 2000 e 2018, buscando compreender em sua totalidade a dimensionalidade da questão agrária. Isto foi possível pelas metodologias de levantamento bibliográfico, entrevista e sistematização dos dados quantitativos do DATALUTA.

Palavras-chave: Manifestações do Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mato Grosso do Sul.

THE MST FIGHT IN MATO GROSSO DO SUL: CONJUNCTURAL ANALYSIS OF MANIFESTATIONS OF THE FIELD

ABSTRACT: The agrarian issue in Brazil is permeated by several territorial conflicts, of which land occupations and demonstrations carried out by socio-territorial movements (peasants, indigenous people, quilombolas, etc.) have become the main form of conquest over land/territory. Facts evidenced in the state of Mato Grosso do Sul (MS), which throughout its history of formation is marked by disputes between farmers, agribusiness, the State and socio- territorial movements.

2 Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) em Presidente Prudente (SP) na área de Geografia Agrária com orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atua desde 2010 no "Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária" (NERA) e membro da Rede DATALUTA. Bem como, atuou como professora conferencista no curso de Turismo da UNESP no campus de Rosana e como professora substituta em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: lara.dalperio@gmail.com

These actions have generated significant territorial changes in the rural area of that state, mainly with the insertion of companies with foreign capital, configuring an important analytical element. Thus, this study aims to elucidate the actions of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra in MS, through the manifestations of the field between 2000 and 2018, seeking to fully understand the dimensionality of the agrarian issue. This was made possible by bibliographic survey methodologies, interviews and systematization of quantitative data from DATALUTA.

Keywords: Manifestations of the Field. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mato Grosso do Sul.

LA MST LUCHA EN MATO GROSSO DO SUL: ANÁLISIS DE LA CONJUNCIÓN DE LAS MANIFESTACIONES DEL CAMPO

RESUMEN: La cuestión agraria en Brasil está permeada por varios conflictos territoriales, de los cuales las ocupaciones de tierras y las manifestaciones llevadas a cabo por movimientos socio-territoriales (campesinos, indígenas, quilombolas, etc.) se han convertido en la principal forma de conquista de la tierra / territorio. Hechos evidenciados en el estado de Mato Grosso do Sul (MS), que a lo largo de su historia de formación está marcado por disputas entre agricultores, agronegocios, el Estado y movimientos socio-territoriales. Estas acciones han generado cambios territoriales significativos en el área rural de ese estado, principalmente con la inserción de empresas con capital extranjero, configurando un elemento analítico importante. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo dilucidar las acciones del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra en MS, a través de las manifestaciones del campo entre 2000 y 2018, buscando comprender completamente la dimensionalidad del problema agrario. Esto fue posible gracias a metodologías de encuestas bibliográficas, entrevista y sistematización de datos cuantitativos de DATALUTA.

Palavras Clave: Manifestaciones del campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Historicamente o estado do Mato Grosso do Sul tem se destacado pelos conflitos territoriais e resistências diante de frentes de ocupação, presença de grandes propriedades rurais, incorporação do capital estrangeiro relacionado à internacionalização no mercado, aliado à pecuária, soja e cana-de-açúcar (re)criando assim, resistências como as atuações em ocupações de terras dos movimentos socioterritoriais.

Desde o início do processo de ocupação do Mato Grosso do Sul, ocorreram conflitos e resistências pelo território, que foi ocupado por duas frentes de colonização que datam nos anos iniciais do século XX, com a vinda de imigrantes do estado do Rio Grande do Sul que desenvolveram a pecuária e o plantio de ervas, e outra frente de meados das décadas de 1950/1960, no reverso da "cuesta" da Serra de Amambai, próxima aos limites do estado do Paraná e São Paulo onde havia

predominância das florestas (AVELINO JUNIOR, 2008).

Moreno (2005) aponta que a geopolítica do uso e ocupação do solo do estado do Mato Grosso do Sul pelo grande capital, bem como sua tecnificação do trabalho e organização produtiva, é uma herança com impactos sentidos ainda na atualidade.

Esses impactos são de níveis social, econômico e ambiental, como o devido ao uso intensivo de agrotóxicos ou modificação do mercado de terras no estado, com estratégias de compra e arrendamento de terras de empresas/grupos impedindo a reforma agrária através das ocupações de terras e dificultando a produção agroecológica ou orgânica nos assentamentos.

As empresas/grupos que fazem parte deste cenário estratégico são: Adecoagro; ADM, Arauna; Biosev; BR Food; Bunge; Central Energética Vicentina; Cerona; Fibria; Galtere; George Soros, InternationalPaper; Louis Dreyfus; Monsanto; MSU Agro; Odebrecht; Parkia Participações; Raízen; Safi Brasil; SLC Agrícola; Usina São Fernando; Clean Energy; Grupo Biourja e Grupo Poet, com os mais diversos capitais Argentina, Reino Unido, Emirados Árabes, EUA, França, Holanda, Itália, Japão etc. (DATALUTA, 2016).

Neste contexto histórico de ocupação do MS e de avanço do agronegócio nacional e estrangeiro que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para realizar ações de resistências no referido estado. Assim, o MST desde a sua origem na década de 1980 tem ligação com o território, abrangendo suas lutas por melhores condições de vida nos acampamentos e assentamentos, buscando saúde, educação, produção de qualidades entre outras.

A Comissão Pastoral da Terra teve um papel importante para o MST em MS, pois foi por meio dela que o Movimento conseguiu se organizar em trabalhos de base e reuniões, permitindo e fortalecendo a sua consolidação. Assim, as conquistas que o MST tem travado no estado ao longo dos anos estão vinculadas com as suas lutas e resistências que partem das ocupações de terras como importantes instrumentos da conquista do território camponês e das manifestações que se realizam em áreas urbanas, mas com destaque e desdobramentos para as causas do campo.

As ocupações originam os assentamentos rurais entendidos neste trabalho como territórios camponeses, ou seja, espaços de lutas, resistências e esperança. Estes territórios camponeses vêm sofrendo com os impactos causados com a territorialização do agronegócio nacional e estrangeiro dentro deles e em seu entorno. Neste sentido, a luta contra este processo ocorre de forma intensa no Mato Grosso do Sul, buscando contrapor ideias e o modelo de produção pautado nas commodities com a produção camponesa que tem lógicas distintas.

Como um fortalecimento para essas lutas e agregação de resistências temos as manifestações do campo que, na conjuntura de luta, se consolidaram como instrumentos importantes e de visibilidade da luta camponesa em outros espaços e territórios para além do rural. Elas se diferenciam das ocupações de terras devido ao caráter territorial e estrutural.

Diante disso, o presente artigo busca analisar as manifestações do campo realizadas entre os anos de 2000 e 2018, apresentado uma tendência das principais reivindicações e formas de ações realizadas no estado do Mato Grosso do Sul pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Para melhor compreensão da temática apresentaremos no próximo subtópico quais foram os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste artigo. Seguindo apresentaremos os principais apontamentos do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado do Mato Grosso do Sul para então, compreendermos as atuações dele na forma de manifestação como elemento histórico sua luta e resistência.

Por fim, apresentaremos as considerações finais elaboradas a partir do desenvolvimento da pesquisa e suas bases bibliográficas que permitiram a partir da aplicação das metodologias a campo

e laboratorial a sistematização teórico-conceitual da temática.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EXECUTADOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizados no sentido de produzirmos informações quantitativas e qualitativas que deram subsídios para suprirmos os objetivos do artigo. Desta forma, o dividimos em duas partes para melhor compreensão e sistematização do estudo: 1º) Produções de informações qualitativas com a aplicação de entrevista e pesquisa bibliográfica; 2º) Produções de informações quantitativas com a sistematização de dados do DATALUTA.

Em relação à primeira parte realizaremos pesquisas bibliográficas sobre os temas que envolvem a pesquisa, como exemplo: a questão agrária, ocupações de terras, manifestações do campo, campesinato, lutas camponesas, agricultura capitalista, agronegócio entre outros temas. Sendo realizada por meio de leituras de livros, teses, dissertações, artigos científicos e jornais de escala nacional, estadual e regional compondo uma gama de informações qualitativas importantes para a compreensão e análise da temática.

Na realização da entrevista partimos dos estudos realizados por Colognese e Melo (1998), que as compreendem como um processo de interação social entre o pesquisador e o entrevistado, com a finalidade de obtenção de informações, a partir de uma conversa interessada e orientada pelo entrevistador.

Para suprir nossos objetivos, partimos da entrevista com caráter formal e semi- estruturada, ou seja, embora apresentem um roteiro, podemos ter liberdade de adicionar perguntas conforme necessidade e a fala do entrevistado, podendo interferir no momento da entrevista (COLOGNESE; MELO, 1998).

Em relação à segunda parte, produções de informações quantitativas com a sistematização de dados do DATALUTA que reúne elementos analíticos da questão agrária brasileira. O DATALUTA é composto pelas seguintes categorias analíticas: movimentos socioterritoriais e suas duas formas de atuação: ocupações de terras e manifestações do campo, estrutura fundiária, assentamentos rurais e estrangeirização de terras. Esses dados são confrontados a partir de diferentes fontes como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Ouvidoria Agrária Nacional, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rede DATALUTA etc.

Para este artigo utilizaremos as categorias de movimentos socioterritoriais e manifestações do campo, para os dados do estado de Mato Grosso do Sul, que serão armazenados em planilhas do programa Microsoft Excel, onde geraremos bases para as elaborações de tabelas, gráficos e quadros, que farão parte do trabalho. Os dados para a elaboração dos mapas serão tabulados no Excel, gerados no programa Philcarto e para a arte final utilizaremos o programa CorelDraw, suprindo assim, os objetivos de mapear a questão agrária/conflitos no campo no referido estado.

O estudo sobre as manifestações nos permitem classifica-las de acordo com suas tipologias - formas de ação, devido à grande diversidade das ações. No DATALUTA (2019), identificamos as tipologias de: acampamento, audiência pública, bloqueio, caminhada, marcha, ocupação, ocupação de agência bancária, ocupação de espaço privado, ocupação de espaço público, formação de acampamento, greve de fome/sede, liberação de praça de pedágio, ocupação de prédio público, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público/privado, ocupação praça de pedágio, outros, , romaria, saque, temática (água, terra, questões ambientais, indígenas, política agrícola) e vigília.

Cabe ressaltar que parte deste artigo são realizações desenvolvidas e composta na dissertação de mestrado intitulada "Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio

Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu", sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com a atualização dos dados quantitativos e novas análises, que qualificarão e darão seguimento basilar à futuras pesquisas de análise geográfica sobre a questão agrária no estado do Mato Grosso do Sul.

APONTAMENTOS SOBRE O MST EM MATO GROSSO DO SUL: ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA COMPREENDERMOS A CONJUNTURA ATUAL

Para iniciarmos os debates sobre a resistência camponesas por meio das manifestações do campo e ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, partiremos da análise da origem do Movimento[3] em Mato Grosso do Sul, que teve como principal aliada a CPT em meados da década de 1980.

Para isso, apresentaremos os primeiros conflitos camponeses pela e na terra no referido estado que foram iniciados na década de 1970, devido às irregularidades em contratos de arrendamentos e reivindicações de algumas áreas, conforme apontaram os estudos de Fabrini (1996).

Com esta situação os movimentos camponeses, de trabalhadores rurais e de sindicalistas, iniciaram as suas primeiras ações de resistência frente ao latifúndio, organizando-se para construir os trabalhos de base que seguiriam nas próximas décadas, sendo determinantes para a obtenção de seus territórios no caso o território camponês, por meio das ocupações de terras no referido estado.

Segundo Fabrini (1996), a história de resistência no estado se inicia principalmente com as lutas em Naviraí e em Glória de Dourados, onde no primeiro município o movimento foi de arrendatários com destaque para a participação da CPT e do Sindicato Rural de Naviraí ocupando três fazendas: Entre Rios, Água Doce e Jequitibá. Devido a essa participação os arrendatários, após ganho de causa para permanência na área da fazenda Jequitibá por dois anos devido a irregularidades no contrato, reivindicam a desapropriação tendo forte repressão do fazendeiro e com o acontecimento um fato que mudaria o rumo da organização dos arrendatários, o assassinato do advogado que os defendia.

Esta ação se tornou o marco inicial para a luta dos sem-terras (FABRINI, 1996), pois configurou-se como um elemento repressivo e violento direto aos que lutavam pelo direito ao acesso a terra, culminando na consequência lástima e irreversível que é a morte de um defensor da causa e de todas as ações até então executadas.

Fernandes (1999) faz uma narrativa importante para compreendermos a trajetória do MST no estado do Mato Grosso do Sul, bem como desta ação descrita por Fabrini (1996) como marco do Movimento:

> Desde 1979, nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquarussu, Bonito e Glória de Dourados, os latifundiários pararam de arrendar terras, pois as fazendas já estavam formadas. Enquanto formavam as fazendas, derrubando a mata e plantando capim, os camponeses plantavam algodão e outras culturas, faziam poços e se estabeleciam. Durante muito tempo, com o fim do arrendamento, os camponeses migravam, mas naquele ano resistiram. Algumas das lutas de resistência aconteceram em Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Doce e

3 Ao escrevermos Movimento com a letra maiúscula, estamos nos referindo ao movimento socioterritorial MST.

> Jequitibá, envolvendo em torno de 240 famílias (FERNANDES, 1999, p. 60).

A respeito da fazenda Jequitibá os acampados ganharam a causa na justiça em meio aos conflitos e ameaças do fazendeiro para permanecerem por mais de um ano, reivindicando a área para reforma agrária. Com isso, o fazendeiro soltou nas lavouras dos camponeses gados para que ela fosse perdida, além de ameaças contra o acampamento que causou na saída de vários camponeses. Com a intervenção do advogado Joaquim das Neves Norte frente a essa situação, gerou um conflito que culminou na sua morte, por meio de um atentado intensificando a situação precária no território (FERNANDES, 1999).

Esses conflitos foram aumentando na medida em que o governo intervia na questão agrária do estado, por meio do Projeto Guatambu que tinha como objetivo dar assistência para as famílias camponesas. Mas, segundo o autor este projeto não funcionou e ocasionou alguns conflitos materializados na ocupação da fazenda Baunilha em Itaquiraí com 800 camponeses que não estavam com uma organização consolidada, assim o Governo juntamente com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura convenceram os camponeses a saírem da área, uns ficaram acampados nas margens de uma rodovia onde a polícia militar cercou com arame farpado para absolutamente ninguém entrar, depois sofreram repressão, foram despejadas e transferidas para outro estado:

> Coagidas, isoladas, sem apoio, pouco a pouco foram abandonando oacampamento. Restou 68 famílias que sobreviveram trabalhando de bóia- fria. O governo transferiu essas famílias para uma área de cerrado, no município de Cassilândia, na divisa com o estado de Goiás, distante mil quilômetros de Itaquiraí. Quando chegaram à área, perceberam que, mais uma vez, haviam sido enganados. O Incra havia lhes prometido que a área era boa, mas encontraram areia e estavam a 90 quilômetros da cidade mais próxima. Também nessa área a polícia manteve o cerco e impediu que a CPT realizasse reuniões com os trabalhadores. Durante 4 meses permaneceram alojadas em um barracão até serem transferidas para os lotes, onde não tinha água, só areia e pedra A primeira colheita foi um fracasso. Para não morrerem de fome, passaram a trabalhar como diaristas em áreas próximas, onde a agricultura era mecanizada. A falta de água, a terra arenosa, a fome, as doenças, a distância e a falta de comunicação agravaram a situação das famílias. A CPT realizou uma campanha de alimentos para ajudar as famílias e passou a denunciar o descaso do governo para com os trabalhadores assentados. Encaminhou um dossiê ao governador, pedindo uma solução para o caso. O governo propôs a transferência das famílias para o norte do Mato Grosso. As famílias tentam negociar a transferência para o sul do Mato Grosso do Sul, mas diante da miséria em que se encontravam e da intransigência do governo, aceitaram a mudança para o município de Colider, a um mil e quinhentos quilômetros de onde se encontravam (FERNANDES, 1999, p. 61).

Muitas dessas famílias morreram com o contágio de doenças e/ou abandonaram a luta devido à falta de perspectiva de vida com a difícil situação de saírem do estado do Mato Grosso do Sul para serem assentados sem assistência em outro estado. Mesmo com a ajuda da CPT, que se tornou um elemento primordial de apoio, na fortificação do trabalho de base ou em campanhas para a arrecadação de alimentos, os governos conseguiram retardar a luta dos camponeses.

Segundo Fabrini (1996), a CPT teve um papel importante na luta e resistência do MST no

estado do Mato Grosso do Sul, principalmente com sua origem realizando vários encontros intermunicipais na região da Grande Dourados, dando base para o surgimento do Movimento. Esta história de luta do MST, também está relacionada com os estados da região Sul do Brasil e de São Paulo, um dos fundadores foi Geraldo Garcia, contribuindo para a criação dos setores organizacionais do Movimento (ALMEIDA, 2003).

O militante Celso em entrevista confirma tais fatos:

> Em 1984, quando surgiu o Movimento, o Movimento começou a fazer um trabalho de base nas comunidades e aí à gente foi convidado, a minha família, na verdade, foi convidada, os meus pais foram convidados, mas eles não deram muita importância ou não deram nada de importância. E aí a gente fazia parte do ciclo da juventude, através das pastorais da juventude e onde a gente foi incentivado a participar das reuniões, para ouvir qual que era a ideia então (Celso em entrevista ao autor, 2015).

Ele continua...

> Então a gente participou de três ou quatro reuniões, isso em 1984, já final de 1984 e aí houve toda uma mobilização, através do MST, para trabalhar na perspectiva das ocupações de terra. Isso em 25 de maio de 1985, a gente foi para a ocupação. E aí os meus pais não quiseram ir, não quiseram nem participar das reuniões e eu, estimulado, animado, criei a resistência em casa e fui para a ocupação (Celso em entrevista ao autor, 2015).

Nas palavras de Celso, vemos a importância dos primeiros trabalhos de base e das ocupações de terras para dar identidade e amplitude de mobilização territorial para o Movimento. Este trabalho de base foi expressivo na luta do MST no estado, principalmente para a formação das ocupações que precederam os acampamentos organizando suas ações no seu interior para contribuição da resistência e consolidação de sua territorialização por meio dos assentamentos rurais.

Bernardo Mançano Fernandes (1999) confirma o acontecimento das reuniões e da organização dos camponeses para realizar as ocupações e acampamentos como formas de resistências diante da também ajuda/contribuição da Comissão Pastoral da Terra:

> Em 1981, as famílias sem-terra realizavam reuniões em 20 municípios. Diversas lutas aconteceram e foram formados acampamentos como forma de resistência. No fim de 1982 foi realizado um encontro em Taquarussu, onde os sem-terra discutiam as formas de apoio e as perspectivas de luta. Avaliam que ficar enviando abaixo-assinado por meio de sindicatos não traz solução para os seus problemas. Elaboram um documento em nome do Movimento Sem Terra do Mato Grosso do Sul e encaminham ao governo, reivindicando o assentamento imediato. Não conseguiram nenhum tipo de acordo: só promessas. Esperar do governo alguma atitude com relação a situação das famílias sem-terra era morrer na estrada. Decidiram sobreviver e começaram a organizar uma ocupação (FERNANDES, 1999, p. 62).

Esta ocupação, citada pelo autor, fortificou e consolidou a luta do MST pela terra no MS e refere-se a sua primeira ocupação conjunta com a CPT que era responsável pela organização interna do acampamento, conforme nos relata Silva (2004): A área ocupada foi a Gleba Santa Idalina, localizada no município de Ivinhema/MS. Esta ocupação também foi marcada pela violência e pelos conflitos entre os sem-terra, os latifundiários e o Estado, representando pelo então governo Wilson Barbosa Martins, do PMDB (SILVA, 2004, p. 38).

Segundo Silva (2004), este latifúndio tinha 18 mil hectares pertencentes à Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO) e quando os camponeses a ocuparam tinham oito mil famílias, que buscavam a conquista deste território em 1984. Ela teve suma importância para mostrar as questões que envolviam o campo sul-matogrossense, resultando na criação do território camponês Padroeira do Brasil no município de Nioaque.

Segundo Fernandes (1999) o processo para a realização desta ocupação teve vários sujeitos como: os sem terras, paraguaios, camponeses, arrendatários, posseiros e ribeirinhos. Inicialmente, teve grande repercussão por meio dos trabalhos de base e das informações chegadas até o INCRA, polícia civil e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura tentando impedir a ação, gerando grandes desafios para a ocupação, pois eles teriam que atravessar o rio Guiraí, assim foi decidido construir uma passarela:

> Durante os trajetos até a fazenda Santa Idalina aconteceram vários incidentes. Em Mundo Novo, a Polícia Militar tentou impedir a saída de um comboio e prender alguns trabalhadores. Sem sucesso, os policiais dirigiram- se à uma fazenda no município Japorã, ao sul de Mundo Novo, certos que seria ocupada. Mas, os caminhões vão em direção ao norte, para Ivinhema. O encontro dos comboios aconteceu na cidade de Sete Placas, mais de 20 caminhões. Outros se perderam ou estavam atrasados. Alguns foram barrados pela Polícia Rodoviária. O caminhão com os alimentos quebrou e, pior, estava com a maior parte do material para a construção da passarela sobre o rio (FERNANDES, 1999, p. 63).

Mesmo diante desses desafios a luta não parou, os camponeses chegaram à margem do rio e um homem a nado levou um cabo de aço de uma margem a outra para que iniciasse a travessia também a nado. De manhã, a polícia civil tentou evitar que parte dos camponeses continuassem atravessando, mas foi em vão. Depois da formação do acampamento e de várias discussões ele foi denominado "Acampamento Venceremos". Nele a polícia fez várias rondas com os carros da SOMECO e o governo tentou negociar objetivando a retirada dos camponeses levando eles para outras localidades, mas não foi aceito devido à história de luta dos sem terras já travada e sem sucesso, como a retirada das famílias para Goiás e a promessa do Governo de enviar alimentos também descumprida (FERNANDES, 1999).

Segundo o autor:

> Os sem-terra receberam o apoio de diversas entidades e instituições. Todavia, o governo ordenou a retirada das famílias e Polícia Militar fez o despejo. Na persistência da luta, acamparam em frente à Catedral de São José. Depois de cinco meses de negociação, os acampados aceitam uma área de 2.500 hectares no município de Nioaque, comprada pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul. Seria um assentamento provisório, porque a área máxima para cada família era de

> 5 hectares. No final do mês de setembro, todas as famílias foram transferidas para o assentamento que foi denominado Gleba Padroeira do Brasil. Era uma vitória parcial (FERNANDES, 1999, p. 65).

A partir do que foi exposto pelos estudos de Fabrini (1996), Fernandes (1999), Almeida (2003) e Silva (2004), podemos concluir o papel importante das ocupações de terras e dos acampamentos na luta do MST no estado, bem como da CPT na contribuição desta luta e resistência criando territórios camponeses de vida.

Segundo o MST (2009), os representantes do estado do Mato Grosso do Sul tinham participado da fundação do Movimento em Cascavel no estado do Paraná e no 1º. Congresso Nacional, em Curitiba. Apreendendo assim, informações importantes para consolidar as lutas do MST no estado do MS.

Ao final da década de 1980 o MST desvincula-se com a CPT, por meio de rupturas de ações no âmbito político, com a vinda de duas lideranças nacionais que vieram contribuir com a luta e "consolidar" o MST no estado. Segundo Fabrini (1996), as lideranças eram Darci Domingos Zehn e sua esposa, realizando em 1989 sua primeira ocupação na área da Fazenda Itasul, surgindo posteriormente o assentamento no município de Itaquiraí.

O autor afirma que o MST foi adquirindo autonomia em suas ações distanciando ainda mais da CPT, assim a partir da década de 1990, eles vão atuar em duas frentes diferentes: a CPT com foco nos assentamentos e o MST atuando de forma ampla preocupando-se desde organização até a luta pela conquista de seu território, assim seu lema era "*Terra não se ganha, se conquista*" por meio das ocupações. Mas, o Movimento com sua maior experiência de luta observou que só a conquista da terra não era suficiente para suprir com a demanda dos sem terras.

Segundo Fabrini (1996) durante o V Encontro Nacional do MST a palavra de ordem muda, frente às pressões dos latifundiários:

> [...] adotou uma nova palavra de ordem: *ocupar, resistir e produzir,* resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção para viabilizar os assentamentos de reforma agrária (FABRINI, 1996, p. 88 – grifo do autor).

Fernandes (1999) aponta que esta palavra de ordem, representa de forma incisiva a lógica de luta do MST, dimensionando a reciprocidade nos processos de ocupação e de produção, rompendo coma ideia da separação dos sem terras com os com terras, ou seja, os que realizavam as ocupações e os camponeses que já eram assentados. Assim, a única alternativa que o Governo dava era o cumprimento deste lema por parte do MST:

> Assim, a ação de ocupar era (e ainda é) necessária para que a os territórios materiais camponeses sejam (re) conquistados frente ao conflito, resistindo e ao ocorrer à materialização dessa luta era necessário produzir. Essa produção não seria voltada para a monocultura e sim, para uma diversificação de alimentos, que seriam mais saudáveis e de boa qualidade que atendesse a sociedade. Assim, toda a sociedade deveria participar nas questões a respeito da reforma agrária, seja lutando através das manifestações e ocupações ou contribuindo no debate intelectual (DALPERIO, 2012, p. 25).

No ano de 1995 foi definida pelo Movimento a palavra de ordem: "R*eforma agrária: uma luta de todos"* e nos anos de 2000 "*Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio"* (FABRINI, 2008) incorporando que a luta do MST era contra o latifúndio que não cumpria a sua função social.

Segundo Rosemeire Almeida (2003):

> [...] o poder das palavras, inclusive as palavras de ordem do Movimento, tais como: "Sem Reforma Agrária não há democracia"; "Ocupar, Resistir e Produzir"; "Reforma Agrária: uma luta de todos"; "Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndios"; **sustenta-se na legitimidade (crença) daquele(s) que a(s) pronuncia(m) e não no significado semântico ou político** (ALMEIDA, 2003, p. 191 – Grifo nosso).

Almeida (2003) diferencia as ações do MST em relação a outros movimentos socioterritoriais por vários aspectos tais como: ocupações de órgãos públicos para chamar a atenção do Estado e da sociedade para as questões voltadas ao campo; caminhadas, passeatas e atos públicos objetivando integrar as forças do campo e da cidade; recuperação de alimentos realizada pelo saqueamento de caminhões que trafegam as rodovias onde o Movimento está acampado; trancamento de rodovias para conseguir alguma ação imediata e por fim, uma das ações mais importante às ocupações/ acampamentos/despejos na qual eles se articulam para ocupar as áreas devolutas.

As primeiras ações exemplificadas por Almeida (2003) referem-se em nossas análises as manifestações do campo, que são realizadas para chamar a atenção do poder público para as demandas do Movimento ao campo, sejam para os assentados como para os acampados. A segunda é a ação de resistência direta contra o latifúndio, o agronegócio nas áreas onde eles estão territorializadas, a fim de questionar tais territórios, por meio das ocupações de terras.

Assim, nas páginas que se seguem analisaremos as tendências das ações do MST no estado do Mato Grosso do Sul a partir das manifestações do campo, que no contexto histórico configuram-se como uma das principais formas de lutas e resistências do Movimento em todo o território brasileiro, especialmente no referido estado.

AS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO REALIZADAS PELO MST NO CONTEXTO DE LUTA PELO TERRITÓRIO E POR SUA PERMANÊNCIA

As manifestações de terras representam no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra uma das principais formas de reivindicação na luta pela conquista do território camponês que dão sentido e caraterização para sua existência em conformidade com suas diferentes práticas de reprodução social estabelecida em seu meio, estabelecendo elementos para compreendermos sua permanência nestes territórios.

Segundo Fernandes (1994), as manifestações são importantes na luta, pois dão visibilidades para as questões voltadas ao campo, ou seja, são atos políticos efetivos de luta. Elas têm caráter políticos e reivindicatórios, partindo de uma coletividade, onde a abrangência de suas ações, ou seja, a visibilidade pública é marcante (COMERFORD, 1999) e determinante, colocando os temas que envolvem a questão agrária na pauta de dos Governos e nos centros de mídias impressas e digitais.

Essa coletividade também é mostrada por Pereira (2012), quando realizou um estudo sobre estas ações e suas tipologias no estado de São Paulo, analisando a espacialização e as principais

reivindicações dos movimentos em seu contexto de luta, em suas palavras: "as manifestações para os movimentos socioterritoriais são ações que refletem conteúdos estruturais, são organizadas no sentido de evidenciar situações que deveriam ser de interesse social, mas que frequentemente são mascaradas pelo discurso dominante" (PEREIRA, 2012, p. 12-13).

O discurso dominante a respeito das questões que envolvem o campo brasileiro, traz intencionalidades que acabam por acirrar alguns conflitos, ou seja, o que está em disputa além dos territórios ou mesmo das condições de sobrevivência (infraestruturas) é o entendimento que parte da sociedade terá sobre as reivindicações dos movimentos socioterritoriais na forma de manifestações.

Estes discursos estão embasados em diferentes perspectivas paradigmáticas, das quais o desenvolvimento do campo está atrelado somente com o agronegócio, onde as ações dos movimentos são vistas como um obstáculo a esse desenvolvimento. Eles estão relacionados aos modelos explicativos baseados em paradigmas que "representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais" (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47).

Os paradigmas que compõem esta realidade são expressos em dois: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) que buscam em sua essência constituir os parâmetros teórico-ideológicos, pautados na diferenciação dada ao papel do campesinato e, portanto nas propostas de políticas públicas que concorrem entre si dentro da lógica de Estado e de territórios, bem como na compreensão de suas formas de atuações como nas manifestações.

Baseados em Fernandes (2009), entendemos que existem dois tipos de territórios, o imaterial e o material, que são envoltos de três tipologias: primeiro, segundo e terceiro território. O território material é constituído de fixos e fluxos, estabelecendo relações de diferenciações entre Estado, governanças, propriedades, lutas sociais compondo suas ordens: Primeiro território como espaços de governança organizados em diversas escalas; Segundo território como propriedades sendo comunais, privadas, capitalistas, familiares etc.; E terceiro território é o fluxo conexo com territorialidades/formas de uso dos territórios.

Nesta relação territorial compreendemos que os movimentos socioterritoriais, em especial o MST, questiona por meio das manifestações a legitimidade das atuações dos diferentes sujeitos no primeiro e no segundo território, questiona os tipos de propriedade e suas ações e fluxos relacionais dentro do terceiro território e suas formas de uso.

O outro tipo de território é o imaterial, também disputado pelo Movimento, da qual o PQA e o PCA estão, bem como suas políticas – que no seio do conflito tem como base está lógica de território. Ele é compreendido a partir da determinação de relações de poder: "pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material" (FERNANDES, 2009, p. 211).

O PCA parte da tendência da agricultura familiar e do agronegócio, subalternizando e integrando o campesinato ao sistema produtivo (tecnificado e mecanizado) do capital, não havendo uma questão agrária a ser debatida, bem como a solução dos problemas gerados por seus processos e pelo sistema podem ser resolvidos dentro do capitalismo por meio de políticas que integrem o campesinato/agricultor familiar. (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016). Configurando o primórdio das reivindicações dos movimentos socioterritoriais e, neste caso o MST, conflitando com este modelo explicativo, pois suas lutas nas diversas formas não são consideradas, os modos de vida camponês e suas formas de reprodução também não.

Já no PQA a lógica norteadora é completamente diferente, pois o campesinato se recria no interior do capitalismo e nas suas contradições, buscando formas alternativas de sobrevivência frente

aos impactos socioterritoriais em seus territórios construindo um novo modelo de desenvolvimento, através de ações de enfrentamento (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016). Nestas ações de enfrentamento se colocam as manifestações, que a partir da lógica da agricultura familiar/campesinato propõem formas de ter e de se conceber o território, bem como a consolidações de relações em seu terceiro tipo.

Neste sentido, as ações dos movimentos socioterritoriais na forma de manifestações entram nesta conjuntura paradigmática, quando as relacionamos com as formas de reivindicações e resistências ou mesmo pelo próprio ato da sua ação direta. Que nos permitem numa análise mais profunda estudarmos o Estado, o capital e movimentos socioterritoriais no contexto de desenvolvimento de políticas públicas a nível brasileiro e mundial, partindo de diferentes visões que resultam em distintas formas de uso dos territórios e de apreciação dos sujeitos nas formas de resistências.

Assim, as manifestações caracterizam por meio do questionamento, pois elas são construtoras de espaços políticos de reivindicações e protestos (SILVA, A.; FERNANDES, 2008), com o objetivo de garantir os diretos a terra, água, infraestruturas, cidadanias, ou mesmo, denunciar as violações dos diretos humanos, trabalhistas, ambientais entre outras.

Elas são importantes estratégias de lutas, verdadeiros instrumentos, mostrando a capacidade de articulação e organização que os movimentos socioterritoriais realizam, a fim de despertar a população e aos órgãos públicos os problemas e dificuldades do campo (MOURA, VICTOR, CLEPS JUNIOR, 2012). As consideramos como atos diretos de enfrentamento dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais com o objetivo da conquista do território material e imaterial e de formas de permanecer nele dignamente frente as ações do Estado e de outros sujeitos contrários a tais reivindicações.

Desta forma, torna-se importante analisarmos os dados de manifestações do campo realizados pelos movimentos socioterritoriais no Brasil, especificamente para este artigo o estado do Mato Grosso do Sul como referência territorial para as ações dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, frente ao avanço do capitalismo nestes territórios: "fica caracterizado em Mato Grosso do Sul um processo contraditório de avanço e crescimento do capitalismo no campo, pois, se de um lado temos a concentração da terra, por outro lado surgem os movimentos sociais, na luta pela terra, por sobrevivência e pela cidadania" (AVELINO JÚNIOR, 2008, p. 123).

Nesta luta citada por Avelino Junior (2008), colocamos as manifestações como elementos determinantes na estrutura reivindicatória no estado do Mato Grosso do Sul realizadas pelo MST em diferentes localidades, como podemos observar no mapa 1.

No estado o Movimento realizou 179 manifestações caracterizadas como acampamento, bloqueio, concentração em espaço público, marcha/caminhada, ocupação de agencia bancária, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público, outros, saque e temática, com a participação de 60.165 pessoas.

Destas 20 foram conjuntas com 7.350 pessoas participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), MLRA, Tribunal Popular da Terra-MS[4], Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS), Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento Sem-Terra Brasileiro (MSTB) e Via campesina. As principais reivindicações demarcam as temáticas de

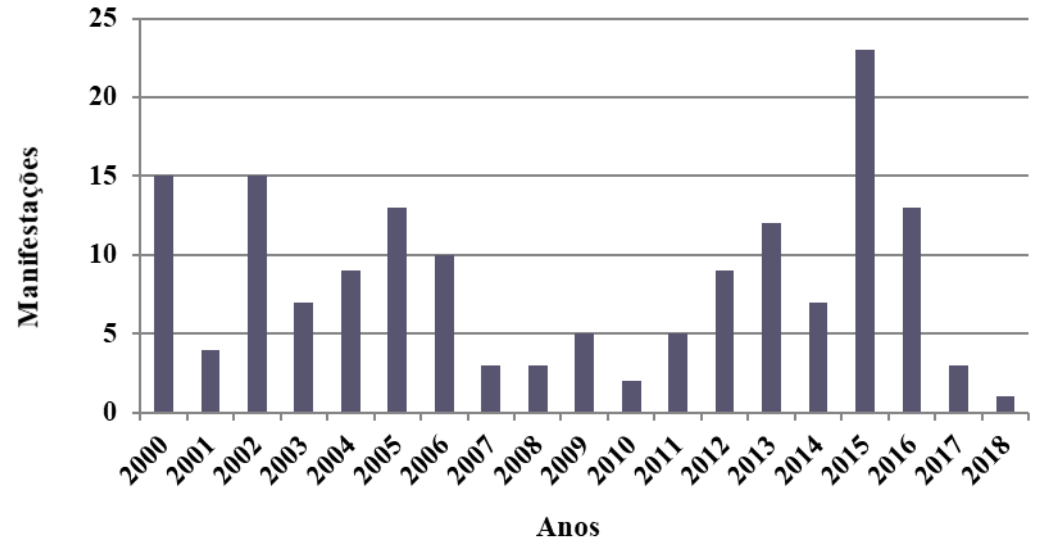
4 Coletivo de entidades, e organizações populares e de defesa dos direitos humanos

infraestrutura, assistência técnica, reforma agrária, demarcação de terras indígenas, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, ao Projeto de Lei (PL) 4330 e a redução da maioridade penal (DATALUTA, 2019).

Para este artigo, apresentaremos as análises das manifestações realizadas de caráter exclusivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de forma individual, para compreendermos no contexto histórico como ocorre a luta deste movimento no interior de sua estrutura e reivindicações.

De forma individual, o MST realizou em todo o estado do Mato Grosso do Sul (mapa 1) 159 manifestações do campo com a participação de 52.815 pessoas entre os anos de 2000 e 2018 (DATALUTA, 2019), não deixando de atuar em nenhum ano, conforme podemos observar no gráfico 1 que apresenta a evolução desta ação.

Gráfico 1: Mato Grosso do Sul - Evolução das manifestações individuais realizadas pelo MST - 2000-2018



Fonte: DATALUTA, 2019. Org. Buscioli, 2020

Podemos observar por meio do gráfico 1 o aumento expressivo da atuação do MST no estado do Mato Grosso do Sul pelas manifestações do campo em 2015, contabilizando 23 ações. A estes fatos podemos colocar a situação vigente no país naquele momento de pré- golpe com os prenúncios do *impeachment* da então presidente Dilma Housseff, com um movimento latente de mudanças significativas na conjuntura agrária brasileira com os posicionamentos do Governo com a lentidão da realização de reforma agrária.

Este posicionamento fez com que em 2015 ocorresse uma concentração em espaço público intitulado "Ato em defesa da Democracia e das Reformas Agrária e Política" reunindo 10.000 pessoas em Campo Grande para a reivindicação ações ligadas a reforma agrária no Brasil e no estado do Mato Grosso do Sul.

Entre os anos de 2003, 2004 e 2005 ocorreu um movimento crescente no cenário das manifestações no estado do Mato Grosso do Sul, momento da qual a inserção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como esperança latente na execução da reforma agrária se colocava como elemento definidor de pressão e reivindicação desta promessa, que ao longo do período vai se perdendo/oscilando frente as correlações de forças desiguais entre as políticas e estruturas paradigmáticas postas

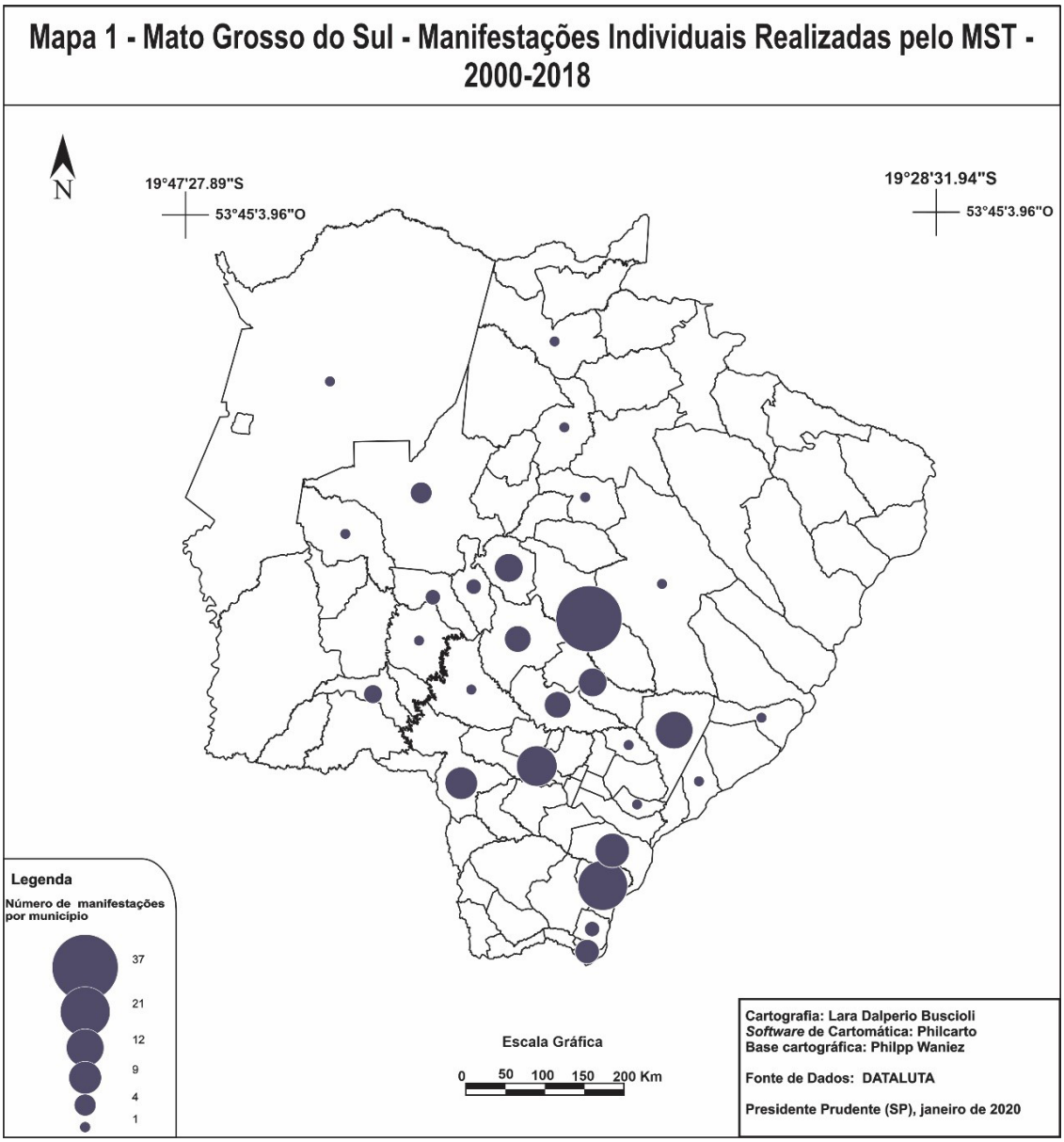
pelo Governo. Ação que só volta a ganhar forças com o inicio do Governo Dilma, para pressionar em tais realizações como já exposto.

Pós golpe, observamos uma mudança significativa na atuação do MST na forma de manifestação com o aumento da criminalização e repressão dos Governos aos movimentos socioterritoriais com discursos contrários a suas ações e suas territorialidades. Assim, as ações tiveram como caráter a luta contra injustiça, violência e reforma agrária, bem como temas emergentes na pauta governamental como a seguridade social e políticas públicas efetivas para a classe trabalhadora e camponesa.

O ano com menor registro das ações remete-se a 2018, com apenas uma manifestação realizada no município de Itaquiraí com bloqueio da BR-163 em defesa da democracia, contra injustiça e a violência. Evidenciando que no cenário atual a criminalização e legitimação da violência contra os povos que lutam por justiça social será rotineiro.

Dos 79 municípios existentes no estado do Mato Grosso do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra esteve presente em 28 localidades principalmente no centro- sul, como podemos observar no mapa 1.

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul - Manifestações Individuais Realizadas pelo MST - 2000-2018



A partir do mapa 1, podemos analisar que as atuações do MST no estado do Mato Grosso do Sul estão presentes de maneira significativas nas regiões e municípios que tem como foco área de poder de decisão, como capital e regionais estabelecidas pelo INCRA e órgão estadual, como por exemplo em Campo Grande com 37 ações, Itaquiraí com 21 e Dourados com 14, que representam aproximadamente 45% do total das ações compondo um histórico de luta do Movimento ou mesmo de conflitos anteriores a ele nestes municípios.

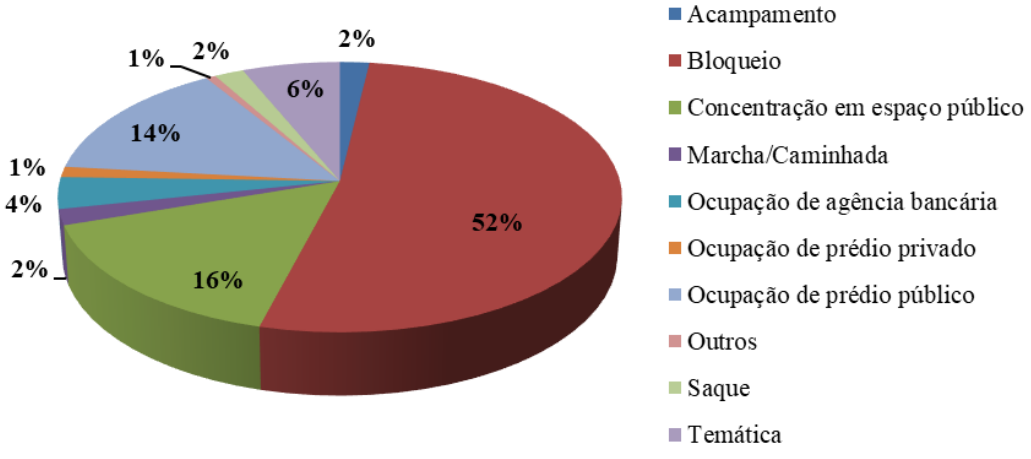
Nessas localidades as principais reivindicações se baseavam em políticas agrícolas, luta pela terra, contra injustiças e violências no campo, pela reforma agrária, contra processo de despejo de famílias acampadas, pela agilidade no processo de execução da reforma agrária no estado entre outros (DATALUTA, 2019).

Numa análise das principais reivindicações no estado do Mato Grosso do Sul temos a centralidade da terra-território para consolidação da existência do MST enquanto movimento socioterritoral. As temáticas abordadas nas reivindicações foram: luta pela realização ou mesmo agilidade no processo da reforma agrária, crédito rural para os assentados, incentivo a pequena produção nos lotes, contra a violência e as conjunturas governamentais do país e do estado, contra a impunidade nos crimes cometidos no campo, contra ações de despejos, pela permanência de famílias acampadas nas margens de rodovias, em memória do Massacre Eldorado dos Carajás, pela saúde da população camponesa (DATALUTA, 2019).

Dentre as localidades das ações temos as manifestações com ocupação do Banco do Brasil, ocupação da Receita Federal, ocupação da Sede do Incra, saques de alimentos para acampamentos, bloqueios de rodovias BR-163 e MS-487, protesto diante do Prédio do Terrasul, protesto na frente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em Campo Grande, protesto na frente da Agência dos Correios etc. (DATALUTA, 2019).

A estes tipos de manifestações elencamos as principais tipologias que caracterizam estas ações ocorridas no estado do Mato Grosso do Sul, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de forma individual: acampamento, bloqueio, concentração em espaço público, marcha/caminhada, ocupação de agencia bancária, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público, outros, saque e temática, expressadas no gráfico 2.

Gráfico 2: Mato Grosso do Sul - Distribuição percentual das tipologias de manifestações individuais realizadas pelo MST - 2000-2018



Fonte: DATALUTA, 2019. Org. Buscioli, 2020

A partir do gráfico 2, podemos observar que os bloqueios representam 52% do total das manifestações do campo realizadas de forma individual pelo MST no estado do Mato Grosso do Sul, contabilizando 83 ações com 17.664 pessoas participantes (DATALUTA, 2019). Os bloqueios são realizados principalmente em áreas estratégicas para a sua realização, como entrada e saída da cidade, em áreas onde ocorre o tráfego de caminhões das usinas, entre outros lugares que causam impactos a nível local/municipal e colocam em pauta na mídia as reivindicações dos movimentos socioterritoriais.

Podemos citar as rodovias estaduais e federais bloqueadas pelo MST: MS-060, MS- 487, BR 163, BR-463 e BR-376 que tinham como objetivo primordial questões relacionadas ao território em sua dimensão material e imaterial, tais como: luta contra a injustiça e a violência no campo brasileiro, pela realização Reforma Agrária, pelas desapropriações, pelo acesso a linhas de créditos dos camponeses, por infraestruturas em seus territórios (DATALUTA, 2019).

A concentração em espaços públicos é a segunda maior ação de manifestação realizada pelo MST com 16%. Esta tipologia tem sua origem a partir da falta de informações na hora do registro das ações dos movimentos socioterritoriais: "podemos citar os registros em nossos bancos de dados que trazem informações do tipo "Protesto", "Ato", "Ato público", "Manifestação", "Manifesto" em determinado espaço ou local (PEREIRA, 2012, p. 55).

Nela foram realizadas 25 ações compondo os municípios de Dourados, Itaquiraí e Campo Grande com atos e protestos em frente ao Incra, a Conab, a prefeituras e agência dos Correios, reunindo 17.930 pessoas nesta ação.

Ocupação de prédio público é a terceira tipologia mais registrada pelo DATALUTA (2019), contabilizando 23 ações (14%) com 8.930 pessoas. Segundo Comerford (1999) essas ações são localizadas nas sedes dos governos, em locais onde os órgãos competentes para suas questões/reivindicações ou mesmo em praças. A exemplos ocorridos em MS temos ações na Receita Federal, na sede do Incra e em prefeituras para reivindicação na solicitação de créditos e incentivos à pequena produção.

Conforme o DATALUTA, a categoria temática está relacionada a encontros e eventos que discutem as temáticas dos movimentos socioterritoriais em suas agendas de luta. Nesta pesquisa, encontramos dez ações (6%) com a participação de 2.523 pessoas compondo, por exemplo, o Levante do Campo/Dia do Trabalhador Rural, o Dia Nacional de Luta no Campo/Memória Massacre Eldorado dos Carajás e Jornada Nacional de Luta contra o Latifúndio.

Já as ocupações de agência bancária representam quatro porcento do número total, o que corresponde a seis ações todas no Banco do Brasil solicitando linhas de créditos, devido aos financiamentos e políticas públicas voltadas apenas para recebimento neste banco. Cabe destacar que participaram 18.000 pessoas nestas ações ocorridas em Itaquiraí, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia.

Em relação às tipologias, o acampamento consideramos como uma forma de pressionar por longos períodos os governos e órgãos nas estão ligados a questões que envolvem o campo, que se formam e se configuram como um espaço de enfrentamento e reivindicações. No MS foram realizados três acampamentos com a participação de 1.250 pessoas em Campo Grande no Acampamento no Ginásio Guanandizão, em Mundo Novo no Acampamento diante do Banco do Brasil/Fazenda Indiana/Assentamento Roseli Nunes e em Rio Brilhante no acampamento diante da Prefeitura/Fazenda Engenho Novo/Assentamento Sílvio Rodrigues.

A caminhada/marcha é um ato de enfretamento nos quais os movimentos socioterritoriais percorrem rodovias e estradas, como ocorridas três vezes no período estudado com 1.100 pessoas.

"É um ato público em movimento, onde centenas de trabalhadores ocupam as rodovias percorrendo centenas de quilômetros, passando por diversas cidades, conquistando apoio e divulgando a luta pela terra" (FERNANDES, 1994, p. 180). Como por exemplo, as ações ocorridas em Nova Alvorada do Sul, a Marcha pela Terra e pela Vida/Coluna Dorcelina Folador, em Terenos a Marcha pela Terra e pela Vida/Coluna Geraldo Garcia e em Nova Andradina a Marcha pela Reforma Agrária/Dia Internacional da Mulher.

Os saques foram realizados em Itaquiraí e Jardim contabilizando três ações com a participação de 1.268 pessoas relacionadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por questões relativas à terra. Na tipologia Ocupação de prédio privado foram realizadas duas ações com a participação de 350 pessoas reivindicando políticas agrícolas, nas localidades do Laticínio Campestre em Mundo Novo e na Usina De São Francisco em Dourados.

Já a tipologias "outros" são manifestações do campo com outras características diferentes das tipologias apresentadas, mas com uma menor representatividade, como a ocorrida em Terrenos por educação e Reforma Agrária.

Assim, compreendemos que as manifestações do campo são importantes para analisarmos as demandas do campo brasileiro e no caso dos indígenas refletem questões problemáticas não só de sua desterritorialização, mas de ações a nível Governo Federal que tem impedido o processo demarcatório de seus territórios ou mesmo colocando na sua pauta questões sobre violações de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST no estado do Mato Grosso do Sul tem uma grande representatividade nas ações realizadas por meio do enfrentamento direto ao capital, Estado e agronegócio, seja nacional ou estrangeiro, compondo o que consideramos como parte da conflitualidade exposta desde o processo de criação do referido estado federativo e do Movimento.

Desde os primórdios do seu surgimento o estado traz consigo elementos estruturais da concentração de terras e grilagem, permitindo o questionamento da legitimidade e função social destas terras por meio das ações de ocupações e manifestações, esta última exposta como objeto analítico de atuação do MST.

Das manifestações realizadas pelo Movimento em MS, compreendemos que todas estavam relacionadas a terra/território camponês, o que confere a identidade destes sujeitos, seja no campo de enfrentamento direto ou como nos debates e discussões realizadas em reuniões e em trabalhos de bases, fortalecendo assim, a sua estrutura organizativa. A análise conjuntural das manifestações, nos permitiu compreender que as ações oscilaram ao longo dos anos representando os elementos da época, compreendemos que elas se intensificaram em momentos políticos decisivos como início de governos e em locais de grande poder de decisões como as capitais e em órgãos específicos de reivindicações.

De maneira geral, as reivindicações colocadas nas formas de manifestações compõem elementos definidores do que estamos compreendendo enquanto tipologias de territórios. Ou seja, abarcam a materialidade e a imaterialidade das reivindicações no estado do Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização:** o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 391f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão Agrária em Mato Grosso do Sul:** uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008.

AVELINO JÚNIOR. Francisco José. A **geografia dos conflitos pela terra no Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 113-138.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS):** O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária:** Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta:** sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Disponível em: < http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf >. Acesso em: 06 dez. 2019.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

DALPERIO, Lara Cardoso. **Banco de Dados da Luta pela Terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para 2011**. 172 f. CNPQ, Presidente Prudente, 2012.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**, 2016.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**, 2019.

DATALUTA-MS – **Banco de Dados da Luta pela Terra** – Mato Grosso do Sul, 2018.

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul:** o caso Itaquiraí. Corumbá: AGB, 1996.

FABRINI, João Edmilson. **A posse e a concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 53-80.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** Espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo.

207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST (1979- 1999). 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. WELCH, Cliford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**: Debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br>. Acesso em: 04 dez. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Territórios**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FELICIO, Jorge Munir. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

MOURA, Daise Jesus; VICTOR, Fabiana Borges; CLEPS JUNIOR, João. **As Ações Políticas Dos Movimentos Sociais do Campo em Minas Gerais:** Manifestações da Luta pela Terra e seus Desdobramentos. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Minas Gerais. 2012. Disponível em< http://eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos?download=869:eng-moura-victor&start=520.
>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **25 anos de lutas e conquistas**. Jornal Sem Terra, 2009. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/jornal/289/estados>. Acesso em: 9 jan. 2019.

MORENO, Gislaene. **A apropriação do território**. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011.** 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2012.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses no município de Batayporã/MS**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

SILVA, Anderson Antônio da; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Manifestações:** a arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007. In Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2007. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

OS IMPACTOS PROVOCADOS COM AGROTÓXICOS USADOS PELO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO SOBRE OS CAMPONESES SERICICULTORES E DEMAIS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO BETEL E COMUNIDADE ESTRELINHA EM GLÓRIA DE DOURADOS – MS

Recebido em 10/12/2020, aprovado em 6/03/2020
10.30612/mvt.v6i11.10803
Cleidivaldo Siqueira Pereira[5]
Rodrigo Simão Camacho[6]

RESUMO: Este trabalho busca analisar as resistências dos camponeses frente à territorialização da cana no assentamento Betel – Glória de Dourados – MS, de modo que nossa pesquisa está fundamentada, a partir de uma análise teórica com autores que discutem o paradigma da questão agrária no campo, bem como, foi realizado o trabalho de campo através do diálogo e registros junto aos camponeses assentados. Verificamos que estes estão cercados pelo avanço canavieiro na localidade, fato que tem provocado dificuldades no desenvolvimento de várias atividades. Este processo acarretou em vários impactos territoriais para estes sujeitos, como a perda da produção de alimentos, perda de animais, a perda da biodiversidade, a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos passados nas lavouras de cana, de modo que este é um dos principais impactos socioterritoriais abordado em nosso trabalho. Essa realidade pode ser observada a partir da atividade desenvolvida por alguns sericicultores (produtores do bicho-da-seda) dentro do assentamento, onde a luta e resistência se torna o grande trunfo frente à expansão canavieira naquela localidade.

Palavras-chave: Camponeses; Territorialização canavieira; Agrotóxicos.

5 Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2011). Graduação em História pelo Centro Universitário de Jales. Especialização em Educação do Campo pela Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul (2016). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2019). Atualmente é professor convocado da rede estadual e municipal de ensino. Tem experiência na área de Geografia e História, com ênfase em Geografia Agrária.

6 Possui graduação em Geografia (2005) e Mestrado em Geografia (2008) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente (2014); Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2015). Atualmente é Docente no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (PPGET) na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da UFGD e na Universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS) campus de Três Lagoas. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária (GEOEDUQA) - UFGD.

THE IMPACTS OF AGROTOXIC USED BY THE CANAVIEIRO AGRIBUSINESS ON THE SERICICULTURAL AND OTHER PRODUCERS OF THE BETEL SETTLEMENT AND THE STAR-GOLDEN GLORY STAR COMMUNITY

ABSTRACT: This paper seeks to analyze the resistance of peasants to the sugarcane territorialization in the Bethel - Glória de Dourados - MS settlement, so that our research is based on a theoretical analysis with authors who discuss the paradigm of agrarian issues in the field, as well as as, fieldwork was carried out through dialogue and records with the settled peasants. We verified that these are surrounded by the sugarcane advance in the locality, fact that has caused difficulties in the development of various activities. This process has caused several territorial impacts for these subjects, such as loss of food production, loss of animals, loss of biodiversity, intoxication from the use of past pesticides in sugarcane crops, so this is one of the main socio-territorial impacts. addressed in our work. This reality can be observed from the activity developed by some sericulturists (silkworm producers) within the settlement, where the struggle and resistance becomes the great asset against the sugarcane expansion in that locality.

Keywords: Peasants; Sugarcane territorialization; Pesticides.

LOS IMPACTOS DE AGROTOXICOS UTILIZADOS POR LA AGRICULTURA DE CANAVIEIRO EN LOS PRODUCTORES SERICICULTURALES Y DE OTRO TIPO DEL CONVENIO BETEL Y LA COMUNIDAD STAR – GOLDEN GLORY STAR

RESUMEN: Este artículo busca analizar la resistencia de los campesinos a la territorialización de la caña de azúcar en el asentamiento de Bethel - Glória de Dourados - MS, para que nuestra investigación se base en un análisis teórico con autores que discutan el paradigma de los problemas agrarios en el campo, así como como, el trabajo de campo se llevó a cabo a través del diálogo y los registros con los campesinos establecidos. Verificamos que estos están rodeados por el avance de la caña de azúcar en la localidad, hecho que ha causado dificultades en el desarrollo de diversas actividades. Este proceso ha causado varios impactos territoriales para estos temas, como la pérdida de producción de alimentos, pérdida de animales, pérdida de biodiversidad, intoxicación por el uso de pesticidas pasados en cultivos de caña de azúcar, por lo que este es uno de los principales impactos socio-territoriales. abordado en nuestro trabajo. Esta realidad se puede observar a partir

de la actividad desarrollada por algunos sericulturistas (productores de gusanos de seda) dentro del asentamiento, donde la lucha y la resistencia se convierten en el gran activo contra la expansión de la caña de azúcar en esa localidad.

Palavras Clave: Campesinos; Territorialización de la caña de azúcar; Pesticidas.

A sericicultura, uma das atividades desenvolvidas dentro do assentamento betel, encontra algumas barreiras devido ao monocultivo da cana, ou seja, a utilização de agrotóxicos realizada no cultivo canavieiro tem prejudicado muito a produção do bicho-da-seda, prejuízos aos sericicultores não só do assentamento, mas também de outros, o que tem apresentado graves problemas aos produtores da região, como relata P, sericicultor do assentamento Betel.

> [...] quando nóis chegamo aqui não tinha a cana ainda, mais tinha o soja e a pecuária, só que o soja não tinha problema pra sericicultura, já criadores do bicho-da-seda aqui na região antes nunca tinham tido problema com veneno, a cana aumentou aqui a partir de 2013, 2014, nóis foi ter problema mesmo em 2015 quando eles intensificou a pulverização aérea, foi quando chegou o avião[7].

O uso de agrotóxicos é uma das alternativas muito praticadas pelos produtores/agricultores nos últimos anos, principalmente a partir dos avanços da tecnologia, que consequentemente proporcionou os avanços da atividade no campo.

Desse modo, para que possamos debater as práticas e o uso de agrotóxicos, primeiramente, precisamos compreender o seu conceito e seus propósitos no campo. A Lei 7.802/1989 regulamenta o uso de agrotóxicos e os define como:

> Os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; assim como substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 2016)[8].

É preciso compreender quais foram os motivos e propósitos que levaram a intensificação do uso de agrotóxicos, ou seja, historicamente, tais produtos promoveram mudança no cenário da produção de alimentos (BRASIL, 2016) representando uma revolução tecnológica que prometia acabar com o problema da fome mundial.

Desse modo, através do monocultivo da cana, e a intensificação do uso de agrotóxicos, tem dificultado muito a produção do bicho-da-seda, prejuízos aos sericicultores não só do assentamento,

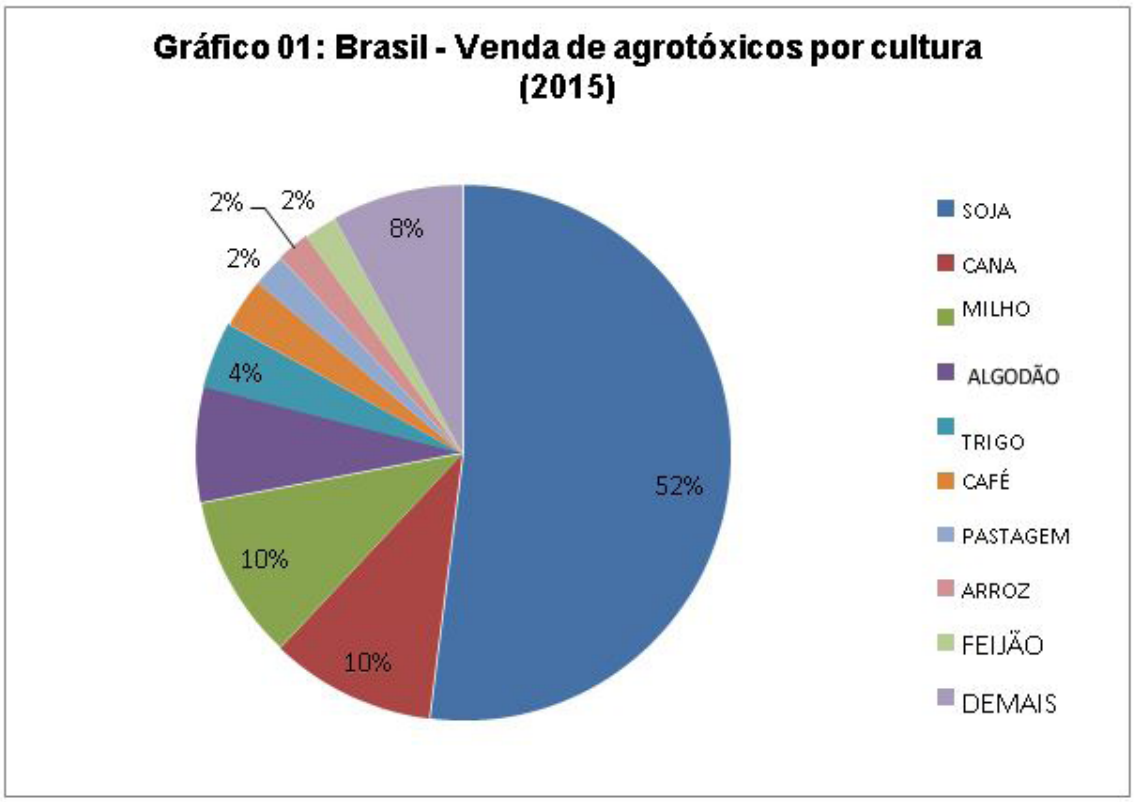
7 Ressalta-se a utilização literal da entrevista, por esse motivo, a existência de alguns erros de português.
8 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>.

mas também de outros camponeses de comunidades da região que também praticam tal atividade. Importante observar o aumento significativo do consumo e uso desses produtos na América Latina, e mais especificamente no Brasil, como comenta Rigotto e Rosa:

> Na América Latina, um importante e crescente mercado dentro do contexto mundial, o faturamento líquido na venda de agrotóxicos cresceu 18,6% de 2006 a 2007, e 36,2% de 2007 a 2008 (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, 2009). Desde 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos, movimentando 6,62 bilhões de dólares em 2008 para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos – o que representa 3,7 quilos de agrotóxicos por habitante (RIGOTTO; ROSA, 2012, p.89).

Um estudo realizado mais recente por Bombardi (2017), quanto a venda de agrotóxico, em relação aos tipos de culturas no Brasil, mostra que a expansão das atividades agrícolas, principalmente pela monocultura da soja, do milho e da Cana-de-açúcar tem influenciado e incentivado consideravelmente o uso desses produtos. A autora apresenta alguns dados significativos em relação ao que vem sendo cultivado.

De acordo com a autora, em 2015, a soja ocupou o primeiro lugar como destino total das vendas de agrotóxicos no país (52%), o milho e a cana mantiveram o mesmo percentual, com 10% do consumo total. Esses dados ficam mais evidentes quando apresentados em gráfico, (Gráfico 01) onde cada cultura apresenta seu poderio de influência na aplicação e incentivos para as vendas e consumos de agrotóxicos, como demonstrado por Bombardi (2017, p.34).



Fonte: SINDIVEG, Bombardi, M.L – DIEESE (p.34, 2017) org. Cleidivaldo Siqueira Pereira.

Importante destacar o grande predomínio da soja no Brasil que, atualmente, ocupa mais de 30 milhões de hectares do solo brasileiro, sozinha, responsável por mais da metade do volume de agrotóxicos comercializado no país. Para estes três cultivos (soja, milho e cana) convergem 72% de todo agrotóxico comercializado. Desse modo, dois terços do montante de agrotóxicos comercializados no país têm como receptáculo três culturas expoentes da agricultura capitalista brasileira.

Por outro lado, nas pequenas propriedades, a alimentação do bicho-da-seda (foto 01) é produzida na própria propriedade (menor custo). A amoreira é uma planta rústica, adaptada aos mais diferentes climas, podendo ser produzida em todo país, sua produção exige pouco esforço físico, sendo ainda uma maneira de ocupar a mão-de-obra ociosa no campo.

Foto 01 – Sericicultor do assentamento Betel – Glória de Dourados

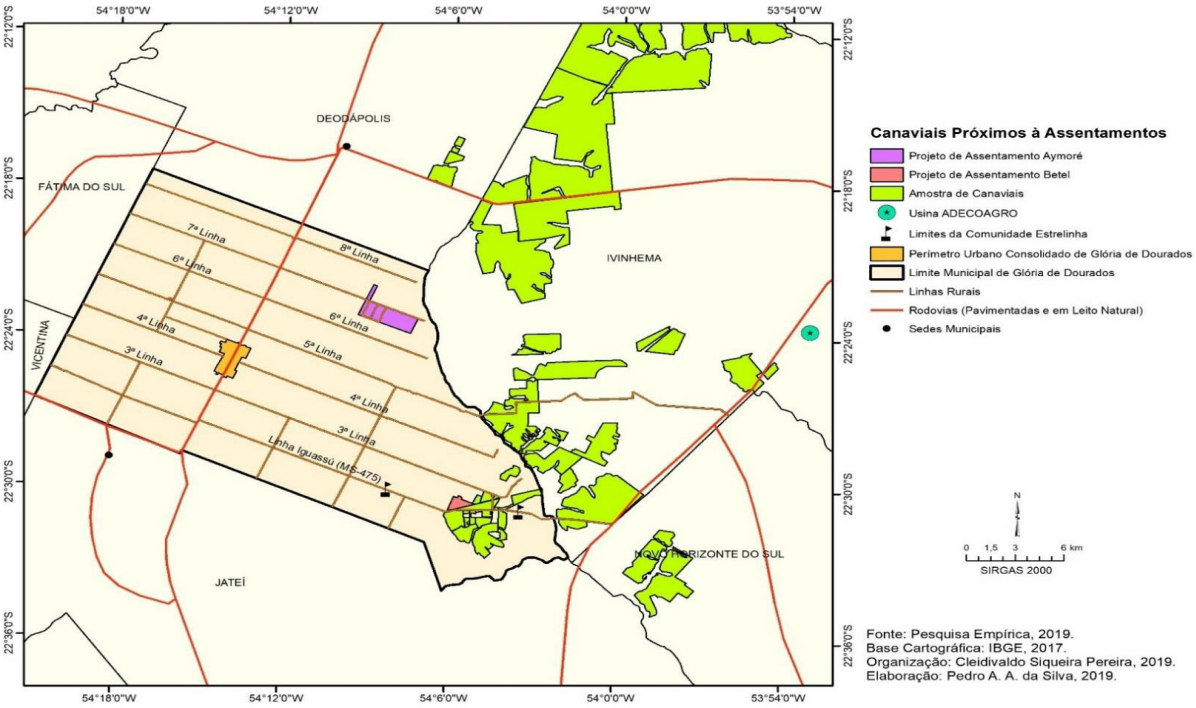
Fonte: PEREIRA (2018).

Entretanto, não apenas os sericicultores, mas também outros agricultores camponeses, como é o casso dos apicultores de Glória de Dourados e região, vêm sendo afetados pelos impactos causados pela deriva da pulverização aérea de agrotóxicos que acontecem nas extensas áreas de lavouras de cana-de-açúcar que circundam o município. Os prejuízos dos sericicultores já são grandes, com a mortalidade do bicho-da-seda em áreas afetadas.

Neste sentido, para que pudéssemos compreender e debater melhor tais disputas e conflitos que evolvem a questão agrária em nosso recorte territorial local foi necessário um estudo teórico e prático. Iremos debater sobre a territorialização da produção canavieira e seus impactos socioterritoriais com destaque para o uso intensivo de agrotóxicos e a expropriação de trabalhadores rurais locais.

Dessa maneira, para que possamos melhor compreender a realidade a ser debatida neste trabalho, apresentamos a imagem abaixo (foto 02) com relação aos limites do assentamento betel e o cultivo da cana em seu entorno, além do mapa de localização (mapa 01) do assentamento Betel no município de Glória de Dourados.

Foto: 02 - Limites territoriais entre o Assentamento Betel e a Monocultura Canavieira



Fonte: Pereira, C. S (2019).

Além disso, buscamos identificar a presença marcante da cana-de-açúcar no entorno do assentamento. Ao evidenciarmos a localização do assentamento Betel e seu entorno, entendemos que seria interessante, apresentar a existência de um outro assentamento (Aymoré), dentro dos limites do município de Glória de Dourados, somente para registrar que este também sofre os impactos causados pela produção canavieira. Ressaltamos, entretanto, que se trata apenas de dados complementares, visto que, não nos propomos a pesquisar o Aymoré. Embora este assentamento não esteja tão próximo das áreas cultivadas com cana, mesmo assim, sofre alguns impactos.

Mapa 01 – Canaviais no entorno do assentamento Betel e adjacências

Fonte: Pereira, C. S (2019).

Podemos observar que a presença da cana é bem marcante nas proximidades dos assentamentos e nos limites da comunidade Estrelinha, (vejamos a foto 05 abaixo) composta de camponeses-tradicionais que residem neste local há mais de trinta anos. Contudo, mesmo que nossa delimitação territorial esteja centralizada no assentamento Betel, entendemos ser relevante discutir também as relações socioterritoriais desses agricultores tradicionais.

Os danos à sericicultura constatados no município de Glória de Dourados foram tão significativos que muitos criadores do bicho-da-seda abandonaram a atividade, em decorrência da contaminação de sua cadeia de produção pelos agrotóxicos utilizados na monocultura de cana-de-açúcar, especialmente em função da pulverização aérea de tais produtos, ou seja, de acordo com a lei nº 917, de 7 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969), que dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no país, e pelo Decreto nº 86.765, de 22 de dezembro de 1981 (BRASIL, 1981).

O tema da pulverização aérea (foto 03) de agrotóxicos tornou-se polêmico por apresentar vantagens e desvantagens em sua aplicação. Os que defendem essa atividade citam os seguintes benefícios: rapidez de execução, permitindo tratar grandes áreas no momento correto; uniformidade de deposição dos produtos aplicados; ausência de danos diretos ("amassamento") das plantas da cultura; inexistência de danos indiretos, como a compactação do solo; possibilidade de uso em praticamente qualquer condição de solo (solos irrigados ou encharcados por chuvas, por exemplo); menor número de pessoas envolvidas, o que é vantajoso quando se trata de aplicação de produtos tóxicos; participação obrigatória de pessoal especializado (técnicos, pilotos, agrônomos) (COSTA, 2017, p.10).

Foto: 03 – Aeronave sobrevoando nas proximidades do assentamento Betel

Fonte: Plizzari, P. (2015).

A imagem acima retrata a realidade vivenciada pelos camponeses no assentamento Betel e Comunidade camponesa estrelinha. A fotografia da aeronave foi registrada por P. camponês residente no assentamento Betel.

Segundo P. neste dia ocorreu um grande índice de contaminação do bicho-da-seda.

> Nesse dia, era uma tardezinha já, eu tava tirando amoreira pra tratar dos bichos, quando escutei o ronco do avião. Ele veio e fez uma vorta aqui em cima do barracão. Mais ele disligou o veneno lá atrais, só que tava ventado ao nosso favor, então o vento trouxe muito veneno pra cá pra dentro (entrevista realizada no dia 17/08/2018).

Um dos principais pontos negativos associados a essa atividade é a deriva da pulverização, causada principalmente pela ação do vento, temperatura do ar, umidade relativa do ar, distância do alvo, velocidade de aplicação, tamanho das gotas, entre outros fatores. A deriva perigosa é o movimento do produto químico para fora da área intencionada e é originada das gotas que, após serem emitidas pelo bico de pulverização, flutuam no vento por um determinado período[9].

A problemática se tornou tão agravante que culminou em audiência pública na assembleia legislativa de Mato Grosso do Sul em novembro de 2015. Na ocasião, autoridades, produtores rurais, representantes de empresas aéreas, e da sociedade civil, debateram as normas que regem a atividade no estado e as dificuldades de fiscalização e combate aos danos causados pela aplicação irregular dos produtos químicos.

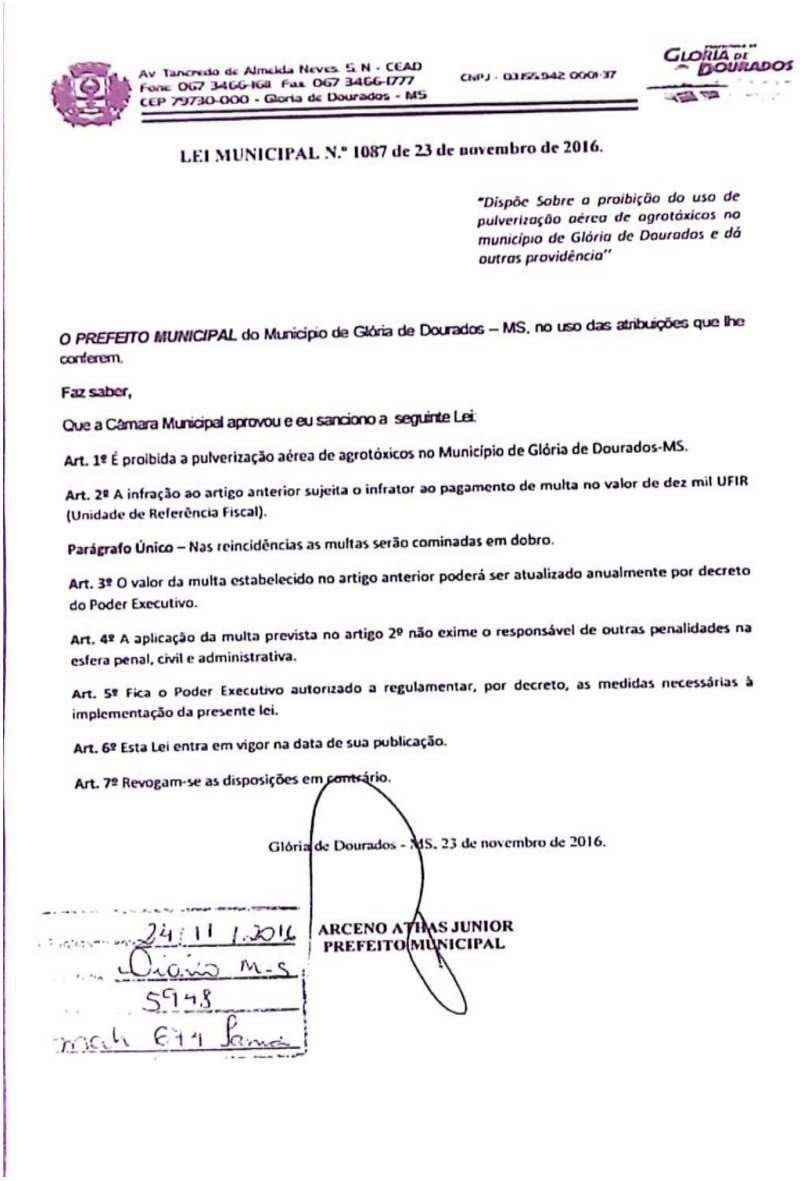
Importante enfatizar o relato do sericicultor, Paulo Plizzari, residente no município de Glória de Dourados, mais precisamente no assentamento Betel. Durante a audiência, Paulo relatou sua realidade sentida na "pele" em relação aos problemas causados através da pulverização nos canaviais que se encontram no entorno de sua propriedade. Ele perdeu toda sua criação de bicho-da-seda, após aplicação de agrotóxicos feita por aeronaves no canavial ao lado.

Dessa maneira, os encaminhamentos sobre o tema foram debatidos num primeiro momento, em audiência pública, através da câmera legislativa, de modo que contou com diversas autoridades políticas, representantes do ministério público estadual e federal, empresários, e os principais envolvidos diretamente sobre tal situação, os produtores familiares, representado pelo sericicultor do assentamento Betel, município de Glória de Dourados.

Essa audiência teve como objetivo debater sobre a forma que está sendo evidenciada a prática de pulverização aérea no estado de Mato Grosso do Sul, e a maneira que a fiscalização está agindo em decorrência dos fatos. A mobilização destes produtores fez com que no final de 2016 fosse aprovada lei municipal, (figura 01) (Lei Nº 1087 de 23 de novembro de 2016) que "dispõe a proibição de uso de pulverização aérea de agrotóxicos no município de Gloria de Dourados e dá outras providencias". No entanto, é necessário ainda a sua regulamentação.

9 Fonte: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/pulverizacao-aerea-de-agrotoxico-provoca- danos-persistentes-dizem

Figura: 01 – Lei municipal que proíbe a pulverização aérea no município de Glória de Dourados



Av. Tancredo de Almeida Neves, S. N. - CEAD
Fone: 067 3466-1681 Fax: 067 3466-1777
CEP 79730-000 - Gloria de Dourados - MS
CNPJ - 03155942 0001-37

GLORIA DE DOURADOS

LEI MUNICIPAL N.º 1087 de 23 de novembro de 2016.

"Dispõe Sobre a proibição do uso de pulverização aérea de agrotóxicos no município de Glória de Dourados e dá outras providência"

O PREFEITO MUNICIPAL do Município de Glória de Dourados – MS, no uso das atribuições que lhe conferem.

Faz saber,

Que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É proibida a pulverização aérea de agrotóxicos no Município de Glória de Dourados-MS.

Art. 2º A infração ao artigo anterior sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de dez mil UFIR (Unidade de Referência Fiscal).

Parágrafo Único – Nas reincidências as multas serão cominadas em dobro.

Art. 3º O valor da multa estabelecido no artigo anterior poderá ser atualizado anualmente por decreto do Poder Executivo.

Art. 4º A aplicação da multa prevista no artigo 2º não exime o responsável de outras penalidades na esfera penal, civil e administrativa.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, por decreto, as medidas necessárias à implementação da presente lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Glória de Dourados - MS, 23 de novembro de 2016.

ARCENO ATHAS JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

24/11/2016
Glória M.S
5748

Apesar dos seguidos esforços realizados para a solução do impasse que afeta grandemente a atividade dos sericicultores, as pulverizações aéreas ainda persistem na região. Isto fez com que uma comissão formada pelos prejudicados procurasse a imprensa para divulgar o caso.

Dessa maneira, os encaminhamentos sobre o tema foram debatidos num primeiro momento, em audiência pública, através da câmera legislativa, de modo que contou com diversas autoridades políticas, representantes do ministério público estadual e federal, empresários, e os principais envolvidos diretamente sobre tal situação, os produtores familiares, representado pelo sericicultor do assentamento Betel, município de Glória de Dourados. Essa audiência teve como objetivo debater sobre a forma que está sendo evidenciada a prática de pulverização aérea no estado de Mato Grosso do Sul, e a maneira que a fiscalização está agindo em decorrência dos fatos.

Um dos temas de grande relevância debatido durante a audiência, se pautou na regulação e normas de aplicação aéreas no âmbito estadual e o aumento da faixa de exclusão de 500 metros para 6 quilômetros, garantindo assim uma maior segurança e preservação no contexto socioambiental. Mesmo que a legislação federal (lei: 7.802/1989) prevê a distância de 500 metros como limites para

pulverização, há estados com legislações mais restritas, ou seja, existem unidades da federação que aplicam limites de até 10 quilômetros para pulverização, outras, se aplicam a faixa de exclusão de acordo com a classificação toxicológica dos agrotóxicos, afirmou o então promotor de justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, do Ministério público de Mato Grosso do Sul (MP/MS) (ver matéria nos anexos de nosso trabalho). Esta situação requer muita atenção, de modo que vem gerando muitos debates a partir daqueles que defendem o uso e a ampliação dos agroquímicos e os que são contrários. Neste sentido, o uso inadequado e indevido de agrotóxicos tem se tornado não somenteum problema ambiental e/ou econômico, mas principalmente uma problemática social, no contexto de colocar em risco a saúde das pessoas, com ênfase aos camponeses residentes no campo, como comenta Camacho (2014).

> É notável como vem aumentando a quantidade do uso desses insumos ao longo do tempo. Esse aumento é alvo de críticas por parte de entidades preocupadas com o bem-estar das pessoas e do meio-ambiente no campo. O emprego desses insumos tem como consequência a poluição dos rios e dos solos, causando a morte de peixes e comprometendo a reprodução das comunidades ribeirinhas que tem na pesca uma atividade principal ou complementar de sua subsistência. Outro fator relevante é que esses insumos agroquímicos não ofendem somente a natureza, mas atingem diretamente a saúde dos moradores e/ou trabalhadores do campo (CAMACHO, 2014, p.05).

Consideramos ser fundamental discutir as formas como esses camponeses estão resistindo. Dessa maneira, isso fica mais evidente quando dialogamos com camponeses sobre essa "pressão" exercida, principalmente, pelo monocultivo da cana ao redor das pequenas propriedades. Então, quando lhe é perguntado, se ele pensa ou já pensou em vender a propriedade, a resposta é imediata:

> Não, nunca, essa terra é nossa vida, aqui plantamos o milho, temos uma hortinha, criamos porco, galinhas, temos ovinho a hora que queremos, aqui eu acordo de madrugada pra tirar um leitinho, tratar dos porcos, mexer com minhas abelhinhas, ninguém manda no meu horário, nem no meu trabalho, aqui eu faço o que eu quero do jeito que eu quero, isso não tem dinheiro no mundo que paga. Mais eles, esses daí, do tal agronegócio não tão nem aí com a gente, querem tocar nóis daqui de todo jeito meu fío (P.P, assentamento Betel, 24/08/2018).

A foto 04 é o retrato dessa complexidade, de modo que o camponês, que além de exercer outras atividades em sua propriedade, também realiza a atividade da apicultura, cuja sua produção de mel de abelha, torna-se uma renda complementar a partir da venda de seu excedente. Neste sentido, sua atividade está comprometida e praticamente limitada ao desenvolvimento, visto que sua propriedade se encontra "ilhada" ao cultivo da cana, de modo que a utilização de agrotóxicos e outros agroquímicos (mesmo sendo utilizados tratores na pulverização) tem eliminado grande parte de suas abelhas, prejudicando diretamente sua produção.

Foto: 04 - Plantações de cana no entorno da propriedade do apicultor em Glória de Dourados.

Fonte: Pereira, C. S (2019).

O camponês M, que tem sua propriedade próxima ao assentamento Betel, reside no local há mais de 30 anos e atualmente vem enfrentando alguns problemas com a chegada da cana na região. Essa família tem como fonte de renda principal a pecuária, porém faz o complemento através da apicultura, cuja produção reduziu gradativamente nos últimos três anos a partir da intensificação e utilização de agrotóxicos.

> Já faz três anos que minha produção de mel vem reduzindo, esse ano acho que nem vou colher, tudo isso provocado pelo efeito do veneno, minha área é de 30 alqueire, de um lado tem cana do outro também, eu tô cercado não tem pra onde corrê, antes da cana era soja e criação de gado, eu nunca tive problema, mais depois que chegou essa...tudo mudou, ainda bem que temos um gadinho, eu sô aposentado a muié também, sinão, num sei o que seria de nóis.

Sobre a apicultura, essa é uma atividade de grande importância, pois apresenta uma alternativa de ocupação e renda para os camponeses. É uma atividade de fácil manutenção e de baixo custo inicial em relação às demais atividades agropecuárias. Além do mais, torna-se de grande relevância dentro do contexto ambiental, pelo fato de as abelhas atuarem como polinizadores naturais de espécies nativas e cultivadas, preservando-as e consequentemente contribuindo para o equilíbrio do ecossistema e manutenção da biodiversidade.

Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelo campesinato tornam-se de fundamental importância para o contexto socioambiental. Desse modo, compreendemos que as adversidades que envolvem os embates da questão agrária precisam ser analisadas a partir de diferentes paradigmas, com ênfase para o desenvolvimento de uma produção diversificada e eficaz no campo.

Verificamos, ao longo de nosso trabalho, os impactos sociais e econômicos apresentados a partir da ocupação e expansão da produção canavieira no entorno do assentamento Betel e comunidade Estrelinha no município de Glória de Dourados de modo a evidenciar uma nova dinâmica na vida dos camponeses.

A resistência, luta e permanência ficam marcadas no contexto de buscarem por melhores condições de desenvolvimento em relação às atividades camponesas. Foram analisadas as condições e o modo de convivência dos camponeses através da organização dos seus meios produtivos.

As manifestações coletivas no assentamento Betel e na comunidade do Estrelinha foram uma importante forma de luta para garantir sua permanência na terra. A participação dos camponeses durante as mobilizações e reinvindicações foram de extrema relevância na perspectiva de justificarem os impactos sofridos através do uso indevido de agrotóxicos nos canaviais ao redor de suas propriedades.

As manifestações, protestos e denúncias despertaram a preocupação dos órgãos de justiça, municipal e estadual, além de audiências públicas, (anexo 01) com participação de várias autoridades para discutir a problemática evidenciada entre os camponeses e os produtores de cana, que arrendam terras através da usina Adecoagro, com instalação no município de Ivinhema, MS.

Desse modo, observou-se durante a construção e a produção deste trabalho, uma realidade que se apresenta de maneira desigual em relação à ocupação e ao desenvolvimento das atividades no campo. Isso ficou evidente quando apresentamos dados informativos em relação à territorialização do capital canavieiro dentro do munícipio de Glória de Dourados e, principalmente, sobre seus impactos causados aos assentados do Betel e na comunidade de camponeses do Estrelinha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIGOTTO, Raquel Maria e ROSA, Islene Ferreira. Agrotóxicos (p.88-96); Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

BOMBARDI, Larissa Mies - Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia / Larissa Mies Bombardi. - São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.

BRASIL, Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Disponível em: *www.ucs.br › etc › simposioinovacaoagronegocioucs › paper › viewFile* . Acesso em: 22 abr. 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês.
Fórum Ambiental da Alta Paulista, v.10, p.1 - 16, 2014.

COSTA, Cinthia Cabral da. Custo e benefícios do uso da pulverização aérea de agrotóxicos na agricultura / Cinthia Cabral da Costa. – São Carlos: Embrapa Instrumentação, 2017.

http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/pulverizacao-aerea-de-agrotoxico- provoca-danos--persistentes-dizem especialistas (Publicado em 16/07/2016 - Por Edwirges Nogueira – Repórter da Agência Brasil.

ANEXOS

Anexo 01: Audiência pública e encaminhamentos

Zeca do PT denuncia uso indiscriminado de agrotóxicos e sugere debate sobre o tema

Câmara, PT, plenário, Zeca do PT, agrotóxicos, Ministério Público Federal, pulverização, Mato Grosso do Sul, indígena, pequenos produtores,

O deputado Zeca do PT (PT-MS) anunciou, em pronunciamento no plenário, que vai solicitar ao Ministério Público que investigue e apure a utilização de venenos não autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nas lavouras de soja, particularmente, no Mato Grosso do Sul. "Tem sido um desastre, no Mato Grosso do Sul, a contaminação por pulverização aérea das lavouras, acabando com a saúde do povo e os pequenos produtores de bicho de seda e mel", afirmou.

De acordo com o parlamentar petista, há tempos ele vem denunciando o uso indiscriminado de agrotóxicos. "Levantamos essa discussão em 2015, no seminário proposto por nosso mandato em parceria com Câmara dos Deputados sobre o tema dos impactos dos agrotóxicos na sociedade. Na época foi proposta uma legislação mais rígida contra esse tipo de situação, que acredito ser um crime contra natureza e contra os pequenos produtores, que são desrespeitados pelos grandes latifundiários da soja e da cana de açúcar", explicou.

Zeca do PT disse que a pulverização aérea irregular traz não só prejuízos econômicos mas, também, ameaça à vida das pessoas. "Em outubro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou um piloto de um avião agrícola que pulverizou uma plantação de soja a menos de 12 metros da aldeia indígena Guyra Kambry, na região de Dourados, colocando em risco a saúde desta população inteira", destacou o petista.

Segundo o Ministério Público, acrescentou Zeca do PT, "atualmente a legislação federal sobre o tema tem como limite apenas 500 metros de distância de povoações, cidades, vilas ou mananciais de água para pulverização aérea de determinada área. Em alguns estados esta exigência mínima é de 10 quilômetros ou de acordo com classificação do veneno".

O parlamentar petista defende um debate aprofundado sobre o tema do uso dos agrotóxicos. "É preciso ser rediscutido a fundo a questão dos agrotóxicos no Brasil, e imediatamente a questão da pulverização aérea, com mudanças na legislação que as deixem as normais mais rígidas e que garantam uma fiscalização efetiva sobre as empresas que prestam esse tipo de serviço para que caso houver o descumprimento delas, sejam punidas com rigor", enfatizou Zeca do PT.

ANEXOS

Audiência discute a pulverização aérea de lavouras em MS

Na última terça, 8 de novembro, foi realizada, em Campo Grande (MS), audiência pública para debater o aperfeiçoamento da legislação sobre pulverização aérea de agrotóxicos. Autoridades, produtores rurais, representantes de empresas aéreas e da sociedade civil debateram as normas que regem a atividade no estado e as dificuldades de fiscalização e combate aos danos causados pela aplicação irregular dos produtos.

O debate público aconteceu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e concluiu pela necessidade de regulação, em âmbito estadual, da aplicação de agrotóxicos por aeronaves e do aumento da faixa de exclusão, de 500 metros para 6 quilômetros, de modo a garantir a segurança da população e de preservar áreas de interesse ambiental.

"Apesar da legislação federal prever o limite de apenas 500 metros para pulverização, há estados com legislação mais restritiva. A título de exemplo, temos unidades da federação cuja distância é de 10 quilômetros e outras que estabelecem a faixa de exclusão conforme a classificação toxicológica dos agrotóxicos", explica o promotor de justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira (MP/MS).

Para o procurador da república Marco Antonio Delfino de Almeida (MPF), além da preocupação com o aperfeiçoamento normativo, tem-se a necessidade de incrementar as atividades de fiscalização das empresas de aviação agrícola, em especial de aviões particulares. Em Mato Grosso do Sul, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), existem cadastrados 100 aviões, 16 empresas e 57 aeronaves privadas. "A atividade é hiper-regulada, mas com fiscalização quase inexistente. É preciso que haja o monitoramento das aeronaves e o registro público dos dados para um efetivo controle", defende o Ministério Público.

Audiência pública reuniu especialistas, empresários e produtores no plenário da ALMS. (Foto: MPF/MS)

Precaução

A audiência pública, além das exposições técnicas, contou, ainda, com o relato de um sericicultor do município de Glória de Dourados. Paulo Plizzari perdeu toda a criação de bicho da seda após a aplicação de agrotóxicos por aeronaves no canavial ao lado de sua propriedade.

"Uma vez, o vento foi nosso amigo, mas na última aplicação tivemos um prejuízo de 100%. Acho injusto ser expulso da minha casa por causa de uma atividade do vizinho", lamentou. Segundo o produtor, outros sericicultores da região também perderam suas criações. "O bicho da seda é muito sensível e a deriva que o agrotóxico deixa afeta diretamente a produção", afirma. A deriva, quando a aplicação de defensivo agrícola não atinge o local desejado e se espalha para outras áreas, é um dos principais riscos da pulverização aérea.

De acordo com a pesquisadora Alexandra Penedo de Pinho (UFMS), ainda são desconhecidos cientificamente todos os impactos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde humana, motivo pelo qual sua utilização deve ser cautelosa, como esclarece o promotor Victor Taveira: "no Direito Ambiental, existem os princípios da prevenção e da precaução que objetivam, exatamente, evitar danos ambientais de atividades cujos impactos não sejam cientificamente identificados e mensurados".

Sericicultor perdeu toda a criação de bicho da seda após pulverização de agrotóxicos em canavial vizinho. (Foto: MPF/MS)

Encaminhamentos

Além das alterações legislativas e o aumento na fiscalização, a audiência pública também teve como encaminhamentos a proibição de pulverização área na Bacia do Alto Paraguai e na Bacia do Paraná; a obrigação de que os empreendimentos que utilizam agrotóxicos façam monitoramento dos resíduos nos cursos d'água, na vegetação nativa e nas aglomerações urbanas; e o dever de informação prévia às comunidades possivelmente afetadas pela aplicação aérea dos agrotóxicos.

A audiência pública foi proposta pelo deputado Amarildo Cruz (PT), em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Comissão de Combate aos Impactos de Agrotóxicos no Estado.

Audiência Pública em Glória de Dourados (MS) discute aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais

Audiência será realizada no dia 13 de julho, no auditório da UEMS, no campus de Glória de Dourados

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) e o Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP/MS), por meio da Promotoria de Justiça de Glória de Dourados, realizam Audiência Pública para discutir os impactos ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes da aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais no município. A reunião será realizada no dia 13 de julho, às 18h30, no auditório da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Glória de Dourados.

O objetivo é debater os impactos da aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais da região e seus efeitos jurídicos, técnicos e de gestão participativa. O encontro visa, ainda, buscar esclarecimentos que possam sustentar as ações dos membros do Ministério Público e permitir a manifestação dos interessados.

A audiência pública será presidida por membros do MPF/MS e do MPE/MS que atuam nos municípios de Dourados e Glória de Dourados. Estão convidados a participar do encontro autoridades federais, estaduais e municipais diretamente interessadas no tema, operadores do Direito, acadêmicos especialistas no tema e representantes de sociedade civil.

Audiência Pública sobre impactos ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes da aplicação aérea de agrotóxicos em canaviais em Glória de Dourados

***Data:** 13 de julho de 2016*

***Horário:** 18:30*

***Local:** Auditório da UEMS, campus de Glória de Dourados*

Seminário na Assembleia Legislativa debate Impactos dos Agrotóxicos na Sociedade

Por: Assessoria de Imprensa do seminário Foto: Divulgação

Seminário acontecerá na próxima segunda-feira, dia 17

O Brasil é o País que mais utiliza agrotóxico nas plantações. Dados do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), órgão do Ministério da Saúde, afirmam que no Brasil a venda de agrotóxicos saltou de US$ 2 bilhões para mais de US$7 bilhões entre 2001 e 2008, alcançando valores recordes de US$ 8,5 bilhões em 2011. Discutir os riscos à saúde e os danos ambientais causados pelo uso desse produto é o objetivo de um seminário que será realizado na próxima segunda-feira, dia 17.

O evento é promovido pela Assembleia Legislativa e a Câmara Federal, por meio dos deputados estaduais Amarildo Cruz (PT), Pedro Kemp (PT) e Zeca do PT, respectivamente. O Seminário: Os Impactos dos Agrotóxicos na Sociedade inicia às 13 horas, e contará com a participação de pesquisadores de Mato Grosso do Sul e de outros estados.

Estudos estimam que aproximadamente 25 milhões de trabalhadores agrícolas de países pobres sofram com algum tipo de intoxicação causada por exposição a agrotóxicos. De acordo com dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea), Mato Grosso é o maior consumidor do Brasil, com o equivalente a 43 litros de veneno por habitante.

Em Mato Grosso do Sul, a estimativa é que cada pessoa consome proporcionalmente até 40 litros de agrotóxicos por ano, quase seis vezes a mais do que a média nacional per capita, que é de 7,3 litros por ano. A exposição e o consumo de produtos contaminados em médio e longo prazo podem causar distúrbios neurológicos, problemas respiratórios, cardíacos, pulmonares, no sistema imunológico e na produção de hormônios, além de má formação fetal e até câncer.

Conforme o deputado estadual Amarildo Cruz, estudos recentes do Inca mostram a relação do crescimento das vendas de agrotóxicos com o registro de casos de câncer no País. "Esse é um assunto preocupante e que precisa ser discutido com profundidade e responsabilidade. O País é o maior consumidor de agrotóxicos no Mundo. Temos o caso comprovado de intoxicação de centenas de pessoas na cidade de Lucas do Rio Verde, em 2006, durante uma pulverização aérea. Até hoje moradores daquele município sofrem com os problemas daquela intoxicação", esclareceu.

Para o deputado federal Zeca do PT, a fiscalização da comercialização dos agrotóxicos deve ser

mais rígida. "Se o consumo Brasil é alto, imagine no nosso Estado, que faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. É sabido que entram via fronteira diversos venenos com componentes altamente cancerígenos, sem nenhum controle da Anvisa. É preciso uma maior fiscalização", alertou Zeca do PT.

Segundo o deputado estadual Pedro Kemp (PT), é preciso discutir com urgência não só o controle da utilização de agrotóxicos para minimizar as consequências, mas também alternativas para produção agroecológica. "Considero esta audiência pública como um importante alerta à sociedade sobre o uso exacerbado de agrotóxicos na produção agrícola, que tem contaminado o solo, os recursos hídricos e o ar, acarretando comprovadamente sérios danos à saúde humana", falou.

Confira a programação:

13h - INSCRIÇÃO

13h30 - ABERTURA

MESA I - DIAGNÓSTICOS E IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NO TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE

13h45 - Professor Drº Wanderley A. Pignati – UFMT

Tema: Uma agricultura saudável é possível: a importância da campanha permanente no combate ao uso de agrotóxicos:

14h10 -Pesquisador Luiz Claudio Meirelles – FIOCRUZ

Tema: O submundo dos agrotóxicos: consequências do poder econômico das empresas nacionais e multinacionais no lobby na liberação de agrotóxicos

14H35 - Drº Professor Luiz Felipe Ribeiro Pinto - INCA(Instituto Nacional do Câncer)

Tema: Agrotóxicos e suas consequências na estrutura celular: sentença morte das populações expostas.

MESA II - GARANTIAS DE CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS VIÁVEIS E SEGUROS

14H55 - Professora Drª Márcia Rizzo - UFMS

15H10 - Professor Drº Dario Pires – UFMS

Tema:Contribuições da Química nas análises dos impactos no trabalho, saúde e ambiente.

15H25 - Professor Drº Denilson de Oliveira Guilherme – UCDB

Tema:Biotecnologia como Alternativa ao uso de Agrotóxicos

15h45 - Biologo Olácio Komori - Presidente da Associação dos Produtores Orgânicos de MS - APOMS

Tema: Viabilidade da Agro Ecologia na Produção de Alimentos

16h05 - Marco Antonio Delfino de Almeida - Procurador do Ministério Público Federal

Tema: Legislação sobre o uso de agrotóxicos

16h25 - Encerramento e considerações finais

Leitura do documento produzido

ENTRE LIVROS E O ROÇADO: TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS NO ASSENTAMENTO JOÃO CANUTO-PA[1]

Recebido em 29/11/2020, aprovado em 11/03/2020
10.30612/mvt.v6i11.10759
Andrey Minin Martin[2]
Geiziane A. Silva[3]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas educacionais no campo partir das experiências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes, localizada no assentamento João Canuto, no município de Xinguara/PA. A partir de uma pesquisa qualitativa, foram realizados estudos de campo e entrevistas com sujeitos que vivenciaram tais trajetórias, e ainda vivenciam, no processo de construção da educação no campo, tais como os educadores que atuam na escola, bem como os moradores deste assentamento. Conjuntamente, foram analisados o mote documental de materiais didáticos utilizados no processo de ensino, tendo centralidade a coleção Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo (PNLD 2016/2018), suas práticas e usos. Através da metodologia da história oral e diálogo com autores sobre educação no campo e ensino de história buscamos entender como novas práticas educativas foram gestadas neste processo de luta, pautadas na emancipação dos sujeitos, reafirmação de suas identidades e na valorização de saberes centrais para permanência dos homens e mulheres no campo.

Palavras-chave: Educação do/no campo; Assentamento João Canuto; Escola Dom José Gomes.

BETWEEN BOOKS AND THE SWIDDEN: EDUCATIONAL TRAJECTORIES IN THE JOÃO CANUTO SETTLEMENT-PA

ABSTRACT: This work aims to analyze the educational practices in the rural area from the experiences of Dom José Gomes Primary Municipal School, located at João Canute settlement in Xinguara/PA. Through a qualitative research, field studies and interviews were carried out with subjects who experienced such trajectories, and who are still experiencing this process of building education in the field, such as the school teachers of this settlement and its residents. School archives and teaching

1 Assentamento leva o nome do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria-Pará, assassinado no dia 18 de dezembro de 1985, em razões dos conflitos agrários na região.

2 Doutor em História-Unesp. Professor adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa. andrey@unifesspa.edu.br.
3 Graduada em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. geizianeamaral2@gmail.com

materials from the collection Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo (PNLD 2016/2018) its practices and uses. Using oral history as the methodology and dialogue with a motto of authors this paper tries to understand how new educational practices were born in this process of struggle, guided in the emancipation of the subjects, reaffirmation of their identities and the valorization of central knowledge for the permanence of the men and women in the field.

Keywords: Education of/in the field, João Canuto Settlement, Dom José Gomes School.

ENTRE LOS LIBROS Y EL SWIDDEN: TRAYECTORIAS EDUCATIVAS EN EL ASSENTAMIENTO JÕAO CANUTO-PA

RESUMEN: Esta obra tiene como objetivo analizar las prácticas educativas de/en el campo a partir de las experiencias de la Escuela Municipal de Primaria Dom José Gomes, ubicada en el asentamiento de Joao Canuto, en el municipio de Xinguara /PA. A partir de una investigación cualitativa, se realizaron estudios de campo y entrevistas con temas que experimentaron tales trayectorias, y todavía experiencia en el proceso de construcción de la educación en el campo, como los educadores que trabajan en la escuela, así como los residentes de este asentamiento. Juntos, se analizó el lema documental de los materiales didácticos utilizados en el proceso de enseñanza, con la centralidad de la colección Novo Girassol: Saberes y Fazeres do Campo (PNLD 2016/2018) sus prácticas y usos. A través de la metodología de la historia oral y el diálogo con autores sobre la educación en el campo buscamos comprender cómo se crearon nuevas prácticas educativas en este proceso de lucha, basado en la emancipación de los sujetos, la reafirmación de sus identidades y la valorización del conocimiento central para la fijación del hombres y mujeres en el campo.

Palavras Clave: Educación de/en el campo, Asentamiento Joao Canuto, Escuela Don José Gomes.

INTRODUÇÃO

Escrever sobre o campo e suas plurais manifestações sociais torna-se neste trabalho uma tarefa plural, pois falar destas práticas se confundem, em muitas situações, com trajetória e vivência apreendidas. Viver e crescer no meio rural em nosso país é carregar estigmas entre lutas e resistências e poder falar de práticas e experiências sobre a educação no campo não seria diferente.

O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre a educação no campo no Sul e Sudeste do Pará a partir das experiências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes, localizada no assentamento João Canuto3 município de Xinguara/PA. Busca-se entender as trajetórias organizativas na luta pela sua criação e estruturação, bem como analisar a estruturação e as práticas educacionais na escola existente neste assentamento. Apesar de sua localização no município de Xinguara, sua base burocrática está vinculada ao município de Sapucaia, no mesmo estado, devido a ligação social dos sujeitos que compõem o assentamento com este município, o que motivou um acordo entre as prefeituras.

Observamos que, de modo geral, a educação no campo ainda não possui centralidades na forma como é posta em práticas em distintas localidades do país. Como pontuam autores como Caldart (2011) e Molina (2006) a legislação nas últimas décadas tem ampliado e reconhecido a necessidade de novos olhares para tal aparato diversificado do meio rural, mas em sua maioria os materiais e a forma como tal educação são ofertadas acabam sendo simplesmente a reprodução do próprio modelo ofertado nas escolas urbanas, não adequados a estas necessidades. São questões que dever ser (re) pensadas, pois não levam em consideração os saberes e necessidades da vida camponesa, descontextualizando a sua realidade e não se conectando as suas bases educacionais.

EDUCAÇÃO DO/NO: TRAJETÓRIAS, LUTAS E CONQUISTAS

O ensino público brasileiro, de maneira geral, foi marcado historicamente por um imenso descaso governamental, ficando sempre em segundo plano na pauta de investimentos financeiros em políticas públicas para sua melhoria. Além disso, o modelo de ensino adotado procurava, e ainda procura, atender os interesses do grande capital, ou seja, o ensino oferecido serve para capacitar trabalhadores e trabalhadoras para atenderem as demandas do mercado de trabalho.

E como nossa própria estruturação do ensino no campo acabou transformando-se uma "extensão" de práticas urbanas, no que diz respeito ao ensino ofertado às populações que vivem áreas rurais, esse descaso foi ainda maior, conforme assevera Leite (1996), no qual "a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores [...]", tendo como respaldo o discurso ideológico proferido pelas as oligarquias agrárias de "que pessoas da roça não necessitavam de estudo". E foi com base nesse discurso que por várias décadas a educação rural se estruturou.

Para Passador (2003), práticas governamentais educativas no campo brasileiro remontam o início do século XIX, em que sua história está relacionada ao próprio estabelecimento da República:

> O ensino agrícola nasceu em 1889 com a proclamação da República e a criação, pelo o governo, da pasta da agricultura, comercio e indústria. Apesar de naquela época, a atividade econômica brasileira se constituir na agricultura, entre 1894 e 1906 o setor foi suprimido. Somente em 1909 foi novamente instalada e então foram criadas as instituições de ensino voltadas para estudos agronômicos. Mas a educação pública toma contornos efetivamente nacionais nos anos 30, com a criação do ministério da educação. (2003, p. 88).

Segundo Calazans (1993), as primeiras propostas de escolarização das populações rurais foram implantadas no século de XIX, porém, foram somente a partir da década de 30 do século XX, que elas ganharam maior visibilidades. Em específico a partir do lançamento do Manifesto dos Pioneiros:

> Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que buscava diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas de educação e preconizava a organização de uma escola democrática, que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum, possibilitasse especializações para as atividades de preferência intelectual

> (humanidades e ciências) ou de preponderância anual e mecânica (cursos de caráter técnico) agrupadas em: extração de matérias-primas agricultura, minas e pesca; elaboração de matérias-primas - indústria; distribuição de produtos elaborados - transportes e comércio. Nessa proposta, as demandas do campo e da cidade eram igualmente consideradas e contempladas. (BRASIL, 2007, p.10).

De acordo com Leite (1996), essas primeiras propostas de implantação de uma educação do/no campo surgiram para conter intenso fluxo migratório de rurícolas para os grandes centros urbanos, onde o processo de industrialização já se encontrava bastante avançado. Ainda de acordo com o autor os investimentos em programas de escolarização das populações rurais tiveram como fator a fixação dos camponeses no campo, evitando sua migração em massa para os grandes centros. Para a demanda necessária para outras atividades no campo tal canal educacional visou, bem intimamente, qualificá-los para o mercado de trabalho, visando assim alfabetizar esses sujeitos, ensinando-os a ler, escrever e apreender outros conhecimentos básicos.

Logo, o que se observa ao longo do século XX é que, entre avanços e recuos, a educação do campo não necessitava da estruturação e embasamento oferecido em outros espaços, como o urbano. Era comum evidenciar escolas funcionando somente em salas multisseriadas, não atendendo as demandas estabelecidas desde a década de 1930, nem tanto sendo reconhecidos oficialmente para o egresso nas séries subsequentes. Mesmo com os avanços estabelecidos pela Lei de nº 4.024/1961, como a estruturação do ensino básico e a preocupação em criar núcleos educacionais no campo, somente após a constituição de 1988 que iríamos assistir a novas propostas para esta modalidade de ensino. O Artigo 3º da Constituição Federal (1988) trata dos objetivos fundamentais que foram constituídos para a república federativa brasileira, dos quais os incisos III e IV poderão contribuir com as análises ligadas à construção da educação do campo, quando se trata da erradicação da pobreza, das desigualdades sociais, e em promover o bem de todos sem preconceitos e discriminação. O Artigo 5º em seu caput trata da igualdade de todos perante a lei, o que para Duarte (2008) constitui o princípio fundamental do Estado Liberal de Direito. Consiste no reconhecimento da noção de que todos os seres humanos são sujeitos de direitos, independentemente de quaisquer características que os especifiquem ou diferenciem.

Na década de 1990, de forma geral, os movimentos sociais do campo, fortalecidos pós-regime militar, começaram a discutir e articular a criação do movimento denominado "Por uma Educação Básica do Campo", se materializando em eventos como o "1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA)", ocorrido em Julho de 1997 e a "I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo", em Luziânia Goiás (CNEC), em 1998. Após a realização desses encontros educadores e representantes de diversos grupos ligados ao campo começaram a formular documentos que denunciavam o descaso com a educação e a elaborar estudos com objetivos a atender as necessidades específicas da população ligada ao campo. Os envolvidos começaram a pensar em propostas para mudar essa realidade.

A LDB, de 1996, já apresentava e reconhecia em seu texto a diversidade sociocultural como um dos elementos na construção de diretrizes próprias para a educação no campo, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. Por tais diretrizes não se deve apenas "adaptar" mas adequar a tais estruturas e suas especificidades, tais como calendários próprios, ligados as formas e períodos de trabalho e possíveis condições climáticas, estabelecendo a garantia de acesso e permanência no processo educacional. Outra conquista pelo qual se materializaram tais

possibilidades foi pela aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, em 2001, marco no processo de fixação e expansão da educação do/no campo. Elementos como a formação diferenciada de professores, adequação de conteúdos e práticas pedagógicas contextualizadas tornaram-se pautas importantes nesta trajetória.

De acordo Munarim (2008), a questão educação no campo "é pressuposto básico que os povos do campo não prescindem do direito à igualdade, na mesma medida que, ao cultivarem identidades próprias, são sujeitos de direito ao trato diferenciado" (p, 54). A educação deve ser universal e atender as diversidades étnico-culturais em toda sua forma de existência, pois se entende por "povos do campo" todas as populações cujas suas identidades estejam ligadas a natureza podendo estes pertencer aos diversos grupos ou "espaços sócio geográficos de igual apelo cultural e de produção de vida". A educação do/no campo nasceu com o apoio de movimentos sociais que entendem o quanto ela é fundamental para permanência do homem no campo. Através da educação as populações ligadas a terra poderão melhor compreender o processo político, econômico e social do país, o que possibilitará melhores condições de vida a essa população e também conhecimento necessários às reivindicações de seus direitos, considerando que o berço da Educação no campo é a participação popular.

Logo, como um dos principais desdobramentos destes eventos e movimentos reivindicatórios foi a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em 1998, focado diretamente em uma política de assistência educacional para o campo, especificamente para os assentamentos de reforma agrária[4]. Inicialmente, o programa teve como foco a Educação de Jovens e Adultos, EJA, sendo gradualmente estruturado etapas da Educação Básica I, contando atualmente inclusive com experiencias de ensino superior. Interessante observar que as principais parcerias que foram estabelecidas para que este programa tivesse êxito foram os movimentos sociais, entidades como a Comissão Pastoral da Terras, a CPT, governos municipais e estaduais e instituições públicas de ensino.

Assim, corroboramos com as palavras de Caldart (2008) quando pontua que pensar a educação no campo é apreender não somente as práticas e saberes locais, mas uma "disputa de território imateriais", pois "educação do campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez, a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade" (p. 70).

ASSENTAMENTO JOÃO CANUTO E A ESCOLA DOM JOSÉ GOMES

A trajetória do campo na região sul e sudeste do Pará não se diferencia totalmente das questão de nossa história: uma gama de problemáticas para vida e permanência de uma diversidade de sujeitos que na terra queriam viver e permanecer. Da lei de terras no século XIX aos sancionamentos legislativos da década de 1960 (como a Lei n.º 4.504, nomeada como Estatuto da Terra) passando pelas mudanças em nossa última constituição, por mais que avanços possam ser apontados, a verdade é que a reforma agrária nunca foi uma prioridade em nosso país. Isto pelo menos para nossas

4 Criado por meio da Portaria n 10/98, o objetivo do programa é "fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável". (PRONERA, Manual de Operações, 2004, p. 17)

elites que ainda controlam o jogo político, porque esta mesma gama de sujeitos nunca cessaram as lutas e em cada momento histórico gestaram novas formas de resistir. E, no caso desta região, o MST[5] é um destes movimentos, que tem ligações intrínsecas com o processo de lutas pela educação no campo, como vimos.

De acordo Fernandes (2000) ainda na década de 1980, especificamente em 1989 o MST iniciou suas lutas no Estado do Pará. Estes primeiros trabalhadores eram decorrentes de estados como Goiás, Maranhão, Ceará e do espaço Sul e Sudeste do Pará. Contando com a colaboração direta da CPT e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais a primeira ocupação do MST no Estado do Pará ocorreu no ano de 1990, na Fazenda Ingá, localizada no município de Conceição do Araguaia. Segundo Terence (2013) no decorrer desse período o movimento realizou mais duas ocupações na região, porém devido a "um estranhamento entre as táticas de ocupações" do movimento e dos posseiros estabelecidos na região, atuação do MST deslocou-se para região de Marabá, maior município da região.

Deste a década de 1960 esta região foi permeada por intensos fluxos migratórios, decorrentes de projetos governamentais que se intensificaram ao longo do regime militar. A construção da Belém-Brasília, da Transamazônica e toda propaganda produzida intensificaram tal migração, principalmente da região Nordeste, como destaca Pereira (2013). Porém, o que se observou foi o cerceamento da terra por meio da ocupação de grandes empreses provenientes principalmente da região Sudeste, fechando o cerco aos grupos indígenas e camponeses que aqui viviam ou que estavam em processo migratório. Somente neste período segundo dados da CPT apresentados por Fernandes (2000) 389 foram assassinadas nestes conflitos, em que parte de seus executores foram identificados, mas nem todos condenados.

O primeiro assentamento, fruto da luta em Ingá, surgiria ainda em 1992, ao passo que a luta na fazenda Canarana, também em Conceição do Araguaia, ainda estava em desenvolvimento. As constantes prisões e perseguições fizeram com que o movimento se desmobilizasse de ações na região de Marabá, ampliando para outras localidades no Sul e Sudeste do Pará. Tal ações não desmobilizaram o movimento, que se ampliou em novas frentes de atuação, ao mesmo tempo em que novas páginas de sangue ainda estariam por vir, como no caso do Massacre de Carajás, em 1996[6]

O Assentamento João Canuto teve seu processo de lutas iniciado em março de 2006, decorrente diretamente do acampamento estabelecido neste espaço e organizado pelo MST. Segundo o mote documental analisado, entre entrevistas e periódicos de circulação regional, o processo de formação do acampamento teve início em fevereiro de 2006, quando alguns sujeitos se deslocaram de cidades como Xinguara e Rio Maria. Segundo o entrevistado M.M. S, liderança à época, morador do assentamento e integrante do MST desde o final do ano de 1990, sua participação na luta se iniciou quando sua mãe, em razão de uma séries de dificuldades financeiras, passou a fazer parte do movimento, após um convite para uma reunião no vilarejo onde moravam.

5 O denominado Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST tem suas origens no conjunto de articulações entre trabalhadores rurais entre 1979 e 1984, coadunando uma diversidade de segmentos do campo. Foi criado formalmente a partir do I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel-PR, em janeiro de 1984, tendo sido realizado mais de vinte encontros nacionais até o presente. A partir da data de sua criação formal o movimento expandiu-se rapidamente por todo território nacional (CALDART, 2008; FERNANDES, 2000; STÉLIDE, 1997).

6 Em memória ao ocorrido um monumento foi projetado por Oscar Niemayer e inaugurado em 7 se setembro de 1996 em Marabá. O monumento imitava um arado com uma mão, dividindo dois olhos ao fundo. O monumento foi destruído quinze dias depois de sua inauguração por fazendeiros da região.

Tal movimento se repetiu na formação deste acampamento, quando ele e outros companheiros foram para as cidades de Xinguara e Rio Maria à procura famílias carentes que não tinha casa própria ou estavam desempregadas, sendo que esta busca por famílias é conhecida dentro do movimento como "trabalho de base". Após esse trabalho de aproximadamente um mês nessas duas cidades as famílias foram convocadas para irem até a cidade de Sapucaia para de lá se dirigirem até a área que seria ocupada, bem relatado e lembrado por todos os entrevistados:

> [...] eu lembro que nós chegamos aqui em fevereiro de dois mil e seis, pra pra essa região e ai viemos pra Xinguara outra turma nossa e foi pra Rio Maria na qual foi eu fui pra na equipe de Rio Maria e ai fizemos o trabalho, eu lembro que foi no dia dez de fevereiro ate o dia oito de março do mesmo ano dois mil e seis, e nós conseguimos ajuntar as famílias e ai no dia nós fizemos a reunião e no dia sete a noite dia sete de Março convocando as famílias a comparecerem no local no dia oito no caso oito de março pra puder sair da cidade que nós estávamos tanto de Xinguara, de Rio Maria já justamente pra área indicada quando nós chegamos em sapucaia já com as famílias que nós tínhamos conseguido ai nós tivemos uma reunião interna da militância ai lá foi que eu fiquei sabendo qual seria a área que no caso a Rio Vermelho e não só eu mais uma boa parte da militância que estava que também não foi todo mundo foi só uma parte mais que já tinha mais um acumulo de conhecimento que já tinha mais um histórico de acompanhamento da organização, ai nós chegamos lá no local no local da que seria a ocupação no caso da Rio Vermelho no dia oito de Março por volta de umas oito da manhã o horário que nós chegamos porem o dia certo que nós seria dia oito mais ai tivemos fazendo uma avaliação de que dia oito era dia oito de março seria dia das mulheres e estava tendo uma mobilização grande em Marabá ai nós decidimos que não que fazer a ocupação no dia nove de março contando de que havia mulheres que estava na mobilização de Marabá viesse também pra ajudar no processo da ocupação, e tão tal que a ocupação foi dia nove de março por volta de uma da manhã o da tarde, que nós fizemos a ocupação direta (M.M.S. MILITANTE do MST. 2018).

Imagem 01 – Cobertura do processo de acampamento pela imprensa local.

Fonte: Arquivo CPT-Xinguara, 2006.

Claramente a imprensa local, como analisado na documentação acima, construiu e articulou a já recorrente ideia da "invasão" e criminalização dos eventos. Os primeiros barracos foram construídos ainda em 2006 na área estipulada, às margens da rodovia, ficando sob a coordenação do MST e agora da liderança local, durante o processo de negociação com INCRA. Após a ocupação, segundo o entrevistado M.M.S, as famílias foram separadas em grupos escolhendo dois representantes, um homem e uma mulher, que ficaram responsáveis para estar repassando aos demais o que era ou não permitido dentro da comunidade. Conjuntamente foi feita a escolha de um casal em cada grupo para fica responsável pela segurança, um representante da comunidade e duas pessoas ficaram sendo responsáveis pela questão da saúde e educação.

Interessante observar que, ainda em processo de acampamento e mesmo sem a decisão judicial deferida, o movimento iniciou as tramitações para dar início a existência de um núcleo educacional neste espaço. Porém, em meio a tal processo, com apenas dezoito dias de acampadas as famílias foram obrigadas judicialmente a saírem da área. Sem ter para onde ir foram até a prefeitura pedir um local provisório, o que foi negado, sendo necessário montarem acampamento provisoriamente ao lado da rodoviária da cidade. Depois de quatro meses neste local foram novamente "despejados" devido ao fato da área possui proprietário, se deslocando novamente para outra área, enquanto esperavam pelo processo judicial da fazenda.

Imagem 02 – Cobertura do processo de acampamento pela imprensa local.

PM desocupa Fazenda Rio Vermelho

MP volta com outro programa comunitár

XINGUARA

Sem terras são retirados da Fazenda Rio Vermelho

Fonte: Jornal Opinião (2006) e O Carajás (2006). Arquivo CPT- Xinguara.

Após terem resolvido a questão legal em relação à área de ocupação as famílias voltaram ao acampamento, retomando a organização interna do movimento e iniciando a distribuição e demais elementos organizativos nos lotes. Inicialmente, como ainda não existiam as demarcações oficiais, foram realizadas pequenas divisões apenas para que cada família pudesse realizar o plantio básico para subsistência. Este processo durou até 15 de agosto, quando então nasceriam o Assentamento João Canuto.

Porém, neste meio tempo, ao retornarem ao acampamento as entrevistas indicam que foram até a prefeitura solicitar a construção da escola, momento em que se iniciaria mais um desafio: provar que a existência de uma escola neste espaço era um dever do poder público desta localidade. Isto porque foi alegado que não era obrigação da gestão desta cidade oferecer escola a estas famílias, visto que as mesmas não pertenciam ao município. Diante dessa recusa os assentados se reuniram com a comunidade em busca de auxílio para uma nova abertura de negociações com o poder público local, ocorrendo uma caminhada do acampamento rumo à cidade:

> [...] juntamos todas as famílias de nossa comunidade, criança, veia e fizemos a caminhada até lá na prefeitura, ai o [..] veio acompanhar nós na estrada ainda, eu lembro disso ainda como hoje, quando acompanhou nós na estrada, ele nos disse de que se nós entrasse no município dele, ele ia mandar a polícia meter fogo em nós, ou a população também, porque a população também estava se sentindo ameaçada, ai nós falamos pra ele, que ele pudesse ir lá mandar a polícia dele atirar, ou a comunidade dele, porque nós estava indo atrás daquilo que era de direito nosso, ai eu lembro que quando nós chegamos na escola, ai nós continuamos nossa marcha, ai fomos direto pra escola, padre José de Anchieta, quando nós chegamos lá, eu lembro que teve professores, [...] que pulou o muro da escola com medo de sem terra, e ai teve muitos alunos que se apavoraram, mais justamente porque o prefeito já tinha feito todo o alarde, e ai a gente depois começamos a conversar lá dentro da escola, fizemos uma assembleia só entre nós, e ai depois começou a encostar os professores ne, os alunos, e viram de que tudo aquilo de que tinha sido falado, não era real, ou seja, uma coisa abstrata, e ai a partir dai nós convocamos os professores, só os professores pra uma sala, e conversamos..." (M.M.S. MILITANTE do MST, 2018).

Desfeito todo o mal-entendido, em que claramente a construção de uma imagem negativa dos trabalhadores e famílias ocorreu sem um menos contato prévio sobre qualquer real situação, os representantes educacionais receberam a liderança do assentamento. Novamente em meio as negociações, segundo as entrevistas realizadas, a proposta do poder público era a de oferecer transporte para que as crianças pudessem estudar na escola local, o que foi rapidamente negado pelo movimento, visto que queriam justamente que as crianças tivessem a oportunidade de estudar no próprio assentamento. Nenhum acordo foi estabelecido e a reunião foi encerrada. Segundo os depoentes somente quando foi levantando dados sobre a quantidade de alunos existentes no assentamento o poder público local asseverou iniciar novos diálogos, ainda com forte oposição de seus membros. Sem o apoio da prefeitura as famílias conseguiram o material e por conta própria construíram a escola e solicitaram a secretaria de educação apenas à contratação dos professores.

Segundo os trâmites legais é de direito ofertar o ensino básico no espaço de vida e trabalho dos sujeitos do campo, assim como dever de fornecer uma instrução adequada para que professores do campo lecionem no campo. Neste caso, como em grande parte do país, o ensino é vinculado com materiais e profissionais lotados em instituições públicas urbanas, fato que se repetiu na escola Dom José Gomes[7].

Mesmo com tal aporte, as aulas foram iniciadas um ano depois, em 2007, devido ao processo de acampamento e, posteriormente, negociação para acesso educacional para o assentamento. Segundo um dos entrevistados "viemos pra uma pra beira da estrada prum local ali conhecido como Tião da venda e aí ficamos lá até o [...] dia quatorze de junho do mesmo ano até fazer o retorno para a fazenda Rio Vermelho [...]" (M.M.S.). Neste ponto é salutar destacar a presença da CPT-Xinguara e a figura de Frei Henri des Roziers. Francês, radicado no Brasil desde a década de 1980, tornou-se uma importante figura na trajetória dos movimentos sociais em todo Sul e Sudeste do Pará, atuando

7 Os entrevistados disseram não lembrar quem sugeriu esse nome para escola. De acordo com as informações "Dom José Gomes foi Bispo da Diocese de Chapecó (SC), entre 1968 a 1999, dedicou parte de sua vida eclesiástica na defesa das populações indígenas na sua diocese e no Brasil. Foi presidente do Conselho Indigenista Missionário entre 1979 a 1983 (BRIGHENTI; NÖTZOLD, 2009).

diretamente junto aos sujeitos assim como judicialmente à frente dos tribunais por estes mesmos sujeitos:

> naquele ano e foi prejuízo pra nós porque as crianças perderam aquele letivo, por mais, por mais que tivemos um grande apoio naquele período, e aí talvez entra uma das figuras mais, e que mais contribuiu com a gente naquele período e contribuiu até a saída dele aqui da região no caso Frei Henri, o Frei Henri ele foi uma das pessoas que mais contribuíram e com a gente tanto juridicamente como apoio financeiro apoio e político também na figura dele. (M.M.S. MILITANTE do MST, 2018).

Desde seu início, o estabelecimento da escola Dom José Gomes esteve atrelada ao Município de Sapucaia e, embora o local pertence ao município de Xinguara, quem responde pelas questões da educação é a secretaria de educação de Sapucaia, como podemos constatar através de documentos encontrados na escola do assentamento, como os diários de classe. Depois de alguns meses de muitas cobranças e reclamações a secretaria acatou o pedido e fez a substituição dos professores. Ainda assim os problemas não foram totalmente solucionados. De acordo com a professora D.S. L[8], nos primeiros meses ela e os demais professores (as) trabalharam praticamente de forma voluntária, recebendo apenas cem reais mensais. A professora D.S. L assim como o M.M.S relataram que nos primeiros meses de funcionamento da escola foram as famílias que forneceram e preparam a merenda.

A falta de apoio da prefeitura não se configurou como um empecilho para o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade, visto que de acordo com os educadores da escola durante seu o período de funcionamento no acampamento o setor de educação do MST prestou todo o apoio pedagógico, tanto aos educadores como para os educandos, conforme ressaltado na fala do M.M.S:

> [..] naquele período que nós ocupamos, de 2006 até 2012 foi um dos períodos que eu mais acompanhei em partes, eu lembro que em média a 4 em 4 a seis meses o MST o setor de educação senta né, pra poder traçar novas e novas formas pedagógicas pra transmitir aquilo que é de fundamental importância para os nossos professores e para nossos alunos, no processo de formação das nossas crianças nas áreas de acampamento sempre tem uma pessoa, e ao que seja umas duas três vezes no ano que vai na escola também, vai conversar com os alunos a respeito da organização, eu lembro que eu participei duas vezes dessa, desse processo de formação na escola [..] (M.M.S. MILITANTE do MST, 2018).

Nessas formações, segundo D.S.L, são discutidas as normas do movimento e apresentadas e refletidas as experiências educativas dos professores nas escolas do acampamento e assentamento

8 A professora D.S.L. mudou-se para o acampamento no ano de 2007 para trabalhar na escola, a pedido do representante da comunidade. Lecionava numa escola localizada em um assentamento na Fazenda Peruana, no município de Eldorado dos Carajás. Sua inserção no movimento ocorreu na época de sua adolescência quando seu pai acampou na Fazenda Macaxeira no município de Curionópolis –Pará.

onde trabalham. A partir da exposição e reflexão debatidas nos encontros são elaboradas novas propostas pedagógicas conforme as dificuldades apontadas, que contribuam para o desenvolvimento de um ensino baseado nos princípios educativos do movimento. A conciliação entre as ações do movimento e a educação dos acampados é uma preocupação constante do MST. Segundo a professora todas as atividades de protesto, interdições de rodovias realizadas pelos acampados são organizadas de modo que não interrompa a aprendizagem dos alunos.

As aulas no acampamento ocorriam em três turnos: no período diurno funcionavam as turmas da pré-escola, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª série e no noturno o Encontro de Jovens e Adultos. Segundo os entrevistados as turmas eram bem numerosas, pois, segundo as lideranças, no início da ocupação havia uma média de 300 famílias. Segundo o militante M.M.S. o acampamento chegou a ter um total de 337 famílias, no entanto, à medida que o tempo foi passando esse número foi se reduzindo gradativamente, decorrência do desgaste causado pela demora dos órgãos governamentais em realizar a distribuição dos lotes. Em carta produzida por assentados e divulgado no jornal Diário de Sapucaia, podemos perceber tal situação:

> (...) estamos acampados a mais de 8 anos em situações precárias, humilhados ouvindo mentiras por parte de alguns que se dizem ser líder do movimento, cortando cadastro, batendo no povo e pedindo dinheiro, ou damos ou eles ameaçam cortar o cadastro, é um verdadeiro inferno, isso é um absurdo para o ser humano que precisa ganhar um pedaço de terra pra sobreviver(...)[9].

A fala acima é um fragmento da carta coletiva escrita pelas lideranças do acampamento como forma de protesto contra a demora do INCRA em regularizar os lotes de terra. Além da carta os acampados realizaram ainda bloqueios na rodovia BR-155. Ao longo de nove anos ocupações, protestos e bloqueios foram realizados constantemente pelos acampados, até que no ano de 2015 foi oficialmente criado pelo INCRA o assentamento, através do processo nº 54600.000187/2015, ocorrido por meio de uma permuta entre o fazendeiro que reivindicavam a posse da área e a União conforme relata o trecho a seguir:

> O PDS "João Canuto II" foi obtido por meio de permuta em área pública do imóvel denominado de Retiro Guerobal com área de 3,6 mil hectares, localizado no município de Xinguara, e tem capacidade para o assentamento de 142 famílias de trabalhadores rurais[10].

O assentamento encontra-se localizado na BR-155, sentido Marabá, segundo pela estrada que liga Xinguara ao distrito São José. O percurso é realizado em parte por via asfaltada e um segundo trecho de cerca de 5 km de estrada de terra, entre a entrada e o assentamento.

9 Trecho retirado da carta enviada por líderes do MST à redação do Diário de Sapucaia, publicada por Gustavo Marcos, no dia 20 de novembro de 2013.
10 Fragmento retirado do site oficial do INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-cria-primeiro-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel-do-sul-do-para> . Acesso em: agosto de 20019. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Imagem 04 – Entrada do Assentamento João Canuto

Após a efetivação da troca da área as famílias foram deslocadas do local onde estavam acampadas, a partir de então fizeram a distribuição dos lotes. Cada família recebeu um lote de 5 alqueires de terra, o que por meio da documentação analisada não puderam ser efetivamente explorados, visto que todo a ajuda e manutenção necessária não foram realizadas, conforme previsto no processo de assentamento de reforma agrária. Sem esta ajuda financeira muitos assentados acabaram deixando o assentamento, visto que as dificuldades ultrapassaram as possibilidades de volta e fixação no campo. Em grande parte, os assentados que estão tentando resistir sobrevivem da agricultura de subsistência e outras atividades realizadas, mas longe de todas as possibilidades e potencialidades que a vida no campo permite.

Dentre as muitas dificuldades, os assentados indicaram que não conseguem vender a produção excedente, devido as dificuldades da logística até as cidades para levar os produtos, assim como o deslocamento também se torna difícil pelos próprios afazeres cotidianos. Logo, tais dificuldades também marcaram a trajetória da oferta de ensino neste espaço, que perpassam da estruturação física até a escolha dos métodos e materiais adequados para esta modalidade de ensino. De forma geral, o que já pudemos observar na tessitura das fontes é que neste processo houve um rompimento com os princípios educativos organizados pelos materiais dos movimentos sociais do campo.

De acordo com Salomão Hage (2015) o movimento educação no Campo no estado do Pará teve início no ano de 2003, após reunião na "antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal" onde se encontravam presentes representantes dos movimentos sindicais do campo, universidades e sociedade civil. A partir deste encontro, exatamente um ano depois, foi criado o Fórum Permanente de Educação no Campo (FPEC) responsável por coordenar e organizar as ações do movimento no estado. Segundo este autor:

> O Fórum Paraense de Educação do Campo, movimento que aglutina entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos

> governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional da sociedade paraense, que, compartilhando princípios, valores e concepções político-pedagógicas, buscam defender, implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade social para todos/as cidadãos/ãs paraenses, sobretudo para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores/as familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores. (HAGE, 2015, p. 25)

O FPEC tem procurado desenvolver ações que possibilitem a ampliação e interiorização do debate sobre a educação no campo no território paraense, através da realização e divulgação de eventos que promovam a socialização e reflexão sobre a realidade educacional das diversas regiões que compõe o estado. Nesse sentido, foram realizados vários encontros e seminários para elaborar discutir a falta de políticas públicas e problematizando questões ligadas à educação do/no campo. A partir da criação do fórum muitas transformações puderam ser observadas, mas aquém das realiza necessidades de nossa escolarização no campo. Nesse aspecto, com base nas propostas de educação no campo materializadas na forma de lei no artigo 28 da LDBN nº 9.394/96 e na Resolução CNE/ CEB nº 01/2002 Parecer CNE/ CEB n.36, gerou-se a necessidade em pesquisar e analisar como está ocorrendo à educação do campo e o ensino de história numa escola localizada dentro de um assentamento na zona rural no município de Xinguara.

Diante de toda essa complexidade da questão agrária na região e tendo em vista que de acordo com os PCNs (1997), um dos objetivos da disciplina de História no ensino fundamental é possibilitar que os alunos sejam capazes de "questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação políticas institucionais e organizações coletivas da sociedade civil", fez-se necessário pesquisar como está ocorrendo o ensino aprendizagem na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes.

No primeiro momento realizamos um contato prévio com os agentes educacionais neste assentamento, em que apresentamos o projeto[11] em desenvolvimento e tivemos uma conversa com duas professoras as quais ficaram interessadas. Aceitando participar do trabalho, concederam as entrevistas, visto que se mostraram preocupadas com as questões que norteavam seu trabalho e as dificuldades que ameavam sua própria continuidade. Durante a conversa as professoras comentaram que na construção dos planos de ensinos anuais realizados na sede do município há uma priorização dos interesses da população urbana. Esta imposição acaba ignorando a diversidade existente entre o espaço rural e urbano dificultando a efetivação da educação voltada para o campo. No decorrer da entrevista com a professora "B" ao conversarmos sobre a interação professor-aluno e comunidade foram levantados questionamento sobre qual a importância de ter uma escola no assentamento:

> Pra mim e de suma importância porque, se temos agricultores, se temos uma assentamento com famílias, pais, crianças, adolescentes, é de suma importância a questão de uma escola dentro desse assentamento, porque a disponibilidade pra, pra família permanecer ali no campo é essa questão, ai se não temos a escola igual aqui, eu até já questionei isso também da nossa escola funcionar, da educação infantil até o quinto ano, Por que que os nossos governantes, o nosso poder

11 Apresentação do projeto as professoras D.S.L. e F. C. O e conversa sobre a educação no campo no assentamento João Canuto.

> público não dá a chance pros nossos alunos, pros nossos agricultores continuarem no campo pelo menos no nível até o nono ano? Com escolas e..., profissionais formados agindo dentro desse assentamento, dentro dessa escola pra para que nossos jovens não saiam pra que nossas crianças com as famílias tenham que tá saindo também. Então assim acaba a educação no campo sendo fraca pras nossos crianças devido a isso, aquelas crianças não terem paradeiro, aquelas famílias não terem paradeiro fica no assentamento, vão pra outro, o outro não tem escola, não tem ônibus pra ir até a cidade, agora mesmo a minha filha, to sem meus filhos tarem aqui em casa porque a nossa escolinha aqui só funciona até o quinto ano[...] (PROFESSORA-B, F. C. O, 2018).

A resposta da professora reafirma tudo aquilo que tanto o MST como os demais movimentos sociais do campo têm insistido em cobrar do Estado. Na fala da professora é possível notar outro aspecto bastante cobrado pelos movimentos, que é a oferta de uma educação em todos os níveis de ensino que ocorra prioritariamente no campo e que para, além disso, sirva aos filhos dos assentados, de modo que o saber apreendido os ajude a lidar com a terra favorecendo sua permanência no local onde vivem. É válido ressaltar que tal aspecto está contido na resolução nº. 2 das diretrizes aprovada em 2008. Segundo Caldart (2004) a luta por políticas públicas que atenda a população no/do campo é um direito e deve ser consolidada no local de origem e pensada a partir dele.

Outra preocupação da população é com o ensino do 6º ao 9º ano e ensino Médio, ofertados somente na cidade de Sapucaia. Ao concluírem o ensino fundamental I as crianças são deslocadas para a Escola Padre José de Anchieta, escola núcleo do Município, por meio do transporte e após o fundamental II são transferidas para escola estadual Paulo Freire, como podemos observar através da fala de uma das professoras do assentamento:

> [...] a minha filha tá fazendo o sexto ano e aí não teve como ela ficar indo no ônibus pra cidade porque o ônibus sai 10 horas da manhã, pra aula que é à tarde, e retorna aqui pro assentamento 10: 30, já teve questão de retornar 11:30, 11 horas da noite, porque chega o período do inverno o ônibus quebra na estrada, os buracos tá entendendo? O horário dele chegar normal é 7 da noite, eu sei que, pra a gente tem problemas até maiores, igual quando eu questiono nas formações que eu comento, sempre as pessoas falam, há ainda tá é bom, porque tem lugar fulano de tal que a criança anda num sei quantos quilômetros tá entendendo? Invés de procurar uma melhora acha que aquilo ali ainda tá e gratificante, então é assim, é de suma importância, pra mim enquanto educadora, quanto professora, é muito de muita importância a escola dentro de uma área do assentamento por conta da disponibilidade que, que os nossos agricultores tem com as crianças com os filhos para poder permanecer no campo (PROFESSORA-B, F. C. O, 2018).

Para que o ensino cumpra com a proposta de uma educação específica visando atender uma demanda própria do sujeito do campo é preciso que o/a professor/a também ocupem esse espaço e participem da construção do currículo Escolar para o Campo, pois quando isso não ocorre o ensino continuará acontecendo fora da realidade local, de forma desconexa aos interesses dos movimentos sociais por uma educação do/no campo continuando atender somente aos alunos urbanos, baseado em uma seleção de conteúdos que atenda os interesses da cidade e desconectado da realidade do

aluno que vive fora desse espaço. Freire (2005) afirma que esse modelo de educação possui concepção bancária, onde não se promovem reflexões para a construção do conhecimento, desvinculada do saber, e com base na reprodução. A escola que possui o poder de transformar e promove o enquadramento do sujeito em um modelo de educação colocando os educandos em condições submissas transformando-os em agentes passivos, se tornando oprimidos, criando a ideia de que a problematização e a reflexão seja uma arma perigosa que poderá ser utilizada contra o opressor.

Nesta mesma perspectiva o entrevistado M. M. S (2018) contribui para nossa análise quando cita uma frase de cunho popular utilizada pelos patrocinadores do agronegócio, reafirmando o resultado de uma educação voltada para fornecer a mão de obra que promove o grande capital. E a partir desta reflexão deixa claro quais são os princípios defendidos pelo MST para a educação do/no campo. Segundo o entrevistado o movimento não busca atender o mercado de trabalho, a educação defendida aqui está para além da formação técnica, ela deve ser ofertada visando à preparação do indivíduo para romper com as barreiras imposta pelas desigualdades sociais, promovendo a libertação dos sujeitos que ao longo da história foram sendo excluídos:

> tem uma metáfora, e eu nem considero metáfora, eu entendo de que isso é um fato real, pro grande capital o funcionário bom é o funcionário analfabeto né, a pessoa boa pro mercado ,é a pessoa que não tem conhecimento, e a pessoa que tem conhecimento mais não tem disposição pra defender aquilo que ele pensa, a escola do campo por exemplo, ela vai além disso, por exemplo, eu sempre imagino de que a educação no campo é uma das é um , é [...] uma das chamada educação mesmo que consegue preparar o indivíduo pra vida intendeu? Ele não prepara a pessoa pro mercado de trabalho, não, nesse sentido, por exemplo, eu sempre gostei de ter como princípio o estudo, apesar de que eu não tenho muita vocação pra estudar na escola mais eu sempre tive o entendimento de que a única coisa que possa nos libertar é o conhecimento, e a escola do campo ela vai além disso ela vai além do conhecimento técnico, ela vai em busca do conhecimento da libertação do indivíduo, (M.M.S. MILITANTE do MST, 2018)

Para Peripolli e Zoia (2011), "O desafio maior está em compreender que as questões das escolas do campo estão colocadas fora delas. Ou seja, são decorrentes de outros aspectos que dizem respeito ao campo". Segundo os autores a educação no campo necessita de políticas públicas que busque atender as suas especificidades e não querer adequá-las ao meio urbano, as quais devem estar direcionadas a atender os interesses de quem vive e trabalha na terra.

A referida escola aqui em mote, qual seja, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes está localizada na vila do assentamento João Canuto, sendo sua localidade pertencente ao Município de Xinguara, mas a educação fica sob responsabilidade do Município de Sapucaia. Seu funcionamento ocorre em um prédio dentro do assentamento, em espaço coletivo. É uma construção de tábuas, forrada para comportar a climatizaçao, as salas são de pisos com cimento queimado porém bem esburacado. A sala do maternal ao 2º ano receberam recentimente mesas e cadeiras, a de 3º ao 5º ano ainda se encontra com cadeira de madeiras com braço. A sala da secretaria possui computador, mas não tem acesso a internete, segundo as professoras as atividades são xerocadas, sendo que as series de 1º ao 5º ano recebem o livro didático.

Imagem 06 – Escola Dom José Gomes

Segundo a professoras do assentamento a secretaria de educação quase sempre disponibiliza todos os materias que elas necessitam, sendo "a maior dificuldade é só mesmo a falta de acompanhamento, assim, praticamente diário, pelo menos uma, duas ou três vezes, coordenador tá junto com a gente, acompanhando né? Mais, material, graças a Deus, nós conseguimos correr atrás, e conseguimos direto, dificilmente falta". A professora "B" relata ter um pouco de dificuldade para organizar os materiais, pois gosta de trabalhar dentro da proposta de formação do PNAIC, e que na Zona rural tudo fica mais difícil para produzir os materiais necessários a alfabetização e esta dificuldade acentua ainda mais quando se trabalha com uma sala multisseriada.

No caso da professora "B" que trabalha do maternal ao 2º ano a diversidade de níveis de conhecimento existentes entre as crianças é muito grande exigindo muito da professora, tanto em sala de aula como fora dela:

> A gente utiliza material que nós mesmos pesquisamos ne e com as formações do Pacto[12] também eles nos auxilia muito ne dando ideias, e assim a questão da organização e meio complicado por que pra cá pra zona rural tudo e mais difícil, tudo, tudo, tudo, tudo é mais difícil,.[...] E assim eu gosto de separa meus materiais conforme os níveis dos meus alunos ne, primeiro ano segundo ano a cada etapa a gente faz aquele diagnostico ne eu gosto de trabalhar com a questão do diagnóstico dos meus alunos e a gente vai evoluindo o trabalho e separando o material todo por níveis, a gente trabalha com as tarefinhas xerocopiadas ne, trabalha e a gente monta, eu gosto de montar material em casa mesmo ne, jogos de silabas ne jogos de rolinho de papel, esses joguinhos que a gente elabora joguinhos pedagógicos que a gente pesquisa que são a mão na roda, então eu vejo a questão do níveis de, dos níveis que eles estão e elaboro tantas atividades como o material pedagógico por níveis, assim que eu faço minha turminha. (PROFESSORA-B, F. C. O, 2018).

A estrutura da escola foi montada a partir de adaptações das antigas casas do retiro da fazenda onde residiam os trabalhadores, como era duas casas próximas transformaram-nas em duas salas

12 Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

de aula, secretaria e uma pequena biblioteca. Para atender as necessidades básicas dos educandos e educadores adaptaram os banheiros, construíram uma cozinha e galpões onde funcionam como refeitório, espaço de socialização entre as turmas, eventos escolares que envolve as famílias e reuniões escolares e de interesses da comunidade.

De acordo com o censo no ano de 2017 funcionavam em dois períodos com turmas de educação infantil ao 5º ano, com o número de 11 funcionários no total, sendo que as aulas são ministradas por duas professoras com formação em pedagogia e dois auxiliares com formação em nível médio. As turmas são multisseriadas, com 13 crianças matriculadas no ano de 2017 na educação infantil, 32 de 1º ao 5º ano e 82 de EJA, números segundo informações obtidas no INEP. Porém, segundo as fontes as turmas de EJA só funcionaram nos anos anteriores ao assentamento e atualmente a escola não atende a este público. Em 2018 a escola funciona com o número de oito funcionário e atende aproximadamente 60 crianças do maternal ao 5º ano, funcionando em um único turno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acampamento/assentamento João Canuto é o desdobramento de Lutas por Reformas Agrárias na Região Sul do Pará, as famílias assentadas, atualmente, permaneceram acampadas entre ameaças e despejos, aproximadamente nove anos, em uma área da União sob domínio de um poderoso grupo do ramo agropecuária na região próximo a cidade de Sapucaia. O processo de acampamento iniciou em março do ano de 2006 e a situação das famílias dos acampados só foram resolvidas em 15 de agosto de 2015. A Escola Dom José Gomes foi fundada a partir deste contexto desenvolvendo junto ao acampamento, após os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra reivindicarem seus direitos tendo por base a LDBN e os princípios dos movimentos sociais da educação do/no campo, que lutam por reduzir as injustiças e as desigualdades sociais existentes no Brasil.

Durante o processo de ocupação que marcou o início da construção e desenvolvimento da Escola Dom Jose Gomes no ano de 2007 construída dentro do acampamento, recebeu apoio do setor da educação do movimento localizado na região. Os quais contribuíram com materiais e formações pedagógicas para os professores que atuavam na escola, os encontros eram realizados com base nos princípios da educação do/no campo. Atualmente a escola se encontra na vila do assentamento, sob a coordenação da secretaria de educação de Sapucaia e não recebem mais as formações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação do Campo: Diferenças rompendo paradigmas. Caderno SECAD. 2. Brasília: SECAD, 2007.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória. In: Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (coords.). Educação e Escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, R., S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.G.; MOLINA, M. C. (org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R.S. Sobre educação do campo. In: FERNANDES, B.M.; OLIVEIRA, C. J.; SANTOS, C. A.; DUARTE, C. S.; MICHELOTTI, F.; MOLINA, M.C.; CALDART, R.S. Educação do campo: campo - políticas públicas - educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. DUART, Clarice Seixas. A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Brasília: Incra; MDA, 2008.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2000.

_____. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, M.G, CALDART, R.S., MOLINA, M.C (orgs.) Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes,2004. p. 133 – 146.

HAGE, Salomão. Movimento de educação do campo na Amazônia paraense: ações e reflexões que articulam protagonismo, precarização e regulação. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

LEITE, Sergio Celani. "Urbanização do processo escolar rural. Educação e Filosofia,10,285-298, ju/dez.1996.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). Educação do Campo e Pesquisa. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MUNARIM, Antônio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. In: Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Vol. 33, n. 1, p. 57- 72. Jan./Abr. 2008.

PASSADOR, C. S. Um estudo do projeto escola campo – casas familiar rural (1990-2002) do Estado do Paraná: a pedagogia da alternância como referencial de permanência. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 2003.

PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra sul e sudeste no do Pará: migrações violência no campo. Tese (doutorado em história). Programa de Pós-graduação em História. Recife (PE). Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PERIPOLLI, Odimar João; ZOIA, Alceu. O Fechamento das Escolas do Campo: O anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas. Disponível em <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/viewFile/435/273>.Acess o em:Julho de 2018.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: O ACAMPAMENTO E A ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA EM JACAREZINHO-PR

Recebido em 16/01/2020, aprovado em 12/03/2020
10.30612/mvt.v6i11.10902
Marcio Luiz Carreri[13]
Gabriely Cristine de Souza[14]

RESUMO: O texto apresenta um debate sobre a histórica estrutura fundiária brasileira e sua modernização conservadora, discute a relação entre a propriedade e posse da terra no Brasil e a necessidade e a luta pela reforma agrária, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalha também um breve estudo sobre a Educação Popular e estuda um caso especial, o acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho, estado do Paraná, local que associa a luta pela terra e a educação no contexto da sociedade brasileira. Parte da análise específica do acampamento e da escola itinerante e, para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos, basicamente, de trabalho de campo e entrevistas no próprio acampamento e na escola, além da historiografia sobre o tema. A pesquisa é importante para a comunidade conhecer a história e a luta de um movimento social a partir de uma experiência local, obtendo, dessa forma, um melhor entendimento do significado desse Movimento e da luta pela terra e pela educação, no país, no estado e no local onde vive.

Palavras-chave: Modernização Conservadora. Reforma Agrária. MST. Educação Popular.

THE LANDY STRUCTURE IN BRAZIL AND THE FAGHT FOR AGRICULTURAL REFORM: THE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA CAMP IN JACAREZINHO-PR

ABSTRACT: The text presents a debate about the historical Brazilian land structure and its conservative modernization, discusses the relationship between land ownership and tenure in Brazil, and

13 Doutor em História pela PUC–SP e Pós-Doutorando em História Social pela USP. Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Jacarezinho. E-mail carreri@uenp.edu.br.
14 Graduanda em Licenciatura em História pela UENP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Marxismo. Bolsista do programa PIBIC/Fundação Araucária. E-mail: gabysouza090198@gmail.com.

the necessity and struggle for agrarian reform, with the action of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and the Comissão Pastoral da Terra (CPT). He is also working on a brief study on Popular Education and studying a special case, the Valmir Motta de Oliveira camp in Jacarezinho, state of Paraná, a place that combines the struggle for land and education in the context of Brazilian society. Part of the specific analysis of the camp and the itinerant school and, for the development of the research, we basically use fieldwork and interviews in the camp and at the school, in addition to the historiography on the subject. The research is important for the community to know the history and struggle of a social movement from a local experience, thus obtaining a better understanding of the meaning of that Movement and the struggle for land and education, in the country, in the state and where you live.

Keywords: Conservative Modernization. Land reform. MST. Popular Education.

LA ESTRUCTURA FUNDAMENTAL DE LA TIERRA EN BRASIL Y LA LUCHA POR LA REFORMA AGRÍCOLA: EL CAMPAMENTO VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA EN JACAREZINHO-PR

RESUMEN: El texto presenta un debate sobre la estructura histórica de la tierra brasileña y su modernización conservadora, discute la relación entre la propiedad y la tenencia de la tierra en Brasil, y la necesidad y la lucha por la reforma agraria, con la acción del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) y la Comissão Pastoral da Terra (CPT). También trabaja en un breve estudio sobre Educación Popular y estudiando un caso especial, el campamento Valmir Motta de Oliveira en Jacarezinho, estado de Paraná, un lugar que combina la lucha por la tierra y la educación en el contexto de la sociedad brasileña. Parte del análisis específico del campamento y la escuela itinerante y, para el desarrollo de la investigación, básicamente utilizamos trabajo de campo y entrevistas en el campamento y en la escuela, además de la historiografía sobre el tema. La investigación es importante para que la comunidad conozca la historia y la lucha de un movimiento social a partir de una experiencia local, obteniendo así una mejor comprensión del significado de ese Movimiento y la lucha por la tierra y la educación, en el país, en el estado y donde vives

Palabras clave: Modernización conservadora. Reforma agraria. MST. Educación Popular.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta um debate sobre a histórica estrutura fundiária brasileira e sua modernização conservadora, e discute a relação entre a propriedade e posse da terra no Brasil, bem como a necessidade e a luta pela reforma agrária, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalha também um breve estudo sobre a educação popular e estuda um caso especial, o acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho, no estado do Paraná, local que associa a luta pela terra e a educação no contexto da sociedade brasileira.

A realização da pesquisa que resultou neste presente texto, ocorreu calcada em análises de pesquisas de fundamentação a respeito da formação e consequências do capitalismo e da formação e objetivos do MST na luta pela terra como resistência a esse sistema no âmbito da luta de classes. O desenvolvimento da pesquisa se deu, também, por meio de trabalho de campo e entrevistas, visando que um dos objetivos é compreender o aspecto histórico, significado e relevância do acampamento Valmir Motta de Oliveira e da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira localizados em Jacarezinho-PR, como parte de um todo que é o Movimento. Henry Rousso (2000, p.94) resume a perspectiva aqui adotada da importância das entrevistas e do trabalho de campo, no âmbito da História Oral:

> A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.

O trabalho de campo e as entrevistas com educadores sobre o acampamento e a Escola são essenciais para compreender melhor as análises das teorias na prática, assim, a luta pela terra (como reflexo da luta de classes) e a outra proposta de educação da Escola Itinerante, a Educação Popular, terão sua relevância e seu significado para a sociedade de maneira ainda mais clara e com mais informações que ajudará na apreensão do porquê da existência do acampamento e da Escola, além de entender a importância da escola, também, para o próprio acampamento.

Portanto, os objetivos da pesquisa foram alcançados por meio de pesquisas bibliográficas para a compreensão da causa da formação do Movimento, partindo de entender o todo através do específico com o estudo do acampamento Valmir Motta de Oliveira e da Escola Itinerante Valmir Mota de Oliveira para compreender a importância e seus significados dentro do sistema vigente com entrevistas e trabalho de campo. Deste modo, através dos relatos adquiridos nas entrevistas e dos materiais pedagógicos que a própria Escola utiliza foi proporcionado um enriquecimento de informações, em que através dessas fontes pôde-se conhecer a história do acampamento e da Escola e como estão atualmente, assim, relacionando com as análises das pesquisas bibliográficas para chegar no alcance dos objetivos da pesquisa.

Joaquim Nabuco e, depois, Caio Prado Jr. apontaram a necessidade da democratização da propriedade da terra como condição para o desenvolvimento do país. Prado Junior, em artigos publicados no começo da década de 1960, retomava o tema problematizando as políticas que estavam sendo implementadas em São Paulo e depois no país após o golpe de 1964, "visando uma reforma agrária para um suposto processo socioeconômico que significaria, assim se predestina, a transição de 'restos feudais' ou 'pré-capitalistas', para uma nova etapa capitalista e progressista" (1979, p. 9).

Trata-se de um contexto em que o modelo dominante de desenvolvimento da estrutura agrária no Brasil é excessivamente focado na agricultura capitalista patronal, logo, pautado no latifúndio, na monocultura de commodities e, não raro, no trabalho em regime escravo. Tal modelo tem como paradigma a modernização conservadora, gerando, dentre outros problemas, a expulsão dos camponeses da terra. Dessa forma, como caracteriza Guimarães (1977 apud PIRES; RAMOS, 2009), a estratégia desse modelo difere do da reforma agrária, tendo por objetivo a expansão da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que se tenha uma alteração na estrutura agrária. Sobre isso, lembrou Tavares: "[as] transformações das bases técnicas e econômicas, a terra e a riqueza

continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários tradicionais" (1996, p. 5).

Novas fronteiras agrícolas sentiram o efeito dessa política, como é o caso do chamado Norte Pioneiro do Paraná, com consequências sociais importantes, parte do quadro geral do capitalismo brasileiro.

PROPRIEDADE E POSSE DA TERRA

No Brasil, o capitalismo adquiriu um caráter rentista, pois o seu desenvolvimento se faz principalmente através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Apesar de ser um processo cuja origem tenha se dado na escravidão e principalmente na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, foi na segunda metade do século XX que essa fusão ampliou-se significativamente, quando, após 1964, os militares procuraram soldar essa aliança política. Dessa maneira, a chamada modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários. (OLIVEIRA, 2005).

Por conseguinte, essa transformação dos capitalistas industriais em latifundiários gerou uma concentração de renda e de terras nas mãos de poucos. Quem já tinha o capital passou a tê-lo em demasia, quem não tinha o capital foi expulso da terra ou passou a trabalhar sob condições precárias, uma vez que a mão de obra se torna mais barata, visto que a tecnologia e as máquinas suprem algumas tarefas humanas, além do fato de que o trabalhador do campo não tem muitas escolhas, pois precisa ter um sustento.

Essa concentração das terras nas mãos de poucos se torna mais clara ao se analisar as estatísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No ano de 1972, o número total de imóveis era de 3.387.173, e as grandes propriedades - os latifúndios - representavam somente 1,5%, com 50.548 imóveis. No entanto, ocupavam 51,4% da superfície total, ou seja, 193.749.742 ha de uma área com 370.275.187 ha. Na década de 90, quando as lutas pela reforma agrária se intensificaram e o Estado precisou responder com políticas públicas de assentamentos fundiários, a conjuntura da concentração fundiária e desigualdade ainda era a mesma. Em 1998, 57.881 imóveis com mais de 1000 ha, de um total de 3.587.987 imóveis rurais, continuavam ocupando 52,9%, ou seja, 216.824.528 ha de uma área total de 415.570.812 ha. Em contrapartida, as pequenas propriedades, com menos de 100 ha, representavam 85,3% dos imóveis rurais, ou seja, 3.061.525 imóveis, e ocupavam uma área de 16,5% da área total, ou seja, 68.674.638 ha (OLIVEIRA, 2005). Além do mais, o capitalismo moderno se desenvolve necessariamente de maneira desigual, combinada e contraditória. Paulo Alentejano (2012, p. 479) diz que:

> [...] a modernização produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliou a desigualdade no campo brasileiro, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e de mais riquezas em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarização e a pauperização.

Outro exemplo de manutenção da desigualdade no campo brasileiro ocorreu com o Golpe de 1964, quando as lutas populares sofreram violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra[15]. Elaborado com uma propagada visão progressista, propondo mexer na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Em 1985, em meio ao clima da campanha 'Diretas já', o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cujas palavras de ordem era: 'Ocupação é a única solução'.

Neste mesmo ano, o governo Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária[16], que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhão de famílias. Porém, mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. Os artigos 184 e 186 da Constituição brasileira de 1988 referem-se à função social da terra e determina que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2005).

Relacionando o modo desigual e combinado pelo qual o capitalismo vem se desenvolvendo ao trabalho no campo, é válido mencionar que a atuação do modelo capitalista se desenvolve na direção da inserção do trabalho assalariado no campo. Nesse ínterim, é possível entender, analisando a situação dos trabalhadores rurais que foram expulsos da terra e se tornaram trabalhadores livres, ou melhor dizendo, trabalhadores assalariados, que o capital está sempre do lado dos capitalistas industriais e latifundiários.

Ademais, ainda se pode relacionar que a modernização no campo é conservadora, uma vez que faz prevalecer a dominância do capital, que está nas mãos dos industriais através do domínio das terras de proprietários que não possuíam capital suficiente para acompanhar essa modernização no campo. Assim, esses capitalistas industriais obtiveram maior renda e o trabalhador rural foi lançado como livre e assalariado, obtendo um trabalho precário no campo ou na cidade. Nesse sentido descrevem Pires e Ramos (2009, p. 419):

> [...] o uso de insumos industriais nas unidades de exploração agropecuária retirava da terra aqueles proprietários rurais que não conseguiam modernizar-se, lançando-os como mão-de-obra livre aos mercados de trabalho capitalistas. Desta feita, a força de trabalho e a terra tornaram-se abundantes no país e não criaram obstáculos ao desenvolvimento industrial, uma vez que a agropecuária exerceu suas funções no modelo de substituição de importações.

Como supracitado, o capital está vinculado aos capitalistas industriais, urbanos e latifundiários, por isso o desenvolvimento do capitalismo é desigual e combinado, seguindo uma lógica para a burguesia (todos que detém os meios de produção) se manter dominante em relação ao poder e ao capital. Trata-se de um ciclo. Essa lógica do desenvolvimento capitalista no mundo é exemplificada, na visão do geógrafo britânico David Harvey, da seguinte maneira:

15 Lei N. 4.504, aprovada em 30 de novembro de 1964.
16 Decreto N° 91.766, aprovado em 10 de Outubro de 1985. Apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, para o período de 1985/1989.

> [...] se você olhar para o histórico da dinâmica do capitalismo, há diferentes formas pelas quais ele se desenvolve. É um sistema [...] orientado para o crescimento, então ele sempre tem que buscar formas de crescer. Dentro da história do capitalismo já vimos várias formas de seu desenvolvimento, mas é um pré-requisito que ele sempre precise crescer. No [...] início do século 20, ele crescia principalmente através da expansão global, com a construção de ferrovias que conectava o mundo geograficamente. Após isso, vimos como o crescimento se concentrou principalmente na urbanização, no crescimento urbano. Então você sai de uma situação [...] onde aproximadamente 7% da população mundial vivia em cidades, para o final do mesmo século, quando mais de 50% da população mundial é urbana [os trabalhadores rurais expulsos da terra que não se tornaram assalariados no campo migram para os centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida]. Deste modo, cada vez mais capital foi usado na construção das cidades, e desde os anos 2000 isso se intensificou ainda mais. [...] Acredito que o capitalismo sempre foi agressivo, acho que ele nunca foi "não agressivo". [...] Então, como grande resposta à grande crise financeira de 2007-2008, eles escolheram ajudar os bancos e deixar que as pessoas perdessem suas propriedades ao invés de ajudar as pessoas a permanecer em suas casas, o que poderiam ter feito. Isso levou a uma gigantesca transferência de capital da população de baixa renda para as grandes instituições financeiras [fica evidente que as instituições financeiras, as quais o capital está ao lado, obtém cada vez mais uma maior renda, enquanto a grande massa da população que não se enquadra nessa burguesia obtém cada vez mais uma menor renda, ou seja, novamente pode-se afirmar que a renda (e as terras) estão concentradas nas mãos de poucos]. (HARVEY, 2016, n.p.).

No que se refere ao atual modelo hegemônico de desenvolvimento agrário no país, é notável a presença predominante de commodities (em inglês, mercadorias). Sendo as commodities mercadorias, como minérios e gêneros agrícolas, são produzidas em grande escala e comercializadas em nível mundial, possuem preços que são definidos pelo mercado internacional. Também são caracterizadas por serem, geralmente, matéria-prima. De acordo com o que conceitua Porto-Gonçalves (2004), o mercado mundializado de commodities, como o mercado de grãos, estabelece à agricultura um alto padrão técnico-científico, de modo que a torna exageradamente dependente do capital. Diante disso, observa-se que, suprimida a terra, os inseticidas, fertilizantes, herbicidas, as máquinas e sementes são os elementos com maior peso na estrutura de custos por hectare, e, assim sendo, a expansão do cultivo de grãos vem acompanhada por novas tecnologias (tratores-computadores, plantio direto e transgênicos) que diminuem os custos do trabalho (diminuição significativa do trabalhador na produção) por um aumento da concentração fundiária, de modo que o desenvolvimento desse modelo agrário-agrícola tem como fator decisivo essa disponibilidade de terras.

É válido apontar que os fazendeiros criadores de gado até os anos 60 permitiam aos camponeses a coleta de frutos, "o fazendeiro podia ser proprietário da terra, mas não do babaçu" (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18). Porém, com a expansão do agronegócio, os grandes empresários tiveram uma maior apropriação dos recursos naturais. Nesse processo de expansão se perdeu diversidade cultural, biológica e várias formas de propriedade que não fosse propriedade privada (que priva a sociedade do poder de decisão a respeito do uso dos recursos naturais). Em relação a esse atual modelo agrário-agrícola, é importante compreender que:

> [...] esse modelo agrário-agrícola [...] que se apresenta como o que há de mais moderno sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos. (GONÇAVES, 2004, p. 25).

Pode-se assim perceber que, além da concentração fundiária e de capital, o modelo hegemônico atual da agricultura, por colocar elevado capital, impede a democratização do modelo. Há também uma diminuição da mão de obra empregada e na participação do trabalho na distribuição da renda na produção como um todo. Na realidade, compensa-se a queda de preços dos produtos agrícolas com uma excessiva concentração de capital, assim, um setor como o da produção de alimentos, se desloca para as mãos de poucas empresas transnacionais.

É um paradoxo, uma vez que se coloca em risco (e nas mãos de poucos, não focado na alimentação e sim na geração de riquezas para essas empresas) um setor da atividade humana cujo objetivo era justamente o da produção de alimentos como uma segurança alimentar. Dessa forma, a fome não é causada pela falta de alimentos, mas sim pelo modo como os alimentos são produzidos e distribuídos (PORTO-GONÇALVES, 2004). A luta pela terra é a afirmação da frase do escritor Oswald de Andrade (1928), "a posse contra a propriedade", pedra de toque do direito antropofágico.

Nesse ínterim, um ponto relacionado a essa agricultura convencional que deve ser evidenciado é a questão do uso de agrotóxicos. Bombardi (2011, p. 1-2 e 6) alega que:

> O Brasil, como é sabido, alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, embora não sejamos, como também é sabido, o principal produtor agrícola mundial [...] A expressão monopólio, neste caso, aparece mais vívida do que nunca: Estados Unidos, Suíça e Alemanha, juntos, através de suas empresas, controlam 70% da venda de agrotóxicos no Brasil [...] A venda mundial de agrotóxicos (em dólares) teve um acréscimo de 53,8% no período de 1990 a 2008. Em 1990 ela envolveu cerca de 26 bilhões de dólares e, em 2008, este valor saltou para 45 bilhões de dólares.

O Brasil é atualmente o segundo maior exportador de soja e milho e o maior exportador de açúcar e álcool, portanto, a expansão desses cultivos, dessas commodities, é um dos fatores que explica o aumento no consumo de agrotóxicos no país. Nesse segmento, o processo de subordinação da renda da terra no Brasil ao capital monopolista internacional, através da compra e aplicação de agrotóxicos, está sendo acompanhado por um grave problema na saúde pública que as intoxicações por agrotóxicos. No período de 1999 a 2009 encontra-se notificados pelo SINITOX (Sistema Nacional de Informações Tóxico- Farmacológicas – Ministério da Saúde/FIOCRUZ) cerca de 5.600 intoxicações por ano no país, o que equivale a uma média de 15,5 intoxicações diárias, ou uma a cada 90 minutos (BOMBARDI, 2011).

Esses agrotóxicos muitas vezes ainda são vistos como algo bom, que irá acabar com as "pragas" nas plantações, porém, se eles fossem "defensivos agrícolas", como são chamados, não seriam usados como um meio para o suicídio.

> No período representado [...] 1999 a 2009 [...] foram notificadas 25.350 tentativas de suicídio através do uso de agrotóxicos, isto significa uma média de 2.300 tentativas de suicídio por ano, ou seja, uma média de seis tentativas de suicídio por dia, com a utilização de agrotóxicos. Evidentemente que uma parte destes casos de intoxicação por agrotóxicos levou à morte das vítimas intoxicadas [...] (BOMBARDI, 2011, p.10)

Da mesma maneira, sobre os agrotóxicos e o atual modelo de desenvolvimento econômico, Pessoa e Rigotto (2012) alertam que os agrotóxicos utilizados no agronegócio geram graves problemas de saúde ao trabalhador no campo e grandes danos para o meio ambiente, sendo que essa exposição cotidiana aos agrotóxicos ocorre sem nenhum cuidado dos órgãos públicos. Dessa forma, percebe-se que a saúde da população e a preservação do meio ambiente estão debilitadas devido aos interesses do mercado, que possuem uma artimanha legislativa para manter esse ciclo econômico de desigualdade e exploração, onde o lucro é prioridade, e a preservação da saúde humana e do meio ambiente não tem espaço algum.

Por fim, entende-se que o tão falado agronegócio não está produzindo os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (esses alimentos são, geralmente, decorrentes dos pequenos produtores), e a riqueza que ele gera com as exportações das commodities está nas mãos das grandes empresas. Ademais, os agrotóxicos usados nas plantações beneficiam demasiadamente os seus produtores, enquanto populações, como a do Brasil, que consomem e são expostas a quantidades gritantes desses agrotóxicos estão sendo afetadas por eles, na maioria das vezes, sem se dar conta do veneno e do perigo a que são expostas.

Atualmente, transtornos como a depressão e a ansiedade estão aumentando na sociedade. Claramente, os agrotóxicos não são o único fator contribuinte para o aumento desses transtornos, no entanto, não se pode negar que um país cuja mídia propaga que o "agronegócio é tudo" se exclua essa hipótese da ligação entre o aumento da exposição a agrotóxicos e o aumento desses transtornos. Além, de que, quando se come algo proveniente desses grãos (ou até mesmo de produtos de pequenos produtores, afinal, mesmo os que não o utilizam estão sujeitos à poluição, ao alastramento desses venenos), mesmo que seja aos poucos, a pessoa está se envenenando e prejudicando a saúde. Portanto, cultiva-se desinformação ao afirmar que "agro é vida".

A LUTA PELA TERRA: MST E CPT

É importante ressaltar que as transformações de uma agricultura camponesa para uma agricultura capitalista geraram resistências contra esse modelo hegemônico capitalista, patronal. Forte exemplo disso é o Surgimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possuem como objetivos principais a luta pela terra, por uma Reforma Agrária, por uma sociedade mais justa e fraterna e por um desenvolvimento sustentável17 5quanto ao uso dos recursos naturais.

Nesse contexto do desenvolvimento excludente do sistema capitalista, o MST surge em consequência e em resistência a esse sistema. Os camponeses, expulsos do campo e impedidos do acesso à terra, passaram, de forma articulada, a contestar a estrutura fundiária vigente, a questionar a ordem social. Organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) 18 das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas.

Herdeiros das lutas pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu oficialmente em 1984, no 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel, no Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro, tendo a participação e o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, herdeiros de lutas pela terra no Brasil.

É válido mencionar que a CPT é uma organização pastoral vinculada à Igreja Católica e a outras igrejas cristãs, sendo que realiza suas ações juntamente com mulheres e homens do campo, incluindo toda sua diversidade, os agricultores familiares, os pequenos proprietários, os agricultores sem-terra, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados. A CPT surgiu, em 1975, com a urgência da realidade da Amazônia, no período da Ditadura Militar, em que grandes bancos e empresas adquiriram extensas áreas de terras com o objetivo de conseguir os recursos dos incentivos fiscais oferecidos para os que se dispusessem a investir no desenvolvimento da região. Essas áreas eram consideradas inabitadas, mesmo se tivessem a presença de aldeias indígenas, e assim ocorreram a invasão dos territórios indígenas.

Nesse contexto, a CPT se articulou não só na Amazônia, mas em quase todas as regiões do país, "contribuindo para articular as iniciativas das comunidades camponesas, ao mesmo tempo em que busca envolver toda a sociedade na luta pela terra e na terra" (CANUTO, 2012, p. 130). Ainda se tratando do apoio de setores da Igreja, Floresta (2006, p.19) afirma que "no Brasil, a luta pela terra quase sempre esteve ligada à Igreja que, ao longo do século XX, teve um papel fundamental nos conflitos, sendo, muitas vezes, legitimadora da repressão, justificando-a. No entanto, foi através da ação ou apoio de setores da Igreja que os camponeses construíram sua resistência".

A gênese do MST teve um período de gestação. Bernardo Mançano Fernandes (2012) explica que este período se iniciou ainda na década de 1970, com lutas pela terra ocorrendo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. A territorialização do Movimento pelas regiões brasileiras, a partir de então, permitiu a conquista de milhares de assentamentos rurais, representando o renascimento dos movimentos camponeses no Brasil, uma vez que no período da Ditadura Militar (1964-1985), havia repressão a esses movimentos. Fernandes (2012) fala também sobre os conflitos que se multiplicaram com o desenvolvimento do agronegócio, citando o massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido no Pará, em 1996, e o assassinato de Valmir Motta de Oliveira, conhecido como Keno, em 2006, no Paraná, durante a ocupação pela Via Campesina de uma área experimental de produção de sementes transgênicas da empresa suíça Syngenta.

O MST organiza sua luta pela realização da Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa e sustentável, assim suas ações contribuem para o desenvolvimento dos territórios camponeses e do país. Porém "enquanto os militantes do MST trabalham nos assentamentos e nos acampamentos para melhorar as condições de vida, são ameaçados constantemente pelo agronegócio que, por meio da expansão das monoculturas, [...] procura se apropriar dos territórios camponeses, conquistados na luta pela terra [...]" (FERNANDES, 2012, p. 499). Cabe ressaltar que os artigos 184 e 186 da Constituição brasileira de 1988, referem-se à função social da terra e determina que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Sobre esta questão do capitalismo e do agronegócio colocarem o lucro, a propriedade como prioridade, e o MST colocar o ser humano como prioridade, Floresta (2006, p. 12) assegura que:

> [...] seguramente, necessitamos de uma humanidade capaz de compreender que a libertação não consiste no pleno desenvolvimento de necessidades e faculdades voltadas para a obtenção/satisfação através do Ter. Isso significa uma quebra de

> padrões culturais, uma mudança de conceitos, inversão de valores, de postura diante de uma determinada realidade. O MST, ao propor uma inversão de prioridades e colocar a vida e o trabalho como anteriores ao direito de propriedade, no nosso entender, faz isso.

O processo histórico onde a terra e, consequentemente, os meios de produção ficam nas mãos de poucos é melhor explicado ao compreender a relação de opressor (os detentores desses meios de produção) e de oprimido (a maioria das pessoas que detém apenas sua força de trabalho) dentro do sistema capitalista do qual falou Karl Marx no século XIX. Assim, o MST utiliza dessa compreensão para contestar a estrutura do Estado do sistema capitalista, onde "a origem do Estado reside na emergência da propriedade privada, quando um dado grupo social apropriou-se daquilo que a todos pertencia, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho" (CALDART et al., 2012, p. 349).

A partir do materialismo histórico, realiza-se um estudo dos valores e fins que constituem a consciência dos seres humanos de uma época, observando que o que se tem hoje é reflexo de um processo histórico em que se teve ações de homens agindo de acordo com seu interesse onde se apropriaram do meio ambiente. Marx afirma que "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (1978, p. 329).

Cabe ressaltar, que a classe dos detentores dos meios de produção utiliza de meios para naturalizar esse processo histórico de dominação, no qual essa classe do opressor explora a do oprimido, como a educação tradicional capitalista "cujo centro é transmissão de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos para a socialização submissa, para o mercado de trabalho e para a naturalização, a aceitação e a reprodução da sociedade dividida em classes" (PALUDO, 2012, p. 280). Desse modo, o MST, enquanto Movimento de resistência, utiliza da Educação Popular, dentro das Escolas Itinerantes, no caso dos acampamentos, que visam a educação crítica de estudantes conscientes de seus direitos, para transformar a realidade social. Assim, cabe destacar que:

> Se por um lado as classes que detêm o poder econômico contam com os meios de comunicação de massa para difundir os valores e idéias neoliberais e buscam criar indivíduos apolíticos e atomizados, os movimentos sociais de luta pela terra, por outro lado, contam com milhares de líderes, ativistas, militantes e publicações para criar uma cultura alternativa baseada na solidariedade. (FLORESTA, 2006, p. 12).

Os Movimentos Sociais realizam ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, passeatas, etc.), até as pressões indiretas. Atualmente, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais.

A experiência da qual são portadoras não advém de forças congeladas do passado – embora estas tenham importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas, organizam

ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. As características básicas dos movimentos sociais podem ser descritas da seguinte maneira: possuem identidade, têm opositor, e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2011).

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO

A Educação Popular, surgiu no início dos anos de 1960, em contraposição ao modelo de educação tradicional, sendo que esta origem decorre do modo de produção da vida em sociedade no capitalismo, emergindo no Brasil a partir da luta das classes populares na defesa de seus direitos. A Educação Popular tem suas raízes nas experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, no pensamento pedagógico socialista, na teoria de Paulo Freire, na Teologia da Libertação, enfim, em múltiplas referências combinadas com experiências concretas. Desta forma, com a Educação Popular, "estabelece-se [...] o vínculo entre educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, e entre educação e projeto de sociedade" (PALUDO, 2012, p. 282).

Assim sendo, a Educação Popular, ganha o sentido de ser uma educação do povo para o povo, superando o sentido de ser uma educação das elites para o povo, com o intuito de controlar. Como afirma Saviani (2013, p. 317):

> [...] a expressão "educação popular" assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente [...] esses movimentos tinham em comum o objetivo da transformação das estruturas sociais e, valorizando a cultura do povo como sendo a autêntica cultura nacional.

Para esclarecimento de termos, é necessário afirmar que a Educação do Campo está na Educação Popular, ademais, a Educação do Campo não é só do MST, ela abarca os indígenas, os quilombolas, dentre outros grupos. Assim cada povo estrutura a Educação do Campo sob sua realidade. Paludo (2012, p. 283) ainda menciona que no Brasil "a Educação do Campo pode ser identificada como uma das propostas educativas que resgata elementos importantes da concepção de Educação Popular e, ao mesmo tempo, os ressignifica, atualiza e avança nas formulações e práticas direcionadas a um público específico".

Como alternativa às práticas e às teorias educacionais liberais e tradicionais, que estão a serviço da manutenção da ordem política, da exploração da força de trabalho e do domínio cultural, a Educação Popular está vinculada à transformação social. Essa proposta de educação do Movimento liga-se, também, à Escola Unitária de Gramsci que visa a formação humana e técnica entrelaçando trabalho, ciência e cultura, o que revela, assim, uma inovação do mundo social e material. (RAMOS, 2012).

> O MST vem desenvolvendo um novo modo de fazer política. Parece-nos que o Movimento acatou as premissas gramscianas de que a maior parte dos organismos culturais assegura a transmissão de uma concepção de mundo que

> permite a hegemonia da classe dominante, e que pensar a mudança da sociedade passa necessariamente por construir uma prática educativa que seja uma contra ideologia [...] (FLORESTA, 2006, p. 86).

Marise Ramos (2012) esclarece que Antonio Gramsci, nos anos de 1930, na Itália, propôs a Escola Unitária, com o fundamento de romper a divisão entre trabalho manual e intelectual estabelecida pela divisão da sociedade em classes. O trabalho possui aqui um princípio educativo, não tendo um fim profissionalizante na escola. A organização dos conteúdos de ensino é orientada pela integração entre trabalho, ciência e cultura.

O acampamento Valmir Motta de Oliveira e a escola itinerante Valmir Motta de Oliveira, em Jacarezinho-PR

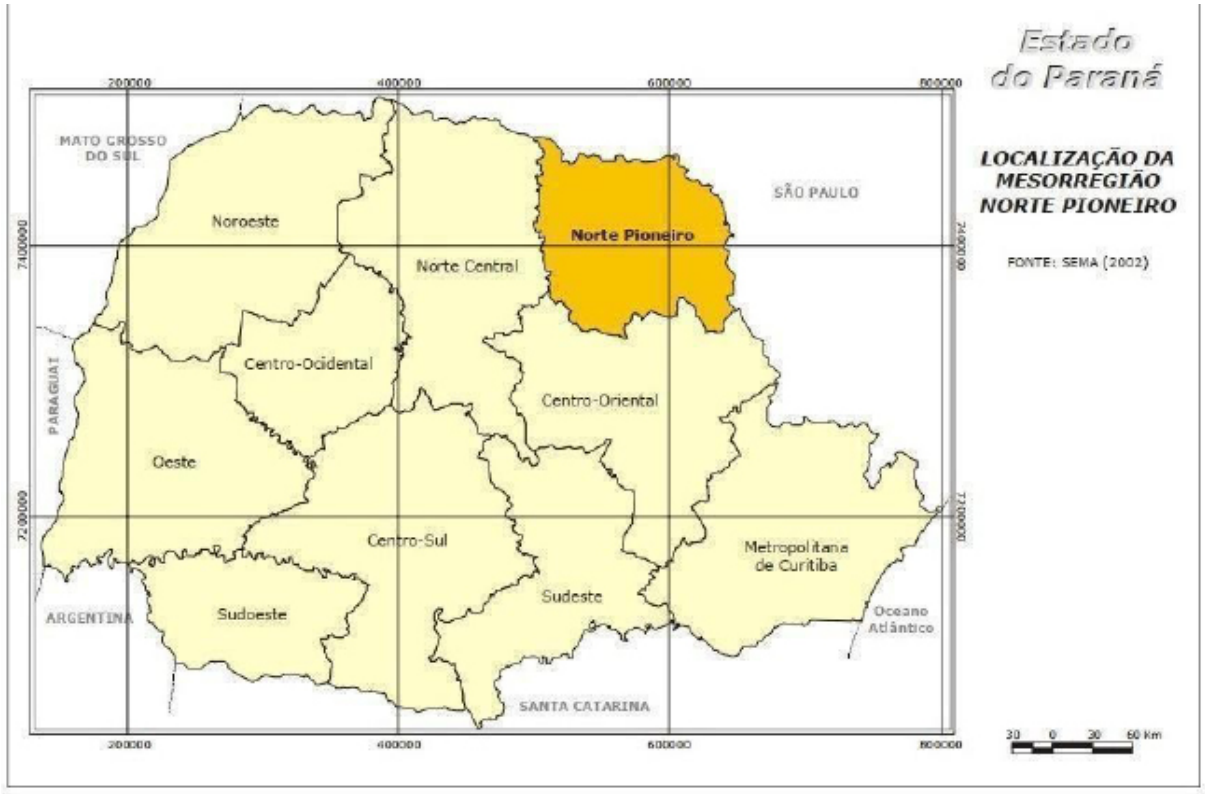


Imagem 1: As mesorregiões do Paraná e o Norte Pioneiro. Fonte: IPARDES, 2004, p. 6.

Jacarezinho, cidade de fronteira com São Paulo, foi porta de entrada para a expansão da agricultura e das estruturas sociais estabilizadas em outras regiões há mais de um século (1890), e no século XX desenvolveu-se muito em função da expansão das lavouras paulistas (SELONK, 1999). Assim, as primeiras tentativas de colonização conhecidas datam do século XIX, por volta de 1898. Apontada como um dos primeiros polos de desenvolvimento agrícola do Estado, sua colonização foi realizada por fluminenses, paulistas e mineiros. Sua riqueza maior provém do setor agropecuário e de prestação de serviços.

Cidade de uma região antes chamada de "Norte Velho" pelos novos "desbravadores" da região de Londrina, foi denominada posteriormente de "Norte Pioneiro", expressão comumente utilizada. A saga dos pioneiros é uma narrativa ainda viva na memória da cidade. Aimone, professor de História desde a década de 1930, assim narra a "fundação" do município. Por determinação do

patriarca, Antonio Alcântara da Fonseca Guimarães, o neto Antonio de Fonseca Neto organiza sua comitiva e chega, depois de 20 dias, à margem do Rio Paranapanema: "A esperada notícia alegrou o patriarca. A demora foi pequena. Os preparativos da mudança foram acelerados e dias depois com todos os seus familiares e mais empregados e amigos como também grande número de escravos, compondo a caravana mais de 254 pessoas, fora os escravos, não faltando o médico [...] e o padre [...]" (AIMONE, 1991, p. 4). Tal situação encontra em Perrone-Moises (1990, p. 98-9) uma apropriada definição: "[...] a transformação do velho em novo, do alheio ao próprio, do dejà vu em original. Por reconhecer que originalidade nunca é mais do que uma questão de arranjo novo".

Localizada na região do nordeste do estado do Paraná, surgiu como parte da expansão econômica cafeeira em direção ao interior. A exploração da cafeicultura produziu riquezas para proprietários, e provocou a destruição das florestas nativas. As terras do estado que depois se tornariam cafezais estavam cobertas pela Mata Atlântica. (DEAN, 1996).

No início do século, a maior cultura era a do café. Posteriormente, houve a substituição do café pelas lavouras de cana-de-açúcar, indústria de açúcar e álcool e pastagens. Novos produtos com cotação no mercado externo e interno como a soja, o algodão e o trigo, avicultura e suinocultura vieram a partir da década de 70, sobretudo após a Geada Negra que atingiu o Norte Pioneiro, em julho de 1975. A dependência do 1º setor persiste e, ainda hoje, grande parte da economia gira em torno da agropecuária, mais precisamente das usinas de cana-de-açúcar instaladas no município.

A cidade foi elevada à condição de Município por meio da Lei n.°522, de 2 de abril de 1900, recebendo inicialmente o nome de Nova Alcântara. Em 03 de março de 1903, através da Lei n.°471, recebeu o nome de Jacarezinho. Referência por sua universidade, a partir das antigas faculdades, além de escolas e atividades culturais, Jacarezinho é considerada a capital estudantil da região. Geograficamente localizada em um ponto de ligação rodoviária com as mais importantes cidades do Paraná e São Paulo, fica equidistante de Curitiba e da capital paulista - 400 km.

O regime de colonato, no período da reestruturação e reforma conservadora da ditadura civil-militar, foi substituído pela mão-de-obra volante, conhecida como "boia fria" e os trabalhadores das grandes fazendas ocuparam as regiões de habitações e condições precárias da zona urbana, na diáspora propiciada pela mecanização agrícola, servindo de braços para as usinas de cana-de-açúcar, indústria mais recente e dominante na região, contexto inclusive determinante para a criação do MST e, no caso de Jacarezinho, o acampamento Valmir Motta de Oliveira.

O acampamento Valmir Motta de Oliveira localizado no município é parte das primeiras escolas que foram criadas no Paraná em um contexto de ocupações intensas na expectativa da Reforma Agrária nos anos de 2003 e 2004. São Itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária, possibilitando a escolarização dos trabalhadores do campo. Estão inseridas em um acampamento onde a luta de classes é mais notória. Todavia, vale destacar que as Escolas Itinerantes são escolas que constituem a rede estadual pública de ensino e seus funcionamentos são aprovados e regulados pelo Estado, por meios dos Conselhos Estaduais de Educação. Portanto, as mesmas possuem vinculação legal a uma escola base que, geralmente, se localiza em um assentamento, sendo essa escola a base responsável por matrículas, acompanhamento pedagógico, além de gestão escolar.

O acampamento Valmir Motta de Oliveira se formou em 2006, com uma ocupação da fazenda Itapema que já tinha sido desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A fazenda Itapema, possui cerca de 500 ha. Em uma entrevista não estruturada, ocorrida no ano de 2018, a dirigente do acampamento mencionou que o processo da questão jurídica da terra está complicado, pois o proprietário, já falecido, devia muito imposto e a família sempre recorre, processo este que se fosse finalizado, a terra poderia ser desapropriada, e se formaria

um assentamento. Já em 2009, os integrantes do acampamento construíram o espaço da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, porém as aulas já tinham sido iniciadas em agosto de 2008 no casarão e nos galpões do acampamento.

Em 2010, os educandos do Ensino Médio passaram a estudar na Escola Itinerante. A Escola possui em torno de 91 educandos.

Em entrevista, a dirigente disse que a Escola Itinerante busca ensinar a criança a partir da realidade deles, não deixando de seguir os conteúdos que são propostos no Currículo, formando cidadãos críticos, conscientes, que consigam intervir pelo bem de todos, pensando em um propósito maior. É válido destacar que em 2018 a Secretaria de Educação determinou que a escola base da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira mudasse, deixando de ser a Escola de um assentamento, para ser a Escola de Marques dos Reis, que não é do Movimento e segue a educação escolar tradicional, assim dificultando ainda mais o desenvolvimento da proposta da Educação Popular.

A Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira insere a Educação Popular utilizando do pensamento de educadores como Paulo Freire e Moisey Pistrak, os quais afirmam que quem deve construir a nova escola são os educadores, junto com os educandos e suas comunidades. Assim sendo, a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira possui uma gestão democrática, na qual os educandos, educadores e pais têm a oportunidade na escola de um tempo e espaço autônomos para que se encontrem e discutam variadas questões, tomem decisões no coletivo maior de gestão da escola, permitindo que os estudantes, com a auto-organização, desenvolvam o exercício da autonomia.

Além do mais, a Escola em questão, seguindo a organização das demais Escolas Itinerantes dos acampamentos e das escolas dos assentamentos, tem seu currículo organizado em Ciclos de Formação Humana, com os quais busca-se contrariar a lógica escolar excludente da seriação, baseando a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva emancipatória. O I Ciclo é o da Infância na Educação Infantil, que compreende o atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, com o trabalho unidocente.

O Ensino Fundamental organiza-se em três ciclos: o I Ciclo do Fundamental é o da Infância, no qual os educandos de 6, 7 e 8 anos de idade precisam construir o domínio da alfabetização; o II Ciclo é o da Pré-Adolescência, em que se tem a ampliação da alfabetização de educandos com 9, 10 e 11 anos de idade (a partir desse ano são atendidos de forma multidocentes); e o III Ciclo é o da Adolescência, em que o foco passa a ser a estruturação de conceitos, com os estudantes possuindo 12, 13 e 14 anos. Por sua vez, o Ensino Médio é o Ciclo da juventude na escola, e o foco passa a ser em como os conteúdos contribuem para entender o mundo onde vivem, as relações com o mundo do trabalho, problematizando as inseguranças frente ao novo e às escolhas, sendo que neste ciclo os educando possuem 15, 16 e 17 anos.

A Escola referida se apresenta como um meio de dar elementos sobre a aprendizagem dos educandos através dos Pareceres Descritivos. Esses pareceres informam o que foi aprendido e o que ainda precisa ser. Assim, cada professor realiza um parecer sobre o resultado da aprendizagem e do desenvolvimento de cada estudante. Os pais e estudantes têm acesso a um documento descritivo com limites, necessidades e possibilidades que cada educando apresenta, ao invés de ter acesso a um boletim com médias aritméticas que pouco dizem. Na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira são presentes, também, os Núcleos Setoriais, que é orientado por um educador em conjunto com educandos de diferentes idades, os quais realizam atividades aliadas aos conteúdos das disciplinas, vivenciando a teoria e a prática com ações que seguem a auto-organização e a gestão da escola. Alguns Núcleos Setoriais da Escola são: Produção Agrícola, Registro e Memória, Comunicação e Cultura e Apoio ao Ensino.

A Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, utiliza o Plano de Estudos das Escola Itinerantes do estado do Paraná do ano de 2013. Este Plano de Estudos aborda, entre outras questões, a Pedagogia do Movimento, que se constitui como uma reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem Terra, tratando-a como um processo educativo que pode inspirar diferentes práticas educativas. Desta forma, essa pedagogia fundamenta e reafirma uma concepção de educação que não é hegemônica na história das teorias sobre educação, e que não está também na base de constituição da instituição escola. Porém, trata-se de uma concepção de base histórica, materialista e dialética para a qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em que cada ser humano se forma. Não há formação da consciência fora da vivência das relações sociais, e elas são históricas, como o são os objetivos formativos e todos os processos educativos.

No Plano de Estudos supracitado, há um item sobre a organização política da Escola, no qual apresenta, também, os Tempos Educativos, sendo que nem todos acontecem todos os dias e seu planejamento deve ser realizado em comum acordo com os educadores e os Núcleos Setoriais. Assim, no Plano de Estudos são sugeridos alguns Tempos. Como exemplo, pode-se citar alguns Tempos que são praticados na Escola Itinerante referida neste texto.

Um deles é o Tempo Abertura, que é um momento coordenado pelos Núcleos Setoriais da escola, em que a coletividade se encontra para vivenciar a mística. Ocorre a conferência dos núcleos e das turmas com as suas palavras de ordem, é entoado o hino, música ou mesmo são realizadas apresentações previamente agendadas. Assim, podem ser realizadas homenagens, apresentação dos símbolos da luta e o resgate da memória de lutas anteriores, sempre lembrando do porquê da luta do Movimento. E neste tempo, ainda, são feitos os informes necessários a cada dia, que é realizado, na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, antes do início das aulas ou antes do intervalo.

De igual maneira, pode-se mencionar o Tempo Leitura, que se organiza a partir das leituras planejadas para cada turma, portanto é um tempo organizado por turma (com suas especificidades e objetivos), visando construir o gosto e a disciplina pela leitura. Por sua vez, o Tempo Aula é o Tempo diário destinado à execução das disciplinas do planejamento curricular, conforme cronograma das aulas. Este tempo educativo está sob responsabilidade dos educadores e do Núcleo Setorial de Apoio ao Ensino. Prioritariamente, este tempo pode acontecer mesclado aos demais tempos educativos. Ademais, não se limita, em sua execução, ao conceito de "aula" normalmente utilizado na escola tradicional, podendo incluir excursões, aulas- passeio, estudo de campo, entre outros.

Por fim, na entrevista semiestruturada com a professora de História da Escola, que é educadora do 6° ano ao Ensino Médio, foi possível compreender alguns fatores que limitam o exercício da Educação Popular na Escola Itinerante referida. Um desses fatores é a imposição do Estado para atender à Grade Curricular (como exemplo, a mudança da escola base para uma escola de ensino tradicional, mencionada anteriormente). Outro fator é ter pouca hora- atividade para preparar uma aula que atenda a realidade desses estudantes. Também foi citado como fator limitante os professores que vêm do Estado e já carregam a educação tradicional, não se adaptando à Educação Popular e nem participando da luta contra as imposições que vêm do Estado.

A professora expõe que nessa proposta de educação, parte-se da raiz do educando, de sua realidade social, e que a Educação Popular possui uma Pedagogia viva, em que os estudantes atuam como sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem, interagindo diretamente neste processo, enquanto que a educação escolar tradicional possui uma pedagogia morta, em que os estudantes apenas recebem informações dos professores, sem significar e relacionar com as suas vidas e sem qualquer interação direta no seu processo de aprendizagem. Quanto à proposta de educação e às limitações, a professora afirma que:

> Não deixa de seguir a grade, mas ela não é a prioridade, segundo a escola Florestan Fernandes, que é uma escola de base, de apoio do Movimento Sem Terra, e, nós temos que seguir por uma outra estrutura, então a gente tem que partir pela porção da realidade e não partir pelo conteúdo. Eu vou começar a estudar com eles, por exemplo, a Mesopotâmia, né, vou estudar o Egito, pro Movimento Sem Terra eu tenho que antes enxergar, entender o que tá acontecendo na comunidade, em termos de coletividade, em termos de ocupação da terra, então eu preciso entender isso, para daí em começar a incluir o conteúdo junto nisso. A gente faz o contrário, a gente parte do conteúdo e fica depois buscando algumas comparações, porque a gente não tem tempo suficiente para fazer esse exame [...]". (Em entrevista, 04/2019).

Sobre os estudantes da Escola Itinerante, a professora comenta que "[...] eles são bem sensíveis às causas sociais [...] eles não são de fácil lavagem cerebral, uma criança do Movimento Sem Terra quando vai para a cidade ela sofre muito, porque ela não acredita nem em meia dúzia do que é falado para ela" (Em entrevista, 04/2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Thompson referia-se à revolução industrial, mas, no Brasil, na ditadura militar, é possível utilizar a mesma reflexão: "o povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: exploração econômica e a opressão política" (THOMPSON, 2001, p. 23). O munícipio de Jacarezinho, na região nordeste do Paraná, é cenário da expansão agrícola, concentração de terra e modernização conservadora, características do capitalismo brasileiro, mas configura-se, também, como um local de luta pela terra, de constituição de uma escola democrática e, principalmente, as bases para a crítica e transformação da sociedade, a partir da luta de mulheres e homens do MST, a produção de uma outra história, afinal no mesmo nexo da exploração nasce a resistência. Ainda segundo Thompson (2001, p. 167):

> Primeiro, no curso real das análises históricas e sociológicas (bem como as políticas), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; estão, na sua origem, imersos no mesmo nexo relacional. Segundo, ao passo que uma forma de oposição ao capitalismo se constrói sob o antagonismo econômico direto – resistência à exploração, seja como produtor, seja como consumidor -, outra forma é, exatamente, resistência à tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas (...).

Deste modo, compreendendo o acampamento Valmir Motta de Oliveira e a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira como representantes do todo que é o MST (o maior e mais importante Movimento Social do mundo) entende-se o porquê de estarem onde estão e o que significam e representam para a sociedade, como representantes de uma mudança não só na estrutura agrária, mas de luta pelos direitos e pela preservação da natureza e da vida humana, além da proposta da Educação Popular que lutam para inserir em suas escolas, como contraponto à educação tradicional do sistema capitalista.

Durão, Mussi e Maranhão afirmam que "estas tensões e dificuldades, próprias da busca de construção do novo no contexto do velho, não retiram a importância e mesmo urgência em gestar experiências educacionais e escolares que se contrapõem à ordem vigente" (2015, p. 160-161). Assim, abordam que mesmo com as limitações e problemas que a Escola Itinerante possui, é inegável a importância dessa ação de inserir uma outra proposta de educação como crítica e resistência ao sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

AIMONE, Thomaz. Jacarezinho. Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutam para o progresso desta terra [s.n.], 1991.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 477-481, 2012.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. Revista de Antropologia, ano I, n. I, p. 3 e 7, maio 1928b.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. Boletim DATALUTA, USP, São Paulo. Artigo do mês Setembro. 2011.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra (CPT). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 128-133, 2012.

DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DURÃO, Fabio Akcelrud; MUSSI, Daniela; MARANHÃO, Andréia Pagani (Orgs.). Marxismo: cultura e educação: contribuições do VII Colóquio Internacional Marx Engels. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2015. 168p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 496-500, 2012.

FLORESTA, Leila. Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução? Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 210p. 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista brasileira de educação, v. 16, n. 47, p. 333-513, mai./ago., 2011.

HARVEY, David. "David Harvey: "O capital está sempre do lado da direita"". [Entrevista concedida a] Fania Rodrigues. Caros Amigos, 229 ed., n.p., 21 jun., 2016.
MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução de José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978. (Coleção Os pensadores – vol.: Marx).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". O MST como movimento socioterritorial moderno. Revista USP, São Paulo, n.64, p. 156-172, dez./fev., 2005.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 280-284,2012.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Flores da escrivaninha. Cia das Letras, 1990.

PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online], janeiro/junho. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n125/a10v37n125.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no brasil. Revista Econômica do Nordeste, [S.I.], v. 40, n. 03, p. 412-424, jul./set., 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Internacional Interdisciplinar Intertheisis –PPGICH-UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2004.

PRADO JR., Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

RAMOS, Marise. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 341-347,2012.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In. Ferreira, M. M; Amado, J., "Usos e abusos da História Oral". 3ª Ed. FGV, Rio de Janeiro, pp. 93-102.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SELONK, Marcus. José Takahashi. Jacarezinho: paradoxo de prosperidade e miséria. Rev. Mediações, Londrina, v. 4, n. 2, p.76-87, jul./dez. 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. A questão agrária e as relações de poder no país. Folha de São Paulo. São Paulo, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas. Ed. UNICAMP, 2001.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS FRENTE A LEGISLAÇÃO VIGENTE: O CASO DO MERCADO POPULAR DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES.

Recebido em 30/11/2020, aprovado em 13/03/2020
10.30612/mvt.v6i11.10764

Cristina Matielo[17]
Claudinei Lucio Santos[18]

> No Brasil, a produção de alimentos para o mercado interno, apesar de ser considerada pelos valores dominantes como o resultado de uma agricultura subalterna, torna-se cada vez mais uma opção estratégica para se alcançar a soberania alimentar do país. (CALDART, 2012, p. 32)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de produção e comercialização das famílias camponesas vinculadas ao Mercado Popular de Alimentos de São Gabriel da Palha, Espírito Santo, e os desafios enfrentados por estas diante das exigências jurídicas frente a legislação sanitária em vigor. Considerando que a produção livre de agrotóxicos se tornam cada vez mais um clamor e essencial para a vida humana, esse trabalho possibilitará, recolocar o debate sobre as formas de organização da produção e, por sua vez, os processos de comercialização dos alimentos, que no caso do Mercado Popular encontra obstáculos legislativos no que tange a forma camponesa de produzir, por conta da lógica capitalista de produzir hegemonizada pelo agronegócio, que impôs sobre as demais formas, um processo de padronização e homogeneização dos alimentos, produzindo um padrão alimentar imposto pelas grandes empresas, onde não se leva em consideração a saúde humana, o bem-estar social e a função social da produção em detrimento do lucro. Através desse processo, a produção camponesa é cada vez mais criminalizada e excluída dos mercados locais. A metodologia utilizada nesta pesquisa, está baseado na revisão bibliográfica, entrevistas com famílias vinculadas ao Mercado Popular de Alimentos em São Gabriel da Palha - ES, e entrevistas com os consumidores dos alimentos vendidos neste Mercado. O resultado obtido, nos evidenciou que a regra imposta pela legislação não dialoga com o cenário atual, que é de escassez de alimentos, tão pouco com as condições de produção das famílias, não se valorizando as identidades, as formas de cultura e os saberes populares acumulados no espaço-tempo.

Palavras-chave: Legislação. Mercado. Produção. Comercialização.

17 Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo, advogada popular formada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – BA. crismpaes@gmail.com
18 Militante do MST- RO e Via Campesina, Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – BA, e membro do Instituto Territórios e Justiça INTERJUS. claudineisantos@mst.org.br

FOOD PRODUCTION AND MARKETING AGAINST CURRENT LEGISLATION: THE CASE OF THE POPULAR FOOD MARKET OF SÃO GABRIEL DA PALHA – ES

ABSTRACT: This paper aims to present the experience of production and marketing of peasant families linked to the Popular Food Market of São Gabriel da Palha, Espírito Santo, and the challenges they face in the face of legal requirements under current health legislation. Considering that pesticide-free production is increasingly becoming an outcry and essential for human life, this work will enable the debate on the forms of production organization and, in turn, the processes of commercialization of food to be restored, that in the case of the Popular Market, there are legislative obstacles regarding the peasant way of producing, due to the capitalist logic of producing hegemonized by agribusiness, which imposed on the other forms a process of standardization and homogenization of food, producing an imposed food standard, by large companies, where human health, social welfare and the social function of production are not taken into account, to the detriment of profit. Through this process, peasant production is increasingly criminalized and excluded from local markets. The method used in this research is based on literature review, interviews with families linked to the market, and interviews with consumers of foods sold in the market. The result showed that the rule imposed by the legislation does not dialogue with the current scenario, which is food shortage, nor with the production conditions of families, not valuing identities, forms of culture and popular knowledge. accumulated in space time.

Keywords: legislation. Market. Production. Commercialization.

PRODUCCIÓN Y COMERCIALIZACIÓN DE ALIMENTOS FRENTE A LEGISLACIÓN VIVENTE: EL CASO DEL MERCADO POPULAR DE SÃO GABRIEL DA PALA – ES

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo presentar la experiencia de producción y comercialización de las familias campesinas vinculadas al Mercado Popular de Alimentos de São Gabriel da Palha, Espírito Santo, y los desafíos que enfrentan en vista de los requisitos legales en virtud de la legislación sanitaria vigente. Teniendo en cuenta que la producción libre de agrotóxicos se está convirtiendo cada vez más en un deseo y esencial para la vida humana, este trabajo permitirá reemplazar el debate sobre las formas de organización de la producción y, a su vez, los procesos de comercialización de alimentos, que en el caso de Mercado Popular se encuentra con obstáculos legislativos con respecto a la forma campesina de producir, debido a la lógica capitalista de producir hegemonizada por el agronegócio, que impuso a las otras formas, un proceso de estandarización y homogeneización de alimentos, produciendo un estándar alimentario impuesto por grandes empresas donde no se tiene en cuenta la salud humana, el bienestar social y la función social de

la producción en detrimento de las ganancias. A través de este proceso, la producción campesina está cada vez más criminalizada y excluida de los mercados locales. El método utilizado en esta investigación se basa en la revisión de la literatura, entrevistas con familias vinculadas al mercado y entrevistas con consumidores de alimentos vendidos en el mercado. El resultado mostró que la norma impuesta por la legislación no dialoga con el escenario actual, que es la escasez de alimentos, ni con las condiciones de producción de las familias, no valora las identidades, las formas de cultura y el conocimiento popular acumulado en el espacio tiempo.

Palavras Clave: legislación. Mercado. Producción. Comercialización.

INTRODUÇÃO

> É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão, as cercas do Judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa. [...] Mas, é verdade também, que cada vez mais caem cercas e a sociedade é obrigada a olhar e a discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome. (Pedro Tierra)

A crise econômica mundial fruto da lógica de funcionamento do capitalismo, que se hospeda nas mais diversas economias desse de 2008, ampliou de forma significativa, o interesse do capital financeiro pelo mercado de terras agrícolas no Brasil (SAUER; LEITE, 2012). De acordo com o Banco Mundial entre 2008 e 2009 foram "[...] celebrados acordos envolvendo a compra ou arrendamento de 56,6 milhões de hectares no mundo" (KÜNZLI, 2015, p.8) principalmente no continente africano, asiático e latino-americano. Tal investida está diretamente relacionada com o aumento do preço dos gêneros alimentícios (ZIEGLER, 2013), com a demanda do mercado global por biocombustíveis e com o descobrimento de novas reservas de petróleo e carvão. A lógica aqui, é transformar a terra em ativos financeiros, alterando a função das terras agricultáveis que outrora era "lócus" de reprodução social, passando agora a ter um "valor como se fosse uma ação negociável de uma empresa [...] fazendo com que as terras [...] sofram ação dos especuladores para que os ativos se valorizem" (CAMPELO, 2017).

Entretanto, esse processo prescindido de um "pacto de poder" (DELGADO, 2013) hegemonizada pelo o que se convencionou a chamar de agronegócio, cujos interesses residem na ampliação e apropriação da renda da terra em detrimento das comunidades locais que exploram a terra segundo uma lógica que difere do mercado especulativo, produzindo e alimentando os conflitos agrários, a escassez de alimentos e alta nos preços dos alimentos.

Na contramão desse processo, vem ocorrendo nos últimos períodos, um aumento crescente no número de famílias camponesas que passa por uma espécie de retorno às "raízes", ou seja, voltando a produzir alimentos saudáveis, de forma diversificada, com dois objetivos finais: primeiro para seu auto sustento, e segundo para complementar a renda familiar. Desta produção, uma parte significativa passa processos de processamento. Damos como exemplo, o panifício, a agroindústria do leite, os doces, e até processamento mais complexos, como é o caso de abates de pequenos animais.

Tais produtos são comercializados em escalas pequenas nos mercados locais, como feiras livres, Mercado Popular de Alimentos e em programas de compras governamentais, como foi o caso Programa de Aquisição Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Todavia, estes processos de comercialização, não ocorrem de forma pacífica, estas famílias passam pelo o que podemos chamar de criminalização institucional na forma de produzir e comercializar. E este processo de criminalização, encontra amparo dentro dos marcos regulatórios, que foram e são construídos alinhados a lógica da produção de grande escala, voltada para a busca do lucro. Esta lógica impõe para a pequena agricultura o mesmo enquadramento jurídico normativo.

Assim, este trabalho tem como objetivo no primeiro momento narrar as formas de produção e comercialização das famílias camponesas vinculadas ao mercado Popular de São Gabriel da Palha, frente às exigências normativas sanitárias vigentes, tendo como fio condutor, o direito legislado. Em um segundo momento, abordaremos os processos de produção agroindustrial e produção camponesa. E no terceiro, analisar a legislação brasileira sobre controle sanitário sobre estas duas formas de produção.

Como metodologia utilizamos para este trabalho a pesquisa bibliográfica, entrevistas tanto com famílias envolvidas no processo de produção e comercialização, como no consumo, e pesquisa documental a partir de registros do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Como forma de contribuir para uma melhor leitura e entendimento, este trabalho está estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, intitulado de: MODELOS DE PRODUÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO, abordaremos as diferenças fundamentais entre a formas de produção e no uso da terra, tendo como base o que denominamos de sistema camponês e sistema capitalista baseado no agronegócio.

No segundo capítulo, intitulado de: LEGISLAÇÃO SANITÁRIA FRENTE AOS MODELOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, trataremos da legislação e do controle sanitário, e da legislação e vigilância sanitária frente a estes modelos de produção. Destacando os impasses que este conjunto de normas jurídicas, impõem as famílias camponesas.

No terceiro e último, intitulado de: O CASO DO MERCADO POPULAR DE ALIMENTOS DE SÃO GABRIEL DA PALHA, apresentaremos o que é o mercado popular de alimentos, seu histórico, sua relação com a cidade, sua estrutura organizativa e os atuais limites e desafios que estão colocados para as famílias envolvidas no processo de produção e comercialização.

E por fim, e sem a pretensão de esgotar o debate que é vasto e complexo, apresentamos nossas considerações finais, no intuito de buscando apontar algumas ponderações que merecem destaque diante da reflexão aqui apresentada, tendo como objetivo estimular e contribuir com o debate no âmbito da academia, ao mesmo tempo, chamar a atenção dos legisladores, para as mudanças necessárias acerca da produção e comercialização de alimentos limpos produzidos no Brasil, e dos desafios que estão colocados para o mercado popular de alimentos de São Gabriel, conforme extraído das nossas observações.

MODELOS DE PRODUÇÃO NO CAMPO E A QUESTÃO ALIMENTAR

Os alimentos foram elementos centrais para o desenvolvimento da humanidade. Foi com ele e com seus excedentes que se organizaram mecanismos de processamentos mais complexos. Muitos conflitos decorreram da disputa pelo alimento e pelas condições de sua produção, estas disputas, se

deram principalmente pelo o acesso a água, terra, e de mais meios de produção. A falta de alimento adequado acarreta profundas crises na sociedade, pois a existência da vida humana depende os alimentos. Portanto, conforme defende o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a produção, distribuição e consumo de alimentos são produções sociais e, como tal, podem (e devem) ser alteradas diante da crise alimentar na qual nos encontramos.

Com o avançar do capitalismo, os alimentos, se transformou em mercadoria concentrada nas mãos de algumas grandes empresas.

> O atual sistema alimentar globalizado transformou o alimento em mercadoria, concentrando o modelo de produção, distribuição e consumo em algumas transnacionais (do agronegócio, das redes varejistas, dos supermercados). O preço dos alimentos é determinado nas bolsas de valores – como a bolsa de Chicago. Neste modelo, se você não pode comprar, você não conta. O fundamental é vender. Mas isso nem sempre foi assim, e no futuro não poderá ser desta forma. (ESTEVE, 2017, p. 16).

Contudo, acreditamos que os alimentos não devem ser concebidos como mercadoria, e sim direito humano, pois sua produção, distribuição e consumo implica nas condições da existência humana e consequentemente na soberania alimentar.

Ao analisemos a política brasileira no que se refere ao estoque público de alimentos, constata-se que esta política foi desregulada, concentrada e desmontada, depois da criação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) fruto da fusão de três outras empresas públicas: Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), deixando o país em condição de vulnerabilidade em caso catástrofe natural ou guerra.

Além disto, ouve uma diminuição na quantidade de alimentos utilizados pela humanidade em sua dieta alimentar. Matielo (2018), faz a seguinte constatação:

> Os povos da pré-história alimentavam-se com mais de 1.500 (mil e quinhentas) espécies de plantas. Há 150 (cento e cinquenta) anos, a humanidade alimentava-se com produtos de 3.000 (três mil) espécies vegetais, sendo 90% (noventa por cento) delas produzidas e consumidas em seus países de origem, portanto nota-se a enorme mudança nos últimos anos. Entre 1970 e 2008, houve uma redução em 30% (trinta por cento) da biodiversidade no mundo: desde então, passamos a consumir 50% (cinquenta por cento) mais recursos naturais que nossa capacidade de produção. Vale ressaltar que isto ocorre no mesmo período da implementação da revolução verde (uso intensivo dos agroquímicos na agricultura). Em 2003, apenas 15 (quinze) espécies respondiam por 90% (noventa por cento) dos alimentos vegetais, e apenas quatro cultivos – milho, soja, trigo e arroz – respondiam por 70% (setenta por cento) do consumo. Atualmente, são 58 (cinquenta e oito) empresas que controlam a produção de alimentos no mundo. (MATIELO, 2018, p. 22)

CC BY NC ND

Houve também a concentração sobre o domínio das sementes agricultável na agricultura, onde [...] seis empresas controlam 60% (sessenta por cento) das sementes utilizadas na agricultura, números muito preocupantes se compararmos com 1980, onde as empresas chegavam a dominar 1% (um por cento) do mercado mundial. (ESTEVE, 2013, p. 16).

Em um primeiro momento no caso do Brasil, este processo tem relação com o surgimento do agronegócio na agricultura baseado na monocultura, juntamente com o pacote tecnológico, que no caso das sementes se convencionou a chamar de "Terminator" (que são as sementes estéreas) e a concentração da terra, que juntos produziu um processo de homogeneização das cadeias produtivas.

Em um segundo momento, este sendo o mais recente, Santos (2018) em trabalho monográfico, diz que faz parte da crise do financeiro de 2008, e da crise dos alimentos de 2010 que provocou um deslocamento de capitais externos (estrangeiro) sobre os bens da natureza e, em especial, sobre a terra. Essa corrida mundial por terra e pelos bens da natureza, faz parte de um contexto global recente, que está associado às demandas pelos chamados "4Fs": food (alimentos), fiber (fibras/ração), forest (floresta) e fuel (combustível ou energia) (SANTOS 2018, p. 60) & (BANCO MUNDIAL, 2010).

Santos ainda observa que:

> [...] na geopolítica da questão agrária, que o processo da estrangeirização da terra, se apresenta um processo de Estado-nação, em que as empresas de países ricos e até os próprios países, compram e arrendam terras nos países mais "pobres" para produzir agroenergia e commodities agrícolas, apresentando assim as seguintes consequências: (a) aumento no preço da terra; (b) ameaça aos territórios camponeses e indígenas; (c) acirramento dos conflitos agrários; (d) reforço do neocolonialismo e aumento da dependência e ameaça à soberania nacional; (e) ameaça da soberania alimentar, que se traduz em ameaça à soberania dos povos. [...] (SANTOS, 2018, p. 66)

No caso do Brasil, grosso modo se conflita dois grandes modelos de produção. O modelo baseado no agronegócio, e o modelo baseado na agricultura camponesa.

Para melhor entendermos estes dois modelos de agricultura do ponto de vista conceitual e político, vamos nos apoiar nas contribuições de Horacio Martins de Carvalho 2012, Francisco de Assis Costa, 2012, Sergio Pereira Leite, 2012, Leonilde Servolo de Medeiros, 2012 e Cristina Matielo, 2018.

Segundo Carvalho e Costa o conceito de agricultura camponesa, pode ser definido da seguinte forma:

> Agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (apud CALDART 2012, p. 28).

Em recente trabalho monográfico, Matielo traz a seguinte contribuição, em relação ao conceito de a agricultura camponesa: O camponês possui um vínculo afetivo e interativo com o meio em que vive e reproduz sua forma e modo de vida, estabelecendo relações sociais e materiais de modo a desenvolver sua cultura. (MATIELO, 2018, p. 27).

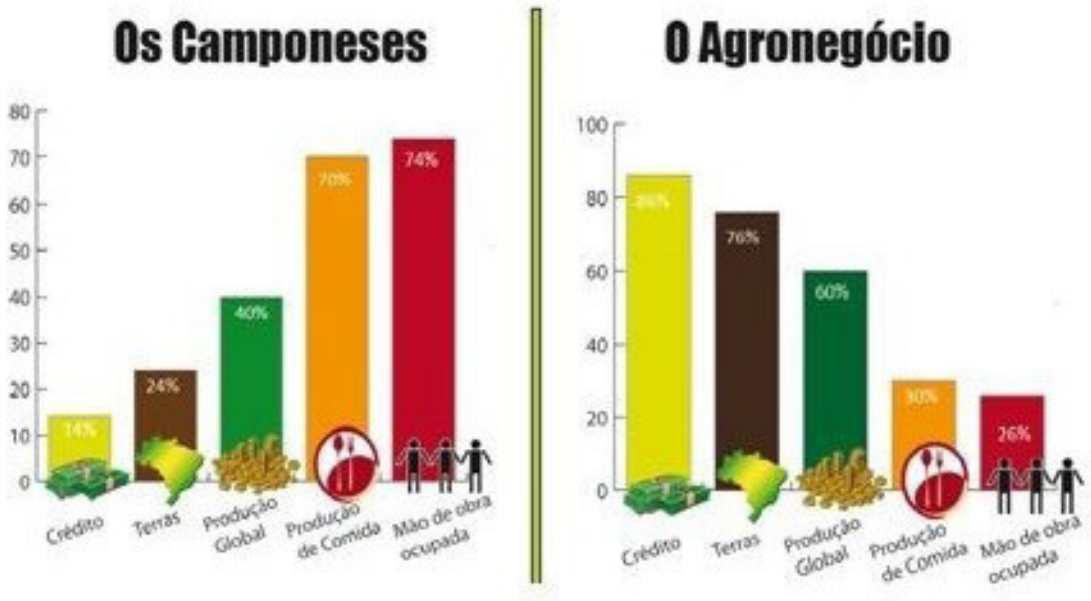
Em relação ao agronegócio, Leite e Medeiros nos traz a seguinte definição:

> O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de agribusiness, cunhada pelos professores norte- americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e marketing. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. (apud CALDART, 2012, p. 81)

Podemos extrair desses conceitos duas grandes chaves de definições. A primeira é que agricultura é uma atividade eminentemente humana (PLOEG 2008) e, por isso, pode ser realizada de diferentes formas. No cenário brasileiro atual, temos uma representada pelo agronegócio e outra pelo campesinato com finalidades também diferentes.

O gráfico abaixo nos ajuda a intender como estes dois modelos se localizam dentro da política econômica atual, e qual função social cada um tem na sociedade brasileira.

Figura 1 - Gráfico comparativo modelo camponês e modelo capitalista representado pelo Agronegócio.



Fonte: Censo Agropecuário 2006.

O gráfico demonstra que, com apenas 14% (catorze por cento) dos créditos e 24% (vinte e quatro por cento) das terras, o campesinato responde por 40% (quarenta por cento) do PIB agrícola, com 70% (setenta por cento) da produção de alimentos que abastece a população brasileira e ainda gera 74% (setenta e quatro por cento) dos empregos no campo. Por outro lado, o Agronegócio consegue acessar 86% (oitenta e seis por cento) dos créditos, 76% (setenta e seis por cento) das terras e responde por apenas 60% (sessenta por cento) do PIB agrícola, produzindo apenas 40% (quarenta por cento) do alimento que vai para mesa do povo e gerando somente 26% (vinte e seis por cento) dos empregos no campo.

É importante frisar, que estes modelos são antagônicos pois, enquanto o agronegócio modelo voltado para o mercado externo e se baseia no monocultivo, no uso extensivo de agrotóxicos e na grande propriedade, a agricultura camponesa, que é voltado para o mercado interno, implica em uma ampla distribuição da terra e produção diversificada e limpa.

Portanto, podemos concluir que se trata de modelos completamente distintos, onde não é possível encontrarmos pontos de consenso sobre o uso social da terra, estando os mesmos dentro de concepções econômicas antagônicas. Estes modelos se encontram em permanente disputa no campo e na sociedade. Disputam a lógica de uso da terra e do território, e disputam a concepção ideológica de agricultura na sociedade, baseado nos modelos aqui apresentados.

A LEGISLAÇÃO SANITÁRIO FRENTE AOS MODELOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A humanidade passou a ter conhecimento da composição dos alimentos, suas propriedades e seus valores nutricionais, com o avanço e aprimoramento da ciência. A partir disso foi possível proporcionar uma maior oferta de produtos alimentícios, vindo a substituir a forma simples de subsistência que a humanidade tinha, perdendo-se a estreita harmonia entre a natureza, seres humanos, conhecimentos das plantas próprias para o consumo.

Entretanto, se por um lado o desenvolvimento trouxe benefícios no campo do aumento da produção, melhoria na conservação, maior diversificação, e "atendimento" das necessidades nutricionais, por outro lado também cresceram os riscos e as problemáticas decorrentes dessa modernização, com o contaminação dos alimentos, a perda de garantia da qualidade do alimento, a desconsideração do valor de uso dos produtos, sujeitos aos preços impostos por um mercado que desconsidera a vida humana, a perda da consciência dos produtores sobre o papel e importância de seu trabalho.

Nesta toada, o debate sobre a segurança alimentar passa a ser uma questão necessária para se garantir uma qualidade saudável dos alimentos e assegurar a saúde da população. Por tanto, demandasse medidas e esforços do próprio Estado, a fim de minimizar e evitar doenças causadas por alimentos contaminados e impróprios para o consumo. Segundos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu relatório intitulado "Fact Sheet nº 237, January 2002", em países industrializados, anualmente, mais de 30% (trinta por cento) das doenças são de origem alimentar (ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p.2). Cabe por tanto ao poder público, criar mecanismos que garantam a oferta de alimentos seguros à população.

Neste sentido, é compreensível a importância da existência de legislações que estabeleçam critérios de qualidade que compreendam todas as etapas de produção, processamento, armazenamento, conservação até se chegar à venda.

É necessário ainda reconhecer, que nem sempre a legislação que deveria garantir a qualidade dos alimentos cumpre o seu papel: o que se evidencia muitas vezes é uma legislação que atende aos lobbies de grandes empresas e indústrias, ao mesmo tempo em que se impõe medidas rigorosas às pequenas agroindústrias familiares. Muitas vezes, o controle sanitário acaba por avalizar um alimento totalmente maléfico à saúde como algo que não causa riscos e danos a ela. Há exemplo disto em vários produtos, que em tese, são regularizados, inspecionados pelos devidos órgãos de controle sanitário, e legalmente autorizados para o consumo humano, facilmente encontrados nos supermercados, porém repletos de contaminações por agrotóxicos, conservantes, muitos transgênicos e tantos outros que, devido ao seu processo de beneficiamento, são mais "imitações" de alimentos do que alimentos propriamente ditos.

LEGISLAÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO

No Brasil, a organização administrativa voltada para o controle de alimentos é bastante complexa. Há vários órgãos atuando sobre este assunto, inclusive estados e municípios que legislam suplementarmente, conforme determina a Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p.2).

Podemos facilmente perceber que o marco legal da produção de alimentos é definido e regulado por uma série de leis, normas e decretos que passam a compor o sistema sanitário brasileiro.

As normas sanitárias estabelecem os Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ), tratam da rotulagem (tanto gerais como específicos), materiais de embalagem, requisitos e procedimentos para registro e dispensa de registro, boas práticas de fabricação e procedimentos de higiene, aditivos, contaminantes tolerados e irradiação de alimentos (RJAILI, 1995 apud ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p.3).

Para compreender melhor a complexidade do nosso sistema sanitário, trazemos abaixo um quadro com a distinção entre os diversos tipos de alimentos e os processos de produção que determinam o produto final.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, são os órgãos centrais que controlam e fiscalizam os alimentos no Brasil.

Quadro1 - Classificação dos alimentos quanto à legislação sanitária: distinção simplificada dos órgãos responsáveis pela regulação de alimentos, de acordo com o tipo de alimento

Alimentos regulamentados pelo MAPA	Produtos exclusivamente de origem animal	Carnes e derivados
		Leite e derivados
		Ovos e derivados
		Mel e derivados
		Pescados e derivados
	Bebidas em geral	Não-alcoólicas
		Alcoólicas
		Fermentadas
	Vegetais in natura	
Alimentos regulamentados pela ANVISA	Demais alimentos processados	Alimentos com registro obrigatório
		Alimentos com dispensa de registro
	Aditivos alimentares (registro obrigatório)	
	Água mineral (registro obrigatório)	

Fonte: NOLETO, 2016.

De maneira geral, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é responsável pelos produtos de origem animal: carnes, leite e derivados, ovos, pescados, produtos apícolas e margarina. Ainda sob sua alçada estão os produtos de origem vegetal in natura, as bebidas alcoólicas e não alcoólicos e os vinagres.

O Ministério da Saúde é responsável pelos alimentos industrializados em geral (com exceção dos produtos de origem animal e bebidas), aditivos, coadjuvantes de tecnologia, embalagens e materiais destinados a entrar em contato com os alimentos, alimentos para fins especiais e águas minerais e potáveis de mesa nos seus aspectos sanitários, pois o Ministério das Minas e Energias regulamenta a extração da água como um mineral.

> O sistema sanitário brasileiro por sua vez é quem determina as regras para o processamento e consumo de alimentos seguros, ou seja, tem como finalidade estabelecer o que é seguro para ser consumido pela população. No entanto, é notório que a esterilização e homogeneização nos processos de produção e transformação alimentar é o que vem determinando o padrão de segurança do alimento. (NOLETO, 2016, p.1,2)

Com isso, a ampla diversidade alimentar dos povos que compõem seu patrimônio histórico e cultural fica ameaçada ou inviabilizada em detrimento do privilégio que se dá às grandes indústrias e corporações industriais globalizadas, gerando uma completa inversão de valores sociais e culturais.

No Brasil, na área da saúde, a legislação básica em vigor sobre os alimentos industrializados, que fundamenta a fiscalização da cadeia produtiva industrial e comercial para atender à especificação de segurança alimentar, é oriundo do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969.

Na da agricultura, a legislação afim é a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, regulamentada pelo Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que trata da inspeção industrial de produtos de origem animal. Além destas normatizações, existem outras normas legais, não exclusivas ao alimento, mas que também tratam do tema em alguns dos seus artigos, como o Código Penal e o Código de Defesa do Consumidor, dentre outros. (ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p. 3.)

A fiscalização desses alimentos tem como ponto fundamental o Sistema de Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle (APPCC), estabelecido pelo Ministério da Saúde em 1993, a partir da Portaria nº 1.428, que aprova o "Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos" e estabelece "Diretrizes para estabelecimento de Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ) para os serviços e produtos nas áreas de alimentos". Tal portaria teve sua fundamentação nas considerações de que a prática da fiscalização sanitária de alimentos deve: integrar as ações de vigilância sanitária e as avaliações de risco epidemiológico dentro das prioridades locais, seguindo as determinações do SUS; utilizar a inspeção como instrumento de fiscalização sanitária, abrangendo o conjunto das etapas que compõem a cadeia alimentar, incluindo suas inter-relações com o meio ambiente, o homem e seu contexto socioeconômico (ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p. 5).

O Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos de produtores e indústria de alimentos foi aprovado em 1997, pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, através da Portaria SVS/MS nº 326/1997, regulamento este aplicado a toda pessoa física ou jurídica que possua, pelo menos, um estabelecimento no qual seja realizada alguma das seguintes atividades: produção/industrialização, fracionamento, armazenamento e transporte de alimentos industrializados (ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p. 5).

Após estabelecer as Boas Práticas de Fabricação na Portaria 326/1997, para complementar sua efetivação a ANVISA publicou a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 275/2002, que apresenta Procedimentos Operacionais Padronizados e a Lista de Verificação do cumprimento das Boas Práticas para os estabelecimentos industriais de alimentos (ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p. 5).

Além de todas essas, é necessário citarmos a Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regulamentação para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências (BRASIL, 2013).

Para além das normas e leis nacionais, existem os acordos internacionais com finalidade de oferecer alimentos seguros à população e legitimar práticas legais no comércio de alimentos, dentre eles destacando-se dois da Organização Mundial do Comércio (OMC): "Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio (OTC)" e "Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)" (ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p. 9). Estes dois acordos determinam a saúde do consumidor como uma das prioridades; definem medidas regulamentares sanitárias e fitossanitárias para a garantia da inocuidade dos alimentos; e modificam as condições de restrição de importação dos alimentos. Estes foram baseados em normas elaboradas por organismos internacionais como o Ofício Internacional de Epizootia – Saúde animal (OIE), Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV) e Comissão do Codex Alimentarius[19]. (Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica, 2006, apud ALMEIDA-MURADIAN, 2011, p. 9.)

Assim, considerando a globalização dos processos produtivos, a legislação brasileira de alimentos tem-se baseado não só em aspectos intrínsecos à realidade nacional, mas também incorpora fortemente o contexto internacional.

LEGISLAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

No Brasil, vigilância sanitária, é definida como "um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir, ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde", conforme art. 6º, paragrafo 1º da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) que organizou o Sistema Único de Saúde.

A definição do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, deu-se pela Lei nº 9.782/1999, sendo sua finalidade, prevista no seu art. 6º, "promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras". (BRASIL, 2018)

No entanto, seu marco inicial ocorreu no final da década de 1980 e início da década de 1990, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde se estabeleceu que, entre outros, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado – conceito que inclui as ações da vigilância sanitária. Nos dias atuais, a abrangência da vigilância sanitária é ampliada com o alargamento dos interesses difusos[20], cujo conceito gira em torno da noção de qualidade de vida.

19 O Codex alimentarius é um organismo internacional criado na década de 1960 pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para desenvolver normas, guias e recomendações de boas práticas para a produção e comércio de alimentos, tendo como principal propósito a proteção da saúde e dos consumidores, visando também a promover a coordenação de todos os trabalhos para estabelecimento de padrões para alimentos desenvolvidos por organismos internacionais governamentais ou não (ALMEIDA-MURADIAN, 2011).

20 Os interesses difusos dizem respeito à sociedade de massa, na qual os grupos tomam lugar dos indivíduos. Refere-se a áreas e

Na prática, as ações da vigilância sanitária limitam-se às atividades de fiscalização, observação dos fatos, concessão de licenças, julgamento de procedimentos irregulares e sanções penais, função derivada de seu poder de polícia (EDUARDO; MIRANDA, 1998 apud AUGUST, 2016, p.113). Nota-se que, no Brasil, a relação produção- consumo desenvolvido na vigilância sanitária tem-se calçado no poder de polícia, ou seja, sua ação mais visivel é a de fiscalizadora, mesmo quando insuficientemente exercida.

A Vigilância Sanitária trabalha com o conceito de qualidade estrito senso, limitado ao aspecto sanitário e legal. Este conceito é insuficiente, pois não aborda outros elementos fundamentais, como o aspecto ecológico, o social, o cultural, além da aparência do produto, compondo um conceito de qualidade amplo (AUGUST, 2016, p.113).

O campesinato por sua vez, inserem-se em diversos contextos territoriais, que envolvem dimensões culturais, sociais e econômicas singulares, em que realizam suas atividades para subsistência familiar, cultivando alimentos de forma artesanal, visando os mercados locais. As autoridades de controle sanitário devem, portanto, no nosso sentir, identificar e interpretar a organização e a dinâmica das populações dos territórios e compreender como suas condições econômicas, sociais e culturais funcionam, além das relações dos atores sociais com seus espaços de vida e de trabalho.

O CASO DO MERCADO POPULAR DE ALIMENTOS DE SÃO GABRIEL DA PALHA – ES

O mercado popular de alimentos está situado em um município e região, diante de um contexto onde o modelo agrícola predominante é o agronegócio, baseado na monocultura do café, e na produção de alta escala, sempre com a utilização de adubos químicos, agrotóxicos, irrigação, mecanização pesada, e ainda com produção padronizada, prioritariamente para atender à exportação.

Nesse contexto, o campesinato deixa de ser camponês, e passam a ser agricultores familiares modernos, especializados com uso de tecnologia de ponta.

Este processo os distanciou da cultura de subsistência, dos seus costumes, dos saberes tradicionais, desconfigurando a identidade camponesa, por conta da substituição da autonomia a alimentar (valor de uso) pela busca do lucro (valor de troca) sob a hegemonia do modo de produção capitalista, que é totalmente dependente e voltado para o mercado.

Diante deste cenário, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), vem ao longo de sua história, debatendo com sua base, a necessidade de retomar a forma camponesa de produzir e de se relacionar com a natureza. Para tanto, é necessário sair da monocultura e voltar para o processo de diversificação da produção, só que agora alinhado sobre o conceito da agroecologia.

> A agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) "que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura" (LEFF, 2002, p. 42).

temas de largo espectro social, tais como a ecologia, a qualidade de vida, a tutela de consumidores, a defesa dos direitos humanos, das etnias e outros. Esses temas ultrapassam os interesses dos indivíduos e alcançam toda a coletividade. (COSTA; ROZENFELD, 2000, p 17.)

Com o avanço desse debate, surgiu a necessidade de criar espaços de comercialização, como alternativa de geração de renda para as famílias camponesas, com objetivo de oferecer às famílias consumidoras produtos de qualidade, frescos, da região e com preços mais acessíveis, para além da feira livre que já existia na cidade.

A feira livre, mesmo considerada de grande importância nesse processo da comercialização direta, não era suficiente, necessitava-se de um espaço que ficasse aberto todos os dias da semana, acessível às famílias produtoras que não tinham condições de participar da feira. Além disso, o espaço permanente de comercialização representaria uma referência para as famílias camponesas e famílias consumidoras, criando uma relação mútua de solidariedade e ajuda entre quem produz e quem consome, entre o campo e cidade. Foram estas ideias que justificaram o início do processo de construção do espaço que veio a ser chamado de Mercado Popular de Alimentos.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE E A CONSTRUÇÃO DO MERCADO POPULAR

A agricultura na região, como já relatado brevemente acima, foi marcada pela monocultura do café conilon, sofrendo as consequências desse sistema monocultor de produção, tais como ataques de pragas e doenças, forte dependência e ingerência do mercado, perda de soberania alimentar, concentração de renda em um único período do ano, entre outros.

Em virtude disso, o Movimento dos Pequenos Agricultores vem trabalhando junto às comunidades camponesas, através de atividades de capacitação e formação das famílias, das mulheres, da juventude, dialogando e despertando para a importância da diversificação da produção agropecuária de forma agroecológica. Nesse sentido, têm sido significativos os avanços que, no entanto, esbarravam na dificuldade da comercialização.

Antes do MPA, as famílias estavam acostumadas a produzir e lidar com a venda do café, que é um produto de fácil comercialização, pois já havia toda uma rede de compra e venda, facilidade de armazenar e transportar, ao contrário dos produtos hortifrutigranjeiros, que precisariam chegar ao consumidor num prazo curto. Os agricultores não dispunham, em sua grande maioria, de meios de transporte para escoar sua produção até os mercados ou até as feiras; a produção era desarticulada. Por outro lado, as redes varejistas tinham toda uma logística montada em função da aquisição de produtos na CEASA[21] e em sua grande maioria preferiam garantir a compra da produção da CEASA a adquiri-la dos camponeses da região. Faltava, assim, um processo de organização da produção e comercialização gerida pelas próprias organizações dos agricultores. O resultado de todos esses empecilhos é que os camponeses não se motivavam a diversificar a produção, e a população local alimentava-se com produtos de procedência desconhecida e de baixa qualidade.

Com base nessa realidade, o Movimento dos Pequenos Agricultores, em 2007, começou a discutir um processo de organização da produção e comercialização que teve como eixo central o Mercado Popular de Alimentos, que atenderia diretamente as famílias camponesas dos municípios de São Gabriel da Palha, Vila Valério, Águia Branca, São Domingos do Norte, Pancas e Nova Venécia. A partir disso, foram realizadas muitas reuniões e debates com as famílias camponesas

21 CEASA são Centrais Estaduais de Abastecimento, empresas estatais ou de capital misto (público e privado), destinadas a aprimorar a comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, envolvendo três agentes principais: os comerciantes, os produtores e os compradores. Foram criadas na década de 1960 e implementadas na década de 1970, nos principais centros urbanos do País. Hoje, grande parte das frutas, legumes e flores comercializados em feiras, supermercados, restaurantes e sacolões foram por eles comprados através das CEASAS (AGRIC. 2018).

da região, com lideranças comunitárias e religiosas, com escolas, igrejas e com a população da cidade em geral, a fim de construir uma proposta que de fato atendesse às necessidades das famílias camponesas e das famílias consumidoras.

Com a adesão de todos os que participaram das conversas, e após muitas lutas e conquistas para viabilizar o espaço e a estrutura, no dia 09 de novembro de 2011, foi inauguração o Mercado Popular de Alimentos, sediado no município de São Gabriel da Palha, a fim de atender à região.

O Mercado Popular de Alimentos atende, assim, diversos objetivos: incentivar as famílias camponesas a diversificar a produção nas propriedades; garantir a comercialização da produção, superando o medo de produzir e não conseguir vender; gerar renda extra para as famílias camponesas; garantir renda para juventude, como incentivo para sua permanência no campo, por meio da comercialização de produtos alternativos e agroecológicos.

Este espaço preza por princípios e valores como o da produção de comida saudável para consumo da família e comercialização do excedente, bem como por garantir renda para a manutenção da família e da propriedade durante o ano, objetivando a "sobra" do café, ficando este como uma poupança para família a investir.

Dessa forma, o mercado popular carrega a mensagem política de Produzir, Organizar e Alimentar, ou seja, produzir alimento saudável, através da organização da produção das famílias camponesas e do incremento das relações entre campo e cidade, no sentido de melhor alimentar o povo brasileiro, sendo um espaço acessível principalmente para a população trabalhadora.

RELAÇÃO ENTRE CAMPO E CIDADE

O Mercado Popular de Alimentos, na sua essência, tem como um de seus objetivos estreitar a relação entre campo e cidade. Não cabe à população urbana ser apenas consumidora, ela é parte de um processo, e o Mercado Popular de Alimentos deve ser capaz de estreitar essa relação e suscitar esse debate. Para isso, precisa ser capaz de concretizar a mensagem política do MPA, ou seja, precisa estar sustentado em uma produção saudável.

Para dar conta dessa tarefa, não se pode partir do princípio de explorar os consumidores – ao contrário, a proposta é trazer comida boa, de qualidade, para a cidade, a preço justo tanto para quem produz, quanto para quem consome.

A noção de "preço justo" está diretamente ligada à autonomia da família produtora: é ela quem vai considerando os custos que teve para elaborar seu produto, estabelecer o valor pelo qual ele será comercializado, permitindo-lhe obter ganho, mas sem explorar. Em outras palavras, não é cobrado um preço exorbitante, apenas o necessário para cobrir os custos de produção da família produtora, custos este que engloba, a quantidade de trabalho necessário para produzir aquele alimento.

Relatos de consumidores evidenciam claramente que o espaço tem conseguido dar conta da tarefa que assumiu. Segundo eles passaram a comprar no Mercado porque é um espaço que vende produtos sem veneno e frescos.

Conseguem perceber facilmente a diferença entre os produtos que compram no Mercado Popular de Alimentos e os dos supermercados: "*Aqui os produtos são mais gostosos, o sabor é outro, esse tem sabor de verdade, além de durar muito mais tempo.*" Consideram o preço dos produtos do Mercado Popular de Alimentos acessível: "*Estive em Vitória e fiquei horrorizada com o preço do jiló e do quiabo, estava muito mais caro que aqui*".

ESTRUTURAÇÃO ORGANIZATIVA DO MERCADOS POPULAR DE ALIMENTOS

O Mercado Popular de Alimentos recebe a produção das famílias camponesas que são cadastradas, assim como seus produtos, todos identificados com o nome da família produtora, endereço, para que quem comprar possa saber de onde vêm e quem os produz.

Os produtos são organizados, ao chegar à sala de recepção da produção, são conferidos, pesados, contados, é feito o registro deles no sistema de computador (programa), são rotulados e colocados os preços. Após este processo, são expostos no Mercado de acordo com a correspondente: frutas e verduras nas bancas, as mais sensíveis são colocadas no expositor refrigerado de verduras e frutas; pães, doces, bolos e outros são expostos em estantes (gôndolas), e em mesas ornamentadas; leite, queijo, manteiga, água de coco e produtos refrigerados são expostos em balcão frigorífico lateral para laticínios; os congelados (carnes, salgados) são expostos nos freezers.

As famílias produtoras recebem o que foi vendido com desconto de 30% (trinta por cento). Havendo sobra da produção colocada no Mercado (ou seja, o que não foi vendido), a família poderá recolher, doar, dar o destino que desejar. Os 30% (trinta por cento) recolhidos são destinados às despesas de manutenção do Mercado (água, energia, sacolas, etiquetas, papelaria, pagamento de funcionários, manutenção das instalações físicas, etc.). A família recebe, de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias, informações sobre o que foi vendido. Toda a produção que chega ao Mercado é registrada no cadastro da família, através do código que o produto recebe. Quando o produto passa pelo caixa, o sistema dá baixa, de forma que, no fechamento do mês, sabe-se quanto e o que foi vendido, ficando para a correspondente família 70% (setenta por cento) do que houver sido comercializado.

Existe uma equipe que trabalha no Mercado realizando atividades que vão desde receber produção até cadastrar, organizar, vender, administrar e limpar o espaço. É uma espécie de feira permanente. O funcionamento do Mercado acontece de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, e, aos sábados, das 8 horas às 12 horas, seguindo os acordos do comércio local e feriados.

DESAFIOS

Ao longo dos oito anos de existência do Mercado Popular de Alimentos, muitos desafios surgiram. Alguns foram superados, outros amenizados. Por ser um espaço de enfrentamento, os desafios são variados e constantes, alguns de ordem mais interna – afinal de contas gerir um mercado não é fácil, sobretudo com esse viés político. No entanto, destacamos a barreira de mercado como o principal desafio que vem sendo posto e que tampouco consegue ser resolvido de forma rápida.

Como já exposto anteriormente, a lógica de mercado em São Gabriel da Palha não destoa da realidade nacional dos controles, monopólios dos alimentos. No Estado do Espírito Santo, há uma gama de redes responsáveis pelo abastecimento urbano dos alimentos, destacando-se quatro grandes redes de supermercados, de distribuição, sendo estas a *Central de Compras*, a *Rede Show*, a *Rede Multimarket* e a *Rede Smar*, que congregam diversas unidades, com lojas distribuídas em todo o estado (LUCCI, 2013). A maior parte da produção comercializada nestas redes advém dos CEASAs: muito pouco ou raras vezes se compram produtos dos agricultores locais. No município de São Gabriel da Palha, por seu turno, existem quatro grandes supermercados, sendo que um deles é da rede *Central de Compras*, o *Cricaré*.

Sem qualquer diferença dos grandes estabelecimentos comerciais citados, o funcionamento regular do Mercado Popular de Alimentos depende do atendimento a diversas normas, regras e

procedimentos administrativos correlatos: a emissão de um alvará de funcionamento, emitido pela Prefeitura local; de alvará do Corpo de Bombeiros; de alvará sanitário; e a adequação dos produtos comercializados no Mercado Popular de Alimentos à legislação sanitária vigente. A regularização destes produtos compete, em parte, à Vigilância Sanitária Municipal e Estadual e, em parte ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A regularização dos produtos frente a este controle, no entanto, mostra-se um grande empecilho para os camponeses, dado que a produção artesanal tem suas especificidades e particularidades, que são desconsideradas pela legislação – toda produzida a partir do prisma da grande produção industrial. Com isso muitos dos produtos vendidos não estão devidamente registrados perante os órgãos competentes.

No atual cenário político e econômico que o país vem vivendo, somado à perca da produção provocada pela seca dos últimos anos no estado do Espírito Santo, ao corte das políticas públicas (Programa Aquisição de Alimentos (PAA), Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Moradia Camponesa, Bolsa Família), a Reforma trabalhista, a falta de investimentos e políticas voltadas para agricultura camponesa, acentua e agrava a crise econômica da população, gerando dentre outros problemas, o aumento do inadimplemento no campo, desemprego, aumento do trabalho informal e escravo, e alta nos preços dos alimentos.

Não diferente do comércio tradicional local, o mercado popular também enfrenta dificuldades nas vendas da produção, que vem caindo de forma considerável, agregando ainda, o aumento nas despesas com produtos e serviços como a gasolina, energia, material de expedientes entre outros, que vem colocando a manutenção deste espaço, como desafio principal para o Movimento dos Pequenos Agricultores da região de São Gabriel da Palha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos estudos desenvolvidos este trabalho, foi possível perceber, analisar e entender melhor, a forma organizativa e os desafios referente a situação da comercialização e da produção realizadas pelas famílias camponesas de São Gabriel da Pala, no que se refere a legislação brasileira vigente.

É notória a contradição vivida na atual sociedade, sobretudo no que concerne à questão dos alimentos, enquanto se tem uma grande população brasileira e mundial passando fome, vivendo em situação de insegurança alimentar, inúmeros e crescentes dados de doenças causados por alimentos contaminados e danosos à saúde, há uma barreira imposta pelo mercado, que impede as famílias camponesas de produzir e comercializar alimentos dentro da lógica camponesa. Mesmo sendo estas, responsáveis por 70% (setenta por cento) dos alimentos que estão na mesa do povo brasileiros (IBGE, 2010) de forma saudáveis e em respeito e harmonia ao meio ambiente.

Na atual configuração da sociedade, onde o Estado tem o monopólio das leis, é fato que a legislação atual tem servido de escudo para as grandes corporações que atua em escala global no ramo dos alimentos, pautado no monopólio e na artificialidade dos mesmos, onde o objetivo visa o lucro em detrimento da vida.

As repercussões e contradições do atual modelo, por sua vez, podem ser percebidas quando observamos a atuação do Estado sobre a produção camponesa, na tentativa de padronizar as normas e as exigências, criando uma única legislação para atender a todos.

Neste sentido, o Estado atua de forma excludente, desigual, injusta e ilegítima – e até mesmo cruel – para com as famílias camponesas, que jamais conseguiriam atender às mesmas exigências impostas para as grandes corporações.

A Legislação vigente como um todo, no caso deste trabalho mais especificamente a legislação relativa à Vigilância Sanitária, deve ter como verdadeiro fundamento garantir a toda a população um alimento de qualidade, saudável, assegurar a saúde de todos e todas, e não simplesmente atender ao poder hegemônico do capital, voltado o lucro.

É pelo direito de comercializar a produção camponesa que se defende uma legislação mais justa e legítima, que só será possível quando o Estado considerar a pluralidade, a diversidade dos povos com suas cultura e saberes e diferenças regionais. Isto não significa defender uma produção desregulamentada, mas, ao contrário, que seja realmente garantida a qualidade dos alimentos, levando em conta as diversas e diferentes formas tradicionais de produzir e comercializar.

O Mercado Popular de Alimentos é um sonho em realização, sonho este, feitos a muitas mãos, por pessoas que compreendem que "*sonho que se sonha só é só um sonho, sonho que se sonha juntos é realidade!!!*"

REFERÊNCIAS

AGRIC. O que é CEASA? Disponível em: www.agric.com.br. Acessado em 27 fev. 2018.

ALMEIDA-MURADIAN, Ligia Bicudo de. Vigilância Sanitária: tópicos sobre legislação e análise de alimentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BANCO MUNDIAL. Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington D.C., 07 de setembro de 2010. Brasil. Disponível em:https://issuu.com/world.bank.publications/docs/9780821385913. Acesso:25 abr.2018.

BRASIL. Constituição (1988). Vade mecum Saraiva. 21.ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acessado em 27 nov.2019.

BRASIL. Lei. nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9782.htm. Acessado em 27 nov. 2019.

CAMPELO, Lilian. Terras na região do Cerrado viram alvo de especuladores. Brasil de fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/02/06/terras-na-regiao-do-matopiba-viram-alvo-de- especuladores/. Acesso: 13 abr. 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (2000) como pacto de poder com os donos da terra. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, p. 60-68, jul. 2013. Edição especial.Disponível em:http://www.reformaagrariaemdados.org.br.pdf. Acesso: 12 abr. 2018.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ESTEVE, Esther Vivas. O negócio da Comida: quem controla nossa Alimentação? 1.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2017.

FISCHER, Augusto. Percepção das normas da vigilância Sanitária pelos Agricultores Familiares de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna. Artigo. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000300007. Acesso:23 nov.2017.

KÜNZLI, Willi Sebastian. Investimento estrangeiro em Terras no Brasil à Luz do Direito Internacional. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito,USP, São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde- 17122015-081241/pt-br.php. Acesso: 19 marc.2018.

Leff, E. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LUCCI. P. H. G. Geografia dos Alimentos no Espírito Santo. 2013. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2013.

MATIELO, Cristina. Impasses da comercialização de alimentos da agricultura camponesa em função da legislação vigente: um estudo do mercado popular de alimentos em são gabriel da palha - ES. 2018. 103 f. (Monografia em Direito) – Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia 2018.

NOLETO, Rodrigo Almeida. A produção brasileira de alimentos e as dificuldades enfrentadas para sua regularização sanitária. Artigo. Cerratinga. 2016. Disponível em: http://www.ispn.org.br/a-producao-brasileira-de-alimentos-e-as-dificuldades-enfrentadas- para-sua-regularizacao-sanitaria/. Acessado em 27 fev. 2018.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

ROZENFELD, Suely (org.). Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

SANTOS, Claudinei Lucio Soares. O processo de estrangeirização de terras no brasil, como forma de reprodução do capital na agricultura: uma análise sobre os aspectos jurídicos e legislativos. 2018. 86 f. (Monografia em Direito) – Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia 2018.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2012, vol.50, n.3, p.503-524. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000300007. Acesso:23 nov.2017.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

ESTADO E POBREZA NO CAMPO: TROCAS SIMBÓLICAS ENTRE DIREITO, DÁDIVA E DÍVIDA

Recebido em 30/01/2020, aprovado em 13/03/2020
10.30612/mvt.v6i11.10970

Geórgia Vieira de Sousa[22]
João Miguel Diógenes de Araújo Lima[23]

RESUMO: O artigo busca reconhecer os traços marcantes das noções de direito, dádiva e dívida entre beneficiárias do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), do Governo Federal, na zona rural do município de Itapajé, Ceará. A pesquisa tece uma discussão em torno dos avanços e das críticas à Política Social no Brasil e às políticas públicas focalizadas que atuam no quadro da pobreza rural. Através de fontes bibliográficas e documentais e de pesquisa campo, realizada de 2013 a 2015 e novamente em 2018, encontramos uma população rural pobre, de baixa escolaridade, vivendo da agricultura familiar e com renda per capita de R$ 85,00, que reconhece a participação em políticas sociais ao mesmo tempo como direito e como dádiva – de Deus ou dos técnicos do programa. Ressaltam-se, assim, as relações de dependência e as trocas simbólicas que atravessam a garantia de direitos básicos.

Palavras-chave: Direito. Dádiva. Políticas sociais. Plano Brasil Sem Miséria.

STATE AND POVERTY IN THE COUNTRYSIDE: SYMBOLIC EXCHANGES BETWEEN RIGHTS, GIFT AND DEBT

ABSTRACT: The paper seeks to analyze the notions of rights, donation and debt that feature among beneficiaries of the Technical Assistance and Rural Outreach Program (ATER) and Fomentation, within the scope of the Federal Government's Brazil Without Misery Plan (Plano Brasil Sem

22 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2010) e especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade de Tecnologia do Nordeste – FATENE (2010). Graduada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA (2015) e especialista em Legislação Social e Políticas Públicas pela Pótere Social/ Faculdade Ratio (2018). Atualmente cursando especialização em Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE).

23 Bacharel em Ciências Sociais (2011) e mestre em Sociologia (2014) pela Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. Pesquisador associado ao Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas (LAMUR)-UFC. Foi orientador (2017) e tutor (2019) nos cursos de pós-graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social da UFC. Atualmente em curso de aperfeiçoamento Investigación, transferencia y desarrollo en la universidad pública pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Miséria), in the rural area of the Itapajé municipality, state of Ceará. The discussion is built on the advances and criticisms attributed to Social Policy in Brazil, and particularly to 'focused' public policies that are present in the context of rural poverty. Through bibliographic and documentary sources and field research, carried out from 2013 to 2015 and again in 2018, we found a poor rural population, with low education, living on family agriculture and with a per capita income of R$ 85.00 (US$ 20), who recognize the participation in social policies both as a right and as a gift – be it by God or by the program's personnel. The analysis highlights the relations of dependence and symbolic exchanges that underlie the guarantee of basic rights in rural Brazil.

Keywords: Gift. Rights. Social Policy. Brazil Without Misery Plan.

ESTADO Y POBREZA EN EL CAMPO: INTERCAMBIOS SIMBÓLICOS ENTRE DERECHO, DON Y DEUDA

RESUMEN: El artículo busca reconocer las características notables de las nociones de derecho, don y deuda entre los beneficiarios del Programa de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) y Fomento, dentro del alcance del Plan Brasil Sin Miseria (PBSM) del Gobierno Federal, en la zona rural del municipio de Itapajé, Ceará. La investigación teje una discusión sobre los avances y las críticas de la Política Social en Brasil y las políticas públicas enfocadas que funcionan en el contexto de la pobreza rural. A través de fuentes bibliográficas y documentales e investigaciones de campo (llevadas a cabo de 2013 a 2015 y nuevamente en 2018), encontramos una población rural pobre, con baja educación, que vivía de agricultura familiar y con un ingreso per cápita de R$ 85 (US$ 20), que reconoce la participación en políticas sociales como un derecho y también como don (regalo) de Dios o de los técnicos del programa. Así, se enfatizan las relaciones de dependencia y los intercambios simbólicos que subyacen a la garantía de los derechos básicos.

Palabras Clave: Derecho. Don. Política Social. Plan Brasil Sin Miseria.

INTRODUÇÃO

Observar a presença e a atuação do Estado no campo, na garantia de direitos e na implementação de políticas públicas, abre um caminho fértil para análises sobre a pobreza na zona rural e a noção de direito.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, 16 milhões de brasileiros viviam com renda mensal inferior a R$ 77,00 (setenta e sete reais), caracterizando-se como situação de extrema pobreza. Esta pesquisa se dedica a esse tema, aproximando-se de um programa governamental, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), lançado em 2011 com o objetivo de superar a extrema pobreza no país.

O artigo aborda particularmente as relações simbólicas que emergem durante a implantação de um programa social com enfoque no combate à pobreza extrema na zona rural do município de

Itapajé[24], localizado no semiárido do Ceará, região Nordeste do Brasil. Desse modo, mergulhamos particularmente nas relações entre os sujeitos que movimentam o Estado – servidores, técnicos – e a população que é público-alvo do programa – os usuários (ou beneficiários).

O interesse pela pesquisa emergiu durante uma experiência de trabalho de um dos autores4 deste artigo no PBSM em Itapajé, que teve início em 2013, quando chamou sua atenção que as mulheres participantes do Plano viam como "favores" os serviços que são, constitucionalmente, reconhecidos como direitos. O que sustenta essa perspectiva? Quais desdobramentos traz para a execução de programas sociais e políticas públicas na zona rural? O que perpassa as noções de direito, dádiva, dívida e favor em contextos de pobreza extrema? Instigados por essas questões, este artigo se apoia em pesquisa empírica conduzida junto à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Fomento no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, no município de Itapajé, no período de 2013 a 2015, com um período adicional de entrevistas com beneficiárias, realizadas em 2018.

Com isso, busca-se reconhecer os traços marcantes que dizem respeito à dádiva e à dívida, imbricadas no processo de participação de beneficiárias do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Fomento em Itapajé, um programa construído na noção de direito. O Brasil Sem Miséria envolveu cerca de cem ações, distribuídas em três grandes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva.

Em Itapajé, foram contempladas duzentas e oitenta e seis (286) famílias com o PBSM – ATER e Fomento, as quais de forma quantitativa fizeram parte da pesquisa descritiva. Desse universo, aproximamo-nos de forma qualitativa de oito (8) famílias.

A dialética nos deu aporte para o desdobramento dos demais métodos da pesquisa. Para tal entendimento, foi imprescindível uma leitura da conjuntura local, a qual perpassou métodos voltados para cada objetivo proposto, sendo a dialética o primeiro: "A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstratos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc." (GIL, 2008, p. 13).

O trabalho de campo, por sua vez,

> [...] permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, e também visa a estabelecer uma interação com os diferentes "atores" (pessoas com as quais vamos trabalhar) que fazem parte da realidade. Assim sua finalidade é construir um conhecimento empírico, considerado importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2016, p. 56).

Com um enfoque na dimensão simbólica de programas sociais e políticas públicas, buscamos analisar o que influencia na percepção das políticas públicas como direito e as relações implícitas que se dão entre beneficiárias e operadores do PBSM a partir de pesquisa empírica. Recorremos a fontes documentais sobre Política Social no Brasil e o PBSM, assim como fontes bibliográficas das Ciências Sociais e do Serviço Social, a fim de se embasar a discussão sobre pobreza e dádiva, a partir de informações obtidas em livros, artigos científicos e em sites da internet pertencentes aos

24 Localizado na mesorregião do Norte Cearense, Itapajé está a aproximadamente 125 km da capital do estado, Fortaleza, e tem uma população estimada em 50 mil habitantes, segundo o Censo IBGE de 2010 – ou 52 mil habitantes na estimativa divulgada pelo instituto em 2019.

Governos Federal, Estadual, Municipal, assim como dados relacionados às temáticas abordadas no presente trabalho.

O embasamento teórico para a pesquisa foi construído com Behring e Boschetti (2011) e outros autores que discorrem sobre a história da Política Social e da Política Pública, trazendo-nos uma teoria acerca das definições e configurações em que essas políticas ocorrem, desde sua implantação até os dias atuais. Sobre transferência de renda, Cobo (2012), Yazbek (2015) e o boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2018). Ambas as autoras trazem à tona a discussão sobre as políticas focalizadas de transferência de renda, fazendo-nos refletir sobre o público alvo do programa e as formas de atuação dessa política. Para tratarmos sobre dádiva e dívida, norteamos nossa pesquisa com Mauss (1925) e Lanna (1996), os quais abordam a dádiva e a obrigação/costume de retribuir os favores, para refletirmos sobre os contextos em que esses são direitos preconizados em leis. Para a abordagem do Plano Brasil Sem Miséria, buscamos dados junto a relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela aplicação e fiscalização do PBSM na Assistência Social. Através de dados e pesquisas encontrados no site do ministério, tivemos um direcionamento acerca da situação em que se encontram os índices de Itapajé.

Destacamos a importância deste estudo para técnicos de políticas públicas e para pesquisadores das Ciências Sociais, em virtude das análises sobre pobreza, trocas simbólicas, poder e políticas públicas, e do Serviço Social[25], tendo em vista que a garantia dos direitos sociais – no rompimento do clientelismo e da visão de direitos como benesse – é uma potente configuração para a atuação de assistentes sociais.

ESTADO, POBREZA E POLÍTICA SOCIAL

Partimos da questão social, ou seja, o "[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade" (IAMAMOTO, 1999, p. 27) para tecermos o debate desta seção. Há uma complexa conexão entre Estado, questão social, concepção de pobreza e Política Social, em que forças se sobrepõem, entram em atrito e produzem contradições.

A definição conceitual de Estado, por exemplo, atravessou diversos momentos históricos. Segundo Oliveira e Quintaneiro (2001), amparadas na visão de Marx, o Estado na sociedade capitalista é entendido como uma luta de interesses entre as classes, formando um campo fértil para o desenvolvimento de ações que priorizam benefícios (para uma ou outra classe, nunca simultaneamente), baseando-se em uma relação antagônica de vantagens que privilegiam em um determinado momento a classe dominante e, em outro, a classe dominada.

Nesse sentido, Yazbek analisa o Estado como (2015, p. 4):

> [...] uma relação de forças, como uma arena de conflitos. Relação assimétrica e desigual que interfere tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução

25 Tomazini e Leite (2016) analisaram a ascensão e a crise do programa em meio às disputas políticas no primeiro governo Lula (2003-2006), entre as pautas da segurança alimentar, da educação e da assistência social. Na proposta de unificação dos programas sociais da época em torno do Programa Bolsa Família, baseado na transferência de renda para a população pobre, o Programa Fome Zero perdeu espaço.

> social das classes subalternas. Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações. A forma de organização desse Estado e suas características terão pois, um papel determinante na emergência e expansão estatal face aos interesses dos membros de uma sociedade.

A Política Social do Estado brasileiro foi constituída por diferentes concepções de pobreza. O cenário político, nos últimos 30 anos, tem sido permeado por ações e programas governamentais de combate à pobreza e à fome, como a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, lançada em 1993; e o Programa Fome Zero, principal ação do governo federal em 2003 e 2004, abrindo espaço para o Programa Bolsa Família (PBF)6 6. A pobreza foi alçada, nos anos 1990, ao patamar de "[...] 'problema técnico', capaz de ser contornado com cálculos, focalizações e redistribuições orçamentárias" (SPRANDEL, 2004, p. 91), um fenômeno decorrente de desigualdade social e concentração de renda, que poderia ser mitigado por políticas públicas e intervenções governamentais embasadas na própria Política de Assistência Social e no monitoramento de indicadores e estatísticas.

Anteriormente, contudo, outras análises sociais deram o tom ao debate sobre as causas da pobreza no País. A miscigenação étnica, por exemplo, foi apontada, do final do século XIX ao começo do século XX, como causa da pobreza e de mazelas sociais no Brasil, ancorando- se numa leitura evolucionista de superioridade racial. Na década de 1940, por sua vez, a fome e a pobreza do Nordeste do Brasil, particularmente no campo, foram atribuídas às condições climáticas naturais da região, como parte de um determinismo geográfico, uma visão que Josué de Castro esforçou-se para desmistificar e rechaçar:

> Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas de sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator de pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. (CASTRO, 1992, p. 260).

O "arcabouço social" da pobreza e da fome no Brasil, argumentou Castro (1992), assentava-se na monocultura, no latifúndio e no subdesenvolvimento, os pilares da questão agrária nacional, atrelada à questão social (IAMAMOTO, 1999), como afirmamos anteriormente. Complementa-se esse quadro com o coronelismo, um sistema em que os proprietários de terra – os "coronéis" – controlam o sistema político e a vida social através de uma rede de relações de poder, "[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada", como argumentou Victor Nunes Leal (1997, p. 40). Tratava-se de "[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras" (LEAL, 1997, p. 40), sobretudo atrelado à estrutura agrária, envolvendo também os trabalhadores rurais mais pobres em relações de troca e dependência.

E é esse mesmo Estado, carregado de contradições, que se torna responsável pela regulação de programas, projetos e ações, além de ser o principal fiador deles. Nesse entendimento, a Política

Social será tratada como intervenção do Estado, contemplando as necessidades sociais básicas dos cidadãos, como moradia, alimentação, lazer, educação, saúde etc., sendo o governo aquele que executa as ações do Estado.

A Política Social expressa justamente os conflitos e as contradições inerentes ao modelo capitalista vigente, haja vista que discrepâncias se fazem presentes nas expressões da questão social. A Política Social está, portanto, intimamente ligada ao contexto histórico da sociedade.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Neto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizam para produzir num determinado momento histórico, como vimos, o de constituição das relações sociais capitalistas – e que tem continuidade na esfera de reprodução social. (BENRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51-52).

Dito isso, percebemos que as políticas sociais, a própria questão social e, nela, a expressão da pobreza são reflexos profundos da produção e reprodução social, dadas em um momento histórico, que incluem condições de vida, de cultura e de produção da riqueza.

Ademais, antes dos anos 1930, as políticas sociais no Brasil não apresentavam caráter universal, sendo a questão social enfrentada como caso de polícia e de ação filantrópica. Com o advento da industrialização, a Política Social no pós-1930 deu-se através de mudanças no intervencionismo estatal e da criação dos direitos sociais, sendo um de seus principais a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943[26]. Esse período ficou conhecido como "cidadania regulada" (TEIXEIRA, 1985), pois, com o advento da carteira de trabalho, a cidadania estava voltada a atender apenas aos inseridos no mercado formal de trabalho.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a Política Social passou por um processo de expansão e modernização. Nesse período tivemos ainda um sistema dual de acesso às políticas: para quem podia pagar e para quem não podia. Denomina-se esse período de "modernização conservadora", tendo em vista as mudanças no que diz respeito à economia e às principais atividades no país, mas sem levar em consideração as melhorias necessárias à vida da população, havendo concentração de renda e crescimento do desemprego (NETTO, 1998).

No fim dos anos de 1980 e principalmente durante os anos de 1990, as políticas sociais passaram por profundas transformações. A partir do intenso envolvimento de estudantes e dos movimentos sociais, chega ao fim a ditadura e há um processo de redemocratização do país. Através da promulgação da Constituição Federal (1988), a democracia passou a se concretizar com a garantia de direitos que antes não existiam.

Juntamente com ela, inaugura-se a Seguridade Social (Título VIII, Art. 193 a 204), composta pela Previdência Social (em caráter contributivo e filiação compulsória), a Saúde Pública (direito de todos e dever do Estado, independente de contribuição) e a Assistência Social (para quem dela necessitar, independente de contribuição). Esse tripé busca garantir ações capazes de assegurar os mínimos sociais àqueles em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

26 Desde 1943, passou por diversas mudanças, sendo as mais recentes em 2017, pelo governo Temer, com uma reforma que incluiu desde a criação da lei de terceirização até a possibilidade de grávidas trabalharem nos ambientes considerados insalubres (vide lei nº 13.467/2017), e em 2019, no governo Bolsonaro, com liberação do trabalho aos domingos e feriados e cobrança de ao menos 7,5% ao INSS para quem recebe seguro- desemprego.

Para Yazbek (2015, p. 04):

> [...] a Política Social será abordada como modalidade de intervenção do Estado no âmbito de atendimentos das necessidades sociais básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja, a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem.

Agora, mais que regular a economia, o Estado precisa amparar aqueles que não conseguem ter uma qualidade mínima de subsistência. Dessa forma, a intervenção estatal está intimamente ligada às ações que possam garantir o atendimento de demandas básicas que são efetivadas a partir da execução de políticas sociais.

Mesmo com o grande avanço na democracia, representado pela Constituição Federal de 1988, as crises econômicas e as transformações capitalistas incidiram sobre o aprofundamento da questão social.

Essa relação entre Estado e Sociedade está expressa diante de paradoxos que, de um lado, tentam garantir os direitos preconizados na Carta Magna para seus cidadãos, e, de outro, tentam satisfazer os interesses do Capital. Diante disso, as medidas adotadas pelo Estado tiveram papel fundamental na realização de políticas sociais que caracterizam a ação dele como forma de minimizar as expressões da questão social.

Nos primeiros anos da década de 1990, houve a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei nº 8.742, de dezembro de 1993, que trouxe avanços importantes para a proteção social, tornando a assistência social direito do cidadão e dever do Estado. Dessa forma, os mínimos sociais passam a ser providos através de iniciativas públicas e da sociedade, garantindo o atendimento às necessidades básicas.

A Constituição Federal, em seu artigo 6º, vem tratar dos Direitos Sociais que se referem à "educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]" Desde então, temos, em lei, tais direitos assegurados.

Vale ressaltar que esse artigo representa um avanço inexorável, mas que se tornou, com o passar do tempo, algo vago e distante da prática. Condicionados à política neoliberal, esses direitos foram colocados em xeque, prevalecendo a ordem dominante: o capital e a burguesia.

Para Draibe (1993 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 155): "[...] isso significou uma ausência de política social? Claro que não, mas as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização."

Nesse sentido, apesar dos avanços, a consolidação da Política Social se deu em direção contrária, conforme explanam Behring e Boschetti (2011, p. 160-161):

> [...] essa imbricação histórica entre elementos próprios à assistência e elementos próprios ao seguro social poderia ter provocado a instituição de uma ousada

> seguridade social, de caráter universal, redistributiva, pública, com direitos amplos fundados na cidadania. Não foi, entretanto, o que ocorreu, e a seguridade brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro (bismarckiana) e a lógica da assistência (beveridiana), e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência.

Podemos perceber que o caminho percorrido até agora por essas políticas sociais, ao invés de servirem para inclusão e garantia de direitos, acabaram por excluir e "selecionar" a população cada vez mais carente e vulnerável.

O fortalecimento da concepção de pobreza como problema técnico pavimentou o caminho para uma intervenção focalizada na dimensão da "extrema pobreza"8 e localizada "[...] fundamentalmente e de maneira mais severa [n]a área rural da região Nordeste do Brasil" (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 276), num quadro socioeconômico que se perpetuava na ausência de políticas. Sendo assim necessário, segundo Sposati, Carvalho e Fleury (2012, p. 160): "[...] apreender a extensão da pobreza e os modos possíveis de erradica-la, constituídos a partir da leitura do real brasileiro no contexto do capitalismo tardio. A pobreza brasileira está dispersa em todo o território, exigindo modos diversos de intervenção [...]".

Entramos nos anos 2000 com um Estado Capitalista intransigente e com a Política Social refém desse sistema econômico. Agora ela atua no sistema de focalização e com condicionalidades, tornando os indivíduos estigmatizados e forçados a se enquadrarem em algum padrão vigente de pobreza e extrema pobreza. É nessa época que as políticas de transferência de renda com condicionalidades ganham força e começam a fazer parte – indispensável – do cenário de políticas sociais, tais como o PBF, ancorando-se na educação como forte fator de superação da pobreza e desigualdade social, especialmente na zona rural:

> É sabido que há uma forte interação entre renda e nível de escolaridade. A educação é sem dúvida alguma o focus principal de políticas estruturais de combate à pobreza rural. A expansão do sistema educacional e, principalmente, a melhoria dele, torna- se um instrumento fundamental na superação do problema da pobreza rural. (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 287).

Com o pressuposto de inclusão e igualdade de oportunidades, as políticas sociais passaram por um processo de ascensão, tornando-se pauta prioritária na agenda dos políticos.

> A maior parte dos países em desenvolvimento, como o Brasil, não adota nenhum tipo de benefício universal, prevalecendo a focalização. As justificativas para tal, em geral, referem-se às questões financeiro-fiscais do país (escassez de recursos) e ideológicas (maior eficiência da focalização no combate à pobreza). Entretanto, ressalta-se que a maioria dos países que adotam programas focalizados (e seus sistemas de acompanhamento de condicionalidades) desconhece o custo global de operacionalização dos mesmos e há uma grande carência de pesquisas de

> avaliação de impacto e eficiência desses programas no combate a pobreza vis-à-vis os programas universais (COBO, 2012, p. 46).

Observamos que, ao incluírem, acabam excluindo, pois sempre haverá alguém apto a participar da política que, todavia, ficou de fora por causa de critérios, os quais não são fidedignos ao retratarem a real situação das famílias. Trabalhar de forma que sejam atingidas as metas propostas, focadas nos impactos e transformações das famílias utilizando-se de "eficácia" e "efetividade", é um dos desafios enfrentados. Como identificar essas famílias? Quais critérios para seleção? Como garantir a veracidade das informações? Essas são algumas dúvidas que põem em xeque a qualidade e seriedade de tais programas. É certo que há um grande investimento em tal empreitada, mas fato é que tamanho empenho não cobre os impasses e entraves apresentados por um contingente tão seleto, mas que ao mesmo tempo é falho e abrangente. Houve avanços significativos na garantia de direitos e, consequentemente, na melhoria de vida dos brasileiros, mas como de fato está acontecendo a materialização dessas políticas?

Para Cobo (2012, p. 48):

> [...] de uma forma geral, os problemas de focalização surgem justamente quando os monetariamente pobres não apresentam as características relevantes que entram na construção dos indicadores (ineficiência horizontal) ou ainda quando há pessoas não pobres com tais características que acabam se tornando elegíveis sem o serem (ineficiência vertical). São os "falsos ruivos" ilustrados por Barr (2004, p. 217): se somente os ruivos são pobres e todos os ruivos são pobres, a focalização sobre os ruivos pode ser perfeita, sem vazão. Todavia, deve-se também assumir, nesse caso, que não haja qualquer tecnologia que permita ao indivíduo pintar o cabelo de ruivo [...].

O Estado capitalista apresenta tangentes para a saída da miséria total: através das políticas sociais privatizadas, focalizadas/seletivas e descentralizadas temos demandas distintas de atendimento (negro, pobre, mulher), ou seja, não há o fortalecimento das ações integradas, mas, sim, a secção de programas e projetos que atuam separadamente e simultaneamente, sem uma relação entre si na prática. E mais, impõem-se às famílias direitos universalmente garantidos (por exemplo: acesso universal à saúde e matrícula em escola pública), agora transformados em condicionalidades, que por falha do Estado não chegam a sua plenitude. Com isso, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 187), "[...] as consequências da combinação perversa entre recrudescimento da pobreza, suposta falta de recursos do Estado [...] e impactos para a cobertura das políticas sociais no Brasil são, portanto, realmente dramáticas".

Para além de tratarmos as políticas sociais na tríade já acima citada, temos ainda uma forte marca trazida historicamente e incorporada ao nosso dia-a-dia como prática comum e, muitas vezes, vista como obrigatória, sendo o elemento de fundamental importância para a discussão de nossa pesquisa: a relação entre favor e dívida.

Nas antigas civilizações, "[...] as trocas e os contratos fazem-se sob a forma de presentes, em teoria voluntários, na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos" (MAUSS, 1925, p. 51) e, atualmente, fazem parte da vida em sociedade, visto "o modo como o direito real permanece ainda hoje ligado ao direito pessoal" (MAUSS, 1925, p. 52).

No âmbito das políticas sociais na zona rural, objeto desta pesquisa, é notório como são atravessadas pelo favor e pela beneficência. Muito embora o caminho traçado pela Assistência Social até chegar a ser Política de fato tenha sido ocupado, até bem pouco tempo atrás, pelas damas de caridade, a igreja e a filantropia, dentre outros, vale salientar que a contribuição da vida em sociedade, baseada nas trocas simbólicas, também deu aporte para a perpetuação dessa relação.

Dito isto, cabe a seguinte reflexão: ao colocarem-se em prática as políticas sociais, existe preocupação em saber se elas estão produzindo cidadãos "emancipados" (conforme, muitas vezes, está escrito nos objetivos dessas políticas) ou estão apenas reproduzindo dependência e assimetrias de poder por meio de relações de troca? Desenvolveremos essa discussão a seguir.

O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA
A CRIAÇÃO DO PLANO

O Plano Brasil Sem Miséria tinha um grande objetivo: retirar da situação de extrema pobreza 16,2 milhões de pessoas que viviam com renda per capita mensal de R$ 77,00.

Criado na gestão da presidenta Dilma Rousseff, as estratégias para se alcançar tal finalidade perpassam pontos relevantes para a construção do PBSM.

O primeiro passo foi buscar dados no Censo Demográfico de 2010, o que proporcionou um diagnóstico, norteando as ações do Plano. Com isso, o Censo foi capaz de alertar para diversas necessidades, dentre elas, a de políticas diferenciadas da cidade e do campo.

Utilizou-se o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)[27], peça fundamental para o planejamento das ações, pois a partir dele tiveram como localizar a população pobre e extremamente pobre. Através de seu questionário socioeconômico, tornou-se possível a descrição de quem são, o que fazem, onde vivem e em que situação estão os brasileiros e brasileiras mais vulneráveis.

As ações apresentadas pelo conjunto dos Ministérios finalizaram o planejamento e elaboração do Plano Brasil Sem Miséria – tendo como base os três eixos: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva (sendo este subdividido em Urbana e Rural) – o ponto alfa para a criação do Decreto de nº 7.492, de 02 de junho de 2011, que instituiu o Plano 10 10.

De maneira geral, o Plano objetivava elevar a renda mensal per capita das famílias extremamente pobres, ampliar o acesso aos serviços públicos e ações de cidadania e bem- estar social, e melhorar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

Para Castel (2005), o Estado intervém através das políticas sociais para minimizar as consequências do capitalismo. Ao mesmo tempo em que a burguesia é beneficiada com o consumismo e o lucro, a classe operária padece pela ausência de seguros sociais que possam lhe garantir o mínimo para a subsistência. Cobo (2012) dialoga com essa visão de Estado e complementa:

27 Instituído em julho de 2001 (Decreto nº3.877), sendo atualmente regulamentado pelo decreto n.6.135 de 26 de junho de 2007. Neste, é definido como o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do governo federal voltados ao atendimento desse público-alvo. Tal obrigatoriedade, no entanto, não se estende aos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo facultada a utilização do CadÚnico apenas na operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (COBO, 2012).

> [...] de acordo com Castel (2005), todo Estado moderno é mais ou menos obrigado a "fazer social" para mitigar algumas disfunções gritantes e assegurar um mínimo de coesão entre os grupos sociais, intervindo no mercado para que a provisão dos serviços de proteção social seja economicamente eficiente. E isso se dá não somente em relação aos seguros sociais, mas também nas políticas de alívio da pobreza, considerando que os custos da pobreza também geram ineficiências econômicas (como externalidades negativas), além, claro, dos argumentos de equidade e justiça social. (COBO, 2012, p. 33)

O Estado atua de maneira a dirimir essa desigualdade, na busca de garantir um bem-estar na sociedade e equilibrar a economia, pois, conforme visto, existe uma dualidade entre essas ações. O Plano Brasil Sem Miséria não foge à regra e atuou na garantia de serviços sociais, individuais, comunitários e econômicos. Envolveu cerca de cem ações, distribuídas em três grandes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva – todos acompanhados da estratégia de busca ativa por beneficiários.

O eixo de garantia de renda estava relacionado às transferências de dinheiro feitas para as famílias objetivando reduzir, em caráter imediato, a situação de extrema pobreza, tendo como destaque o PBF, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Aposentadoria e a Ação Brasil Carinhoso.

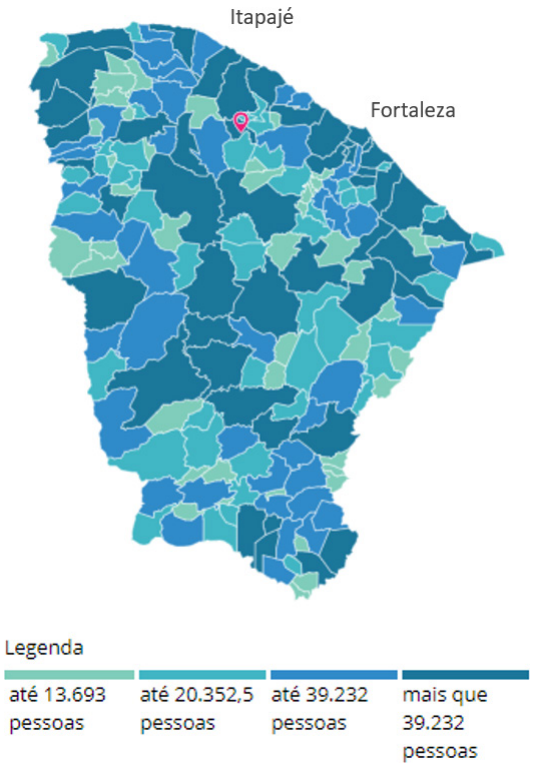
O eixo seguinte, de acesso a serviços, tratava da qualificação, ampliação e provimento dos serviços e ações de cidadania e de promoção de bem-estar, também voltados ao público em extrema pobreza, atuando em três grandes áreas da saúde, educação e assistência social.

O último eixo abordava a inclusão produtiva, atuando na oferta de oportunidades e renda. As atividades aconteciam na zona urbana e rural: Zona Urbana – com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC Brasil Sem Miséria) e o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho); Zona Rural – serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa de Fomento a Atividades Rurais, entre outros.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ

O município onde a pesquisa foi realizada localiza-se na região Norte do Estado do Ceará, na região serrana entre o Vale do Curu e a Serra de Uruburetama, a 125 km de Fortaleza, capital do Estado (FIGURA 1). É um município de Pequeno Porte II – de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por ter menos de 50.000 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010 sua população é de 48.350 habitantes, com densidade demográfica de 110,01 hab./km²; tem uma área geográfica de 430,565 km² e faz limites com os municípios de Itapipoca e Uruburetama (norte); Tejuçuoca (sul); Uruburetama, Umirim e Pentecoste (leste); e Irauçuba (oeste).

Figura 1 - Mapa populacional do estado do Ceará, com destaque para a localização do município de Itapajé. Fonte: IBGE11 (2020), com base no Censo de 2010.



A economia da cidade sustenta-se na agricultura (banana, caju, mandioca, milho e feijão); pecuária (bovino, suíno e avícola) e artesanato (bordado). Conta, ainda, com uma grande fábrica de calçados, que é responsável pelo maior número de empregos com carteira assinada na cidade. O município subdivide-se em onze distritos, a saber: Itapajé (sede), Aguaí, Iratinga, Santa Cruz, Baixa Grande, Soledade, Pitombeira, Serrote do Meio, São Tomé, Armador e Mulungu.

O público beneficiado com o PBSM – ATER e Fomento no município, conforme já citado, foi de 286 famílias, sendo oito (8) as participantes da pesquisa qualitativa, no distrito de Soledade. Os dados abaixo tabulados dizem respeito às características domiciliares, da família e do acesso a políticas públicas do total de beneficiários cadastrados.

De acordo com a pesquisa feita, possuíam uma faixa de renda de até R$ 170,00 per capita, com domicílios na zona rural do município. As famílias eram nucleares ou extensas/ampliadas, sendo compostas principalmente por pai, mãe, filhos e netos. O grupo populacional tradicional ao qual pertenciam é denominado "agricultores familiares".

As tabelas a seguir reproduzidas foram extraídas do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, através da plataforma TABCAD[28], com dados sistematizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Os dados apresentados são de março de 2018 e trazem à pesquisa uma clarificação acerca das condições que vivem as famílias pesquisadas nas variáveis escolaridade e principal ocupação.

28 Tabulador de Informações do Cadastro Único (TABCAD). Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php#tabela_link

Tabela 1: Função principal e Grau de instrução dos componentes da família

Função principal	Grau de instrução							Total
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto ou mais	Sem resposta	
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	4,0%	4,2%	1,3%	0,6%	1,9%	0,0%	0,0%	12,1%
Trabalhador temporário em área rural	9,4%	8,7%	2,1%	1,7%	2,7%	0,0%	0,0%	24,7%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Empregado com cart. de trabalho assinada	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Trabalhador doméstico sem cart. de trabalho assinada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Trabalhador doméstico com cart. de trabalho assinada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Trabalhador não-remunerado	1,3%	1,5%	0,2%	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%	3,8%
Militar ou servidor público	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Empregador	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Estagiário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
Aprendiz	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sem resposta	13,9%	19,5%	7,3%	6,2%	6,7%	0,0%	5,2%	58,8%
Total	28,7%	33,9%	11,3%	8,5%	12,3%	0,0%	5,2%	100%

Fonte: Reproduzida a partir de dados gerados no TABCAD, plataforma do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (BRASIL, 2018), gerada com dados de março de 2018.

Com a tabela 1, pode-se perceber que a principal função exercida é a de trabalhador temporário em área rural. Tendo em vista que a maioria das propriedades é cedida ou alugada, os agricultores trabalham por diárias ou empreitada. Em seguida, temos o trabalhador por conta própria – importante destacar que essa "autonomia" apenas caracteriza a agricultura de subsistência, ligada à produção para consumo próprio e não para comercialização. Grande parte da comunidade assistida pelo programa tem como grau de instrução o fundamental incompleto; apenas uma pequena parte terminou o ensino médio.

Tabela 2: Faixa da renda familiar per capita e Função principal das famílias

Faixa de renda familiar per capita	Função principal												Total
	Trabalhador por conta própria (bico, autônomo	Trabalhador temporário em área rural	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Empregado com carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador não	Militar ou servidor público	Empregador	Estagiário	Aprendiz	Sem resposta	
Até R$85,0	12,8%	23,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	3,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	32,6%	73,0%
Entre R$85,0 1 e R$170, 00	3,9%	10,9%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	10,3%	27,0%
De R$170, 01 e ½ S.M.	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%	00.0%
Acima de ½ S.M.	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Sem Resposta	0,0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Total	16,7%	34.5%	0.3%	0.3%	0.0%	0.0%	5.3%	0.0%	0.0%	0.3%	0.0%	42.9%	100.0%

Fonte: Reproduzida a partir de dados gerados no TABCAD, plataforma do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (BRASIL, 2018), gerada com dados de março de 2018.

Na tabela 2, a faixa de renda familiar situa-se entre a extrema pobreza e a pobreza, sendo quantificada em R$ 85,00 por pessoa. Com relação ao acesso a políticas públicas, a comunidade conta com um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental, e é assistida por um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que não se localiza na comunidade, mas, sim, na sede do município.

Levando-se em consideração esses aspectos, temos uma população rural de baixa escolaridade, que vive da agricultura de subsistência, tem como moradia uma casa cedida ou alugada e uma renda per capita R$ 10,00 acima da linha da extrema pobreza, o que nos faz refletir sobre as condições de vida a que essas famílias estão submetidas e a dependência de políticas públicas para a garantia de direitos básicos para sua sobrevivência. Frente a isso, como essas políticas são vistas na comunidade e que relações elas suscitam são as questões que instigam o próximo tópico.

TROCAS SIMBÓLICAS ENTRE DIREITO, DÁDIVA E DÍVIDA

No período de 24 a 27 de abril de 2018, foram realizadas as entrevistas. Visitamos oito famílias beneficiadas pelo PBSM em suas casas, localizadas na zona rural do município de Itapajé. O PBSM, por adotar a intersetorialidade com o CadÚnico, operava também com a mãe (ou o responsável legal pela família) como titular do benefício, por diversos fatores: por ser a pessoa que estava em casa durante as visitas dos técnicos, ter (historicamente) mais responsabilidade para com sua prole e por ser a titular do cartão do PBF, mesmo cartão que recebia as parcelas referentes ao fomento do PBSM. Desse modo, foram entrevistadas oito mulheres, representantes de suas famílias[29].

Nas entrevistas com as beneficiárias, nós nos deparamos com depoimentos carregados de significado para as questões de nossa pesquisa. Algumas dessas falas serão apresentadas a seguir.

A pergunta inicial era sobre o acesso às políticas públicas. Houve unanimidade na resposta: todas têm ou tiveram acesso, principalmente, às políticas de educação e de saúde, tendo como

principal forma de ingresso a escola e o posto de saúde, respectivamente. Ao indagarmos sobre a necessidade de ajuda para acessar tais políticas, a Beneficiária 1 (44 anos) nos disse: "Precisa de ajuda porque o negócio lá tá meio complicado. A gente chegar se tiver uma ajuda entra logo, se não tiver fica esperando horas e horas e vamos esperar! Eu tenho aquela ajuda, né? Mas e o pessoal? Tá complicado ali"[30].

Já a Beneficiária 4 (48 anos) relatou: "Às vezes dá certo, às vezes não dá. Depende muito do caso."

Na conversa com as famílias, pudemos perceber que o atendimento às políticas públicas, em alguns casos, é resolvido pela própria pessoa que procura acessá-la, mas, em outros, faz-se necessária a troca de "favores". A Beneficiária 1 indicou acesso "facilitado" a uma política como favorecimento por conhecer alguém que trabalha num dado equipamento público, motivo pelo qual a troca simbólica perpetua-se na perspectiva do não acesso e do não reconhecimento das políticas públicas como direito. Sabemos que não é tarefa fácil modificar essa concepção enraizada em nossa sociedade, principalmente quando o direito individual se sobrepõe ao direito coletivo.

Quando indagadas sobre a relação que tinham com os técnicos do PBSM, afirmaram:

> Graças a Deus era boa, entreguei tudo direitinho. Quando ele veio atrás dos recibos eu dei. Sempre tratava ele bem e dava almoço, dava arroz da serra, era tudo bom. (Beneficiária 1, 44 anos)

> Acompanhava bem direitinho e dava as informações. Eu gostava de sempre agradar porque eles eram legal comigo. Resolvia meus poblema e eu sempre tinha uma coisa guardada para eles. (Beneficiária 2, 52 anos)

> Me deram uma orientação muito boa. De manhazinha, sempre converso com meu marido, e eu dizia a ele que esses menino me deram uma dica boa de comprar uma máquina nova e não uma usada. O que eu podia fazer por eles, eu fazia. Dava almoço, simples do nosso jeito. Eu gostava muito quando eles vinham. (Beneficiária 3, 47 anos)

Indagadas sobre essas trocas simbólicas, todas disseram que os técnicos não pediam algo em troca, mas que elas, as beneficiadas, sentiam-se na obrigação de retribuir, já que eles estavam acompanhando e orientando as famílias atendidas. Tratar bem, acolher, dar um almoço, repartir um pouco do que se ganhava: na visão das beneficiadas, não era nada mais que agradecer pela oportunidade de participar do programa.

Sobre entenderem o programa como um direito ou não, as entrevistadas responderam-nos:

> Acho que era um direito e chegou na hora certa, porque eu merecia. Na hora que eu tava necessitando mesmo. (Beneficiária 1, 44 anos)

> Eu acho que eles me ajudaram e eu era baixa renda e eu fui beneficiada. Ainda tenho a máquina que comprei, trabalho com ela. Foi bom demais! Na época

30 Priorizamos uma transcrição fidedigna às particularidades do discurso oral das entrevistadas

> não fui besta, tirei uma parte e fiz meu banheiro e o resto comprei as coisas do programa. (Beneficiária 2, 52 anos)
>
> Pra mim foi uma bondade mandada por Deus! Encontrei na bíblia que tudo é na hora certa, vi minhas vizinhas recebendo e eu sabia que minha hora iria chegar. (Beneficiária 3, 47 anos)
>
> Deus que me ajudou! (Beneficiária 5, 44 anos)

Seis beneficiárias atribuíram os atendimentos e os recursos recebidos a uma dádiva vinda de Deus, não reconhecendo, assim, que se configuravam como direito. Quatro, dentre as entrevistadas, reconhecem que estavam no perfil especificado e que atendiam aos critérios do programa, sendo que duas delas também atribuíram a uma "obra de Deus". Assim, pudemos perceber a influência da religião para essas famílias: mesmo reconhecendo a participação no PBSM como um direito, também agradeciam a Deus pela inserção no programa, transformando a ação em dádiva e, consequentemente, em dívida para com as pessoas que colaboraram para isso – a saber, os técnicos do programa.

Na época de vigência do PBSM, havia a equipe responsável pela assistência técnica voltada para o manejo, o cultivo e a aplicação do fomento (formada por veterinário, zootecnista e técnico em assistência técnica e extensão rural) e também a equipe responsável pela área social (composta por assistente social, pedagogo, cientista social, entre outras graduações que faziam parte da área de humanas). As atividades deste setor consistiam em esclarecer às beneficiárias, através de palestras e visitas de orientação, acerca de outros programas que faziam parte do PBSM e que elas poderiam acessar por estarem naquele perfil. O objetivo maior da área social era mostrar que, além do programa ora contemplado, o acesso a remédios e a benefícios eventuais, por exemplo, estava preconizado em lei e que elas poderiam participar sem necessidade de terceiros para torná-las beneficiárias.

Esse é, particularmente, o papel primordial dos assistentes sociais, conforme orientação do código de ética da profissão, de 1993: fazer com que os usuários tenham acesso a políticas, a fim de efetivar seus direitos, não somente na perspectiva de ingresso, mas de permanência e atendimento até que uma demanda seja sanada, numa perspectiva de autonomia e emancipação dos indivíduos.

Por outro lado, o dar e o receber da dádiva implicam em sentimento de dívida e demandam uma retribuição: "[...] as trocas e os contratos fazem-se sob a forma de presentes, em teoria voluntários, na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos", como analisou Mauss (1925, p. 51) no estudo de práticas da civilização escandinava e de outras civilizações. A assimetria é "[...] o elo entre o conceito de troca de dádivas de Mauss e as infinitas elaborações nativas" (LANNA, 1996, p. 131).

Teresa Sales (1994), retomando autores como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, discutiu a desigualdade social presente nas relações de mando e subserviência, o que constituiria uma "cultura da dádiva". Esta, por sua vez, numa perspectiva republicana, teria pavimentado uma "cidadania concedida" no Brasil.

Para Marcos Lanna (1996, p. 112), está implícito no "Ensaio sobre a dádiva", de Marcel Mauss, que reciprocidade e hierarquia "[...] devem ser entendidas como correlatas, faces de uma mesma moeda". Baseando-se em pesquisas prévias que realizou com patrões e trabalhadores no Nordeste brasileiro, analisando as relações de patronagem e compadrio, e apoiando-se em pesquisadores que também se dedicaram ao estudo das trocas, como Claude Lévi-Strauss, Marshall Sahlins e Louis

Dumont, Lanna (1996) propôs o conceito de "reciprocidade hierárquica" para analisar esses contextos de trocas. Por um lado, ressalta que "[...] a essência do sistema capitalista não é dada pela norma de reciprocidade, mas sim pela generalização da categoria 'mercadoria'" (LANNA, 1996, p. 118), como postulou Marx; por outro lado, o Estado do sistema capitalista coexiste com um regime de trocas e sua obrigação assimétrica de dar e retribuir.

Behring e Boschetti (2011, p. 190) salientam que:

> É importante concluir esta discussão apontando que a política social, no contexto do capitalismo em sua fase madura, não é capaz de reverter esse quadro, nem é essa sua função estrutural. Contudo, levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de luta dos trabalhadores é tarefa de todos que têm compromissos com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das maiorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais. Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com o impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos.

Desse modo, as relações de troca que acontecem no contexto das políticas públicas, principalmente na zona rural dos municípios, convivem com a baixa escolaridade e o escasso acesso aos direitos sociais. O agradecimento a Deus e o presente dado aos técnicos do PBSM são elementos que reforçam uma relação pessoal com a Política, que se apoia na dimensão interpessoal, em detrimento da Política como direito social. Assim, fortalecem o favor, a dependência e o clientelismo, num momento histórico em que os direitos sociais sofrem cortes no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa, pudemos perceber a força com que as relações movidas pelas noções de dádiva e de dívida fazem-se presentes na sociedade contemporânea, em particular na zona rural do Brasil. Com o passar do tempo, ganharam uma nova roupagem, sem perder a dimensão simbólica.

Através das entrevistas na pesquisa de campo, vimos essa prática ainda presente, muito embora não mencionada diretamente. A busca por presentear aqueles que materializam o acesso ao PBSM implica em relação de troca inconsciente, de base assimétrica, muitas vezes não percebida pelos envolvidos e, consequentemente, enraizada nas relações sociais.

Na perspectiva do Serviço Social, é importante desconstruir a visão do acesso às políticas sociais como "favores". Na consolidação do Estado democrático de direito, reconhecer o acesso ao programa estudado (e, de modo mais amplo, às políticas sociais) como um direito constitucional aos cidadãos é uma grande conquista.

Uma vez que a cultura política da dádiva está voltada para a perpetuação da dependência e do clientelismo, fortalecer a conscientização da população sobre seus direitos e acesso às políticas pode viabilizar uma mudança na cultura da troca simbólica.

Apesar da ascensão dessas políticas sociais, sabemos que existem desafios, assim como possibilidades de avanços: mesmo considerando a tendência de redução, essa situação de pobreza representa

um percentual grande na cidade e maior ainda no campo, tornando necessária a ampliação de métodos e técnicas voltados para a diminuição e erradicação dela. Mas não somente isso, a mudança efetiva esperada é constituída de oportunidades através de educação, fomentos e acesso a diversos serviços públicos, mas também no estímulo ao protagonismo, para que assim possam instruir cidadãos de direito, ampliando e consolidando a cidadania e rompendo com a dependência e a pobreza, que fortalecem assimetrias de poder imbricadas nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto 6.135/07, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Diário Oficial da União, 2007. Brasil, 2007.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/por-cidade-estado- geociencias.html?t=destaques&c=2306306. Acesso em: 12/03/2018.

_____. Lei 8.742/93, de 08 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da União, 1993. Brasil, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Tabulador de Informações do Cadastro Único. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php#tabela_link. Acesso em: 10/04/2018.

_____. Constituição. Brasília: 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria. Organizadores: Tereza Campello, TiagoFalcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 5. Ed. Trad. de Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço. 11 ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

COBO, Barbara. Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas para a década de 90. In: IPEA, Brasília: IPEA, 1990.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LANNA, Marcos. Reciprocidade e hierarquia. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 111-144, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111622/109660>. Acesso em 20 jan. 2020.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Sociologia e Antropologia. V. II. São Paulo: Edusp, 1925.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 56-71.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista brasileira de Ciências Sociais, n. 25, v. 9, São Paulo, jun. 1994.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da. Pobreza na população rural nordestina: uma análise de suas características durante os anos noventa. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 275-290, dez. 2006. Disponível em: Acesso em: 08 out. 2019.

SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia. Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 2012.

SPRANDEL, Marcia Anita. A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Política Social e Democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e escola Nacional de Saúde Pública Fio Cruz. Rio de Janeiro, 02/10/1985.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 24, n. 58, p. 13-30, jun. 2016. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245801>. Acesso em 8 Jan. 2020.

VIEIRA, Evaldo. Os direitos e a Política Social. São Paulo: Cortez, 2004. YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais, 2015. Disponível em: https://pt.slideshare.net/ThiagoPrisco/yazbek-maria-carmelita-estado-e-polticas-sociais-1 . Acesso em: 12/03/2018.